

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**  
**CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2014/2015**



**TII**

**IMPLICAÇÕES INERENTES AO EMPREGO DE  
EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADAS NAS  
OPERAÇÕES MILITARES**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM DA RESPONSABILIDADE DO SEU  
AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**IMPLICAÇÕES INERENTES AO EMPREGO DE  
EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADAS NAS  
OPERAÇÕES MILITARES**

**MAJOR/INFANTARIA Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro**

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2014/2015

Pedrouços 2015



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**IMPLICAÇÕES INERENTES AO EMPREGO DE  
EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADAS NAS  
OPERAÇÕES MILITARES**

**MAJOR/INFANTARIA Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro**

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2014/2015

Orientador: TCor Eng Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira

Pedrouços 2015



## **Agradecimentos**

Este Trabalho de Investigação Individual foi como uma longa viagem, feita de momentos de isolamento nas minhas dúvidas e feita de outros de partilha de ideias. O fruto dessa viagem é este documento. Não me pertence por completo e tem que ser partilhado com algumas pessoas. É para elas esta página.

Agradeço do fundo do coração:

Ao meu orientador, Tenente-Coronel Rui Vieira, pelo apoio, orientação e disponibilidade para me retirar muitas vezes de becos sem saída e de caminhos tenebrosos. À sua paciência, camaradagem e amizade, devo a conclusão deste trabalho.

Ao Major Hélder Barreira pela orientação e amizade demonstradas na fase inicial da elaboração do plano de trabalho.

Ao Tenente-Coronel Proença Garcia e ao Major António Menezes pelos conselhos dados em alturas críticas.

Ao General David Petraeus, pela recetividade demonstrada, a mais de 5000 km de distância, em conceder uma entrevista a um discente do outro lado do mundo. A disponibilidade deste distinto oficial, em conceder uma entrevista, em circunstâncias difíceis de coordenar, não tendo, em nenhum momento, mostrado qualquer dúvida que seria possível, foi uma lição que fica para o resto da minha carreira. Ao General David Petraeus desejo a melhor sorte neste momento adverso da sua vida.

Aos Tenente-General Daniel Bolger, ao Coronel Peter Mansoor, ao Major Neil Hollenbeck e ao Professor Ulrich Petersohn, da Universidade de Liverpool, agradeço a disponibilidade para partilhar as suas opiniões sobre a problemática do meu trabalho que muito contribuíram para uma compreensão mais profunda do fenómeno.

Aos meus amigos do CEMC 2014-2015. Partilhar estes momentos com vocês tem sido “épico”.

À Catarina Ortigão Borges, pela ajuda preciosa na revisão final do trabalho. A sua amizade é algo que muito me honra.

Aos meus amigos de sempre, Vítor Borges e Pedro Faria. A eles dedico este trabalho.

Por fim às minhas meninas, Dulce, Mariana e Matilde. Talvez mil desculpas e um milhão de obrigados não chegassem para vos compensar pela ausência durante esta viagem. Fica apenas a promessa de regressar.

Bem hajam.



## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Revisão da literatura .....</b>	<b>5</b>
<b>a. O fenómeno da privatização e as alterações ao carácter da Guerra .....</b>	<b>5</b>
(1) Da natureza imutável da Guerra.....	5
(2) A privatização da Guerra.....	7
<b>b. As EMSP e as Operações de Contrainsurgência .....</b>	<b>10</b>
(1) Insurgência e Contrainsurgência: uma conceitualização .....	10
(2) As EMSP nas Operações de Contrainsurgência.....	12
<b>c. Implicações do emprego de EMSP nas Operações Militares.....</b>	<b>14</b>
(1) As implicações das EMSP na eficiência militar.....	15
(2) As EMSP nas Operações de Contrainsurgência: os argumentos críticos 15	
<b>2. Metodologia de investigação .....</b>	<b>17</b>
<b>a. Percurso metodológico .....</b>	<b>17</b>
<b>b. Modelo de análise.....</b>	<b>19</b>
<b>c. Caso de Estudo .....</b>	<b>20</b>
<b>d. Observação e recolha de dados.....</b>	<b>21</b>
<b>3. Análise .....</b>	<b>23</b>
<b>a. Caracterização da atuação das EMSP .....</b>	<b>23</b>
(1) Uso da força armada – Que equipamento usam? .....	24
(2) Integração nas estruturas militares – Quem controla? .....	26
(3) Localização de atuação – Onde atuam? .....	27
(4) Síntese Conclusiva .....	27
<b>b. D1. Comando-Missão .....</b>	<b>28</b>
(1) Comando e Controlo .....	28
(2) Atividades de Informação e Influência .....	34
(3) Síntese conclusiva .....	36
<b>c. D2. Movimento e Manobra .....</b>	<b>37</b>
(1) Projeção da força.....	38
(2) Manobra .....	40
(3) Síntese conclusiva .....	40
<b>d. D4. Apoio de Serviços .....</b>	<b>41</b>



(1) Manutenção .....	41
(2) Serviços .....	42
(3) Síntese conclusiva .....	42
<b>e. D5. Proteção .....</b>	<b>43</b>
(1) Sobrevivência .....	43
(2) Síntese conclusiva .....	45
<b>Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>47</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>54</b>

### Índice de Apêndices

Apêndice A – Esquema geral de investigação .....	Apd A-1
Apêndice B – A guerra pós-heroica e a opção pelas EMSP .....	Apd B-1
Apêndice C – Caso de Estudo da <i>Operation Iraqi Freedom</i> 2003-2011: do planeamento à presença em massa das EMSP .....	Apd C-1
Apêndice D – Guião de Entrevista (Militares) .....	Apd D-1
Apêndice E – Guião de Entrevista (Investigadores civis) .....	Apd E-1
Apêndice F – Funções desempenhadas pelas entidades entrevistadas .....	Apd F-1
Apêndice G – Entrevistas .....	Apd G-1

### Índice de Figuras

Figura nº 1 – Trindade paradoxal de Clausewitz .....	6
Figura nº 2 – Funções de Combate .....	18
Figura nº 3 – Percurso de investigação .....	19
Figura nº 4 – Diferenças na atuação das EMSP .....	24
Figura nº 5 – Distribuição das EMSP de acordo com o objeto seguro .....	25
Figura nº 6 – Espectro das atividades das EMSP .....	28
Figura nº 7 – Coordenação entre EMSP e forças militares .....	29
Figura nº 8 – Localização dos ROC ao nível regional .....	31
Figura nº 9 – Incidentes envolvendo o uso da força entre mai07 e mai09 .....	33
Figura nº 10 – Principais incidentes com violação dos direitos humanos por parte de EMSP no Iraque .....	35
Figura nº 11 – Implicações na função de combate Comando-Missão .....	37



Figura nº 12 – Comparação entre EMSP em atividades armadas, numero total de EMSP e de forças militares no Iraque .....	38
Figura nº 13 – Implicações na função de combate Movimento e Manobra .....	41
Figura nº 14 – Implicações na função de combate Apoio de Serviços.....	43
Figura nº 15 – Implicações na função de combate Proteção .....	46
Figura nº 16 – Espectro de atuação das EMSP e avaliação das implicações para as Operações de Contrainsurgência .....	50
Figura nº 17 – Esquema geral de investigação .....	1
Figura nº 18 – Bríflingue do CENTCOM:Fita do Tempo da Campanha .....	2
Figura nº 19 – Bríflingue do CENTCOM: <i>OIF Operational Timeline</i> .....	2

### **Índice de Tabelas**

Tabela nº 1 – Números estimados da presença de EMSP na Bósnia por comparação .....	9
Tabela nº 2 – Principais categorias de EMSP a trabalhar no Iraque para o CENTCOM ....	44
Tabela nº 3 – Lista de entrevistados e respetivas funções desempenhadas .....	Apd F-1
Tabela nº 4 – Análise das entrevistas .....	Apd G-1



## **Resumo**

O uso da força armada nos campos de batalha por entidades privadas, é uma norma nas relações internacionais e marcou, salvo períodos de exceção, o caráter da guerra. O reaparecimento deste fenómeno após a segunda guerra mundial e o crescimento exponencial do número de Empresas Militares e de Segurança Privadas nos Teatros de Operações do Afeganistão e Iraque, levantaram novas questões sobre o uso legítimo da força por entidades privadas e as implicações do seu emprego para as operações militares. Este trabalho tem como objetivo analisar as implicações do emprego das Empresas Militares e de Segurança Privadas nas Operações de Contrainsurgência. O objeto de estudo é analisado através de uma abordagem qualitativa, utilizando o caso de estudo do conflito do Iraque (2003-2011). Concluiu-se que as formas de atuação com maior impacto nas Operações de Contrainsurgência são as atividades armadas, fora das estruturas militares e fora das bases e infraestruturas.

## **Palavras-chave**

Empresas Militares e de Segurança Privadas, Operações de Contrainsurgência, Iraque.

## **Abstract**

*The use of armed force on the battlefield by private entities, is a norm in international relations and, apart from some periods of exception, shaped the character of war. The reappearance of this phenomenon after World War II, and the fast growth of Private Military and Security Companies in conflicts like Afghanistan and Iraq, brought up new questions regarding the use of force legitimacy by private entities and the repercussions of their presence to military operations. This research aims at analyzing the inference of Private Military and Security Companies' employment in counterinsurgency operations. In methodological terms, the object of the study is analyzed through a qualitative strategy, using the Iraq conflict case study (2003-2011). It concludes that the Private Military and Security Companies activities with greater impact on counterinsurgency operations are armed activities out of the military chain of command and outside the wire.*

## **Keywords**

*Private Military and Security Companies, Counterinsurgency Operations, Iraq.*





## Lista de Abreviaturas

2ªGM	Segunda Guerra Mundial
AII	Atividades de Informação e Influência
Apd	Apêndice
C2	Comando e Controlo
CENTCOM	<i>Central Command (USA)</i>
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
COIN	<i>Counterinsurgency</i>
CONOC	<i>Contractor Operations Cells</i>
CoWCIA	<i>Comission on Wartime Contracting in Iraq and Afghanistan</i>
CPA	<i>Coalition Provisional Authority</i>
CRS	<i>Congressional Research Service (EUA)</i>
D	Dimensão
DIH	Direito Internacional Humanitário
DoD	<i>Department of Defense (EUA)</i>
DoS	<i>Department of State (EUA)</i>
EM	Estado-Maior
EMP	Empresas Militares Privadas
EMSP	Empresas Militares e de Segurança Privadas
ESP	Empresas de Segurança Privadas
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
FOEsp	Forças de Operações Especiais
GAO	<i>Government Accountability Office (EUA)</i>
H	Hipótese
I	Indicador
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
Maj	Major
MNF-I	<i>Multi-National Force Iraq</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OE	Objetivo Especifico



OEF	<i>Operation Enduring Freedom</i>
OG	Objetivo Geral
OI	Organização Internacional
OIF	<i>Operation Iraqi Freedom</i>
OMB	<i>Office of Management and Budget (EUA)</i>
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PMSC	<i>Private Military and Security Companies</i>
POGO	<i>Project on Government Oversight</i>
PP	Pergunta de partida
PSC	<i>Private Security Companies</i>
PSM	<i>Private Security Monitor</i>
QC	Questão Central
QD	Questão derivada
Ref.	Reformado
ROC	<i>Reconstruction Operations Center</i>
TCor	Tenente-Coronel
TO	Teatro de Operações
TO	Teatro de Operações
U.S.	<i>United States</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
VIP	<i>Very Important Person</i>
XO	<i>Executive Officer</i>



## Introdução

A presença de mercenários nos campos de batalha ao longo da história assumiu um cariz de norma nas relações internacionais (Percy, 2007). Esta norma, foi interrompida por períodos curtos de menor relevância no campo de batalha mas que apenas confirma a regra da aplicação da força por entidades privadas. Podemos igualmente considerar que o período de menor relevância ocorreu entre a emergência do Estado soberano, tal como o definiu Jean Bodin (1606) institucionalizado em 1648 com o Tratado de Vestefália e o final da 2ª Guerra Mundial (2ªGM), que se materializa como um marco histórico do reaparecimento dos mercenários como um dos elementos mais relevantes nos campos de batalha.

A presença de entidades privadas nos Teatros de Operações (TO), onde historicamente apenas existiram soldados, é um fator que contribui para o argumento da alteração na natureza da Guerra. No entanto, o contributo seria indiscutível se a presença de mercenários nos campos de batalha do Século XX fosse considerado uma exceção e não uma norma irrefutável. No que ao uso de mercenários diz respeito, a Guerra tem a mesma natureza desde a Grécia ou da Roma antigas, apesar do seu carácter ter mudado ao longo da história, acompanhando igualmente as mudanças profundas na forma da soberania do Estado.

As temáticas relacionadas com a privatização das funções do Estado, em especial do pilar segurança, a perda do monopólio do uso legítimo da força<sup>1</sup> e a partilha desse monopólio com as designadas Empresas Militares de Segurança Privadas (EMSP)<sup>2</sup>, têm sido objeto de inúmeros estudos, sobretudo após o início do conflito no Afeganistão, onde, em 2013, a presença de elementos das EMSP chegaram à proporção de 1,6 elementos por cada militar das forças armadas americanas no TO (Schwartz & Church, 2013).

---

<sup>1</sup> Um modelo definido por Max Weber em 1918 (Weber, 1967).

<sup>2</sup> O termo mais utilizado em Portugal para designar estas entidades é Empresas Militares Privadas (EMP). Autores portugueses como Garcia (2013), Saraiva e Roque (2013), Vinha (2009), Vaz (2005), Magalhães (2005), Kowalski (2009) utilizam este conceito como versão em língua portuguesa de *Private Military Companies* (PMC). Igualmente, a maioria dos autores brasileiros utilizam o termo EMP. Alguns autores distinguem este conceito de *Private Security Companies* (PSC), porque não consideravam o facto de estas entidades prestarem serviços de natureza militar. Mais recentemente, o termo foi alargado e passou a incluir o carácter militar e de segurança das empresas no próprio nome, passando a designar-se por *Private Military and Security Companies* (PMSC). No âmbito deste trabalho o termo utilizado será Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSP), alinhando o termo com a designação NATO e experimentando um alargamento do termo ao aspeto militar e de segurança destas empresas e não ficando apenas restrito à tradução literal de PSC, referido no título como Empresas de Segurança Privadas (ESP).



Mas estas EMSP, que hoje são notícia um pouco por todo o mundo, têm caído no esquecimento no que diz respeito à sua conceitualização, decorrente da falta de consenso na literatura de natureza académica ou política sobre a sua distinção do conceito tradicional de mercenário. Esta distinção é importante. O emprego de mercenários nos campos de batalha tem sofrido oposição desde o início da sua existência, e a atualidade não é exceção.

A recorrente oposição à sua utilização envolve, normalmente, dois argumentos. Primeiro, a sua ilegitimidade, porque usam a força fora de um quadro de autoridade legítima, normalmente exercida por uma autoridade estatal (ou historicamente equivalente). Segundo, porque o seu emprego é moralmente problemático, tendo em consideração que as suas motivações são de natureza financeira e egoísta, por contraponto aos desígnios da “guerra justa”, conduzida no sentido da obtenção de um bem comum (Percy, 2007, p. 1).

O emprego de EMSP nos TO, sobretudo a partir do final da Guerra Fria, volta a suscitar paixões e ódios, com a repetição dos argumentos de oposição, somando agora outros. Um destes “novos” argumentos é o da implicação negativa que estas empresas têm na condução de operações militares, sobretudo pela persistência da conflitualidade atual mas também pela natureza das operações pós-11Set, normalmente conduzida em ambiente de contrainsurgência. Mas de que empresas se está a falar?

EMSP são, de acordo com a Finabel (2008, p. 6) “um espectro alargado de organizações civis, de natureza privada, envolvidas no fornecimento de assistência militar, assessoria e apoio, que contribua para as operações militares”<sup>34</sup>. A *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) (2014, p. 29\_1), que as definiu de uma forma mais abrangente, considera que o termo se “aplica a um espectro alargado de empresas envolvidas no fornecimento de todos os tipos de serviços de segurança, defesa ou outros serviços de natureza militar”<sup>5</sup>. A NATO considera que estes serviços podem incluir apoio e treino a organizações de natureza comercial, não-governamental ou do setor público (NATO, 2014, p. 29\_1). Neste trabalho considera-se que a definição da NATO é a que melhor se adequa ao âmbito objeto e objetivos do mesmo.

---

<sup>3</sup> Portugal não aceitou a parte relativa ao termo militar na designação por considerar que este termo está ligado à natureza da condição militar, exclusiva das FA.

<sup>4</sup> Tradução livre do autor. No original “...full range of civilian organisations of a private nature involved in the supply of military assistance, consultation, and support which contribute to military operations.” (Finabel, 2008, p.6).

<sup>5</sup> Tradução livre do autor. No original “...applies to the full range of companies involved in the supply of all types of security, defense, and military services.” (NATO, 2014, p.29\_1).



O número de estudos públicos sobre o impacto das EMSP nas operações militares são ainda reduzidos, sendo importante realizar um estudo para avaliar a validade do argumento de que a presença das EMSP nos modernos TO têm implicações diretas no planejamento e condução de operações militares e tentar identificar onde essas implicações mais se fazem sentir.

O objeto desta investigação é as EMSP e o seu emprego em operações militares. Este está delimitado às Forças Armadas (FA) dos Estados Unidos da América (EUA) e às EMSP contratadas por entidades dos EUA para Operações de Contrainsurgência, conduzidas em ambiente terrestre. Para a análise das implicações das EMSP nas operações militares, optou-se por focar a análise no caso de estudo da *Operation Iraqi Freedom* (OIF), conduzida no Iraque no período de 01 de maio 2003 a dezembro de 2011, correspondente ao período das Operações de Contrainsurgência.

A presente investigação tem como objetivo geral (OG) analisar as implicações do emprego de EMSP na condução de operações militares. Para atingir este OG, identificaram-se seis objetivos específicos (OE):

OE1: Caracterizar as formas de atuação das EMSP quando empregues em operações militares.

OE2: Analisar as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Comando e Controlo (C2) e nas Atividades de Informação e Influência (AII), no âmbito da função de combate Comando-Missão.

OE3: Analisar as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Projeção de Forças e na Manobra, no âmbito da função de combate Movimento e Manobra.

OE4: Analisar as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Manutenção e Serviços, no âmbito da função de combate Apoio de Serviços.

OE5: Analisar as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Sobrevivência, no âmbito da função de combate Proteção.

Para alcançar os objetivos traçados e orientar a investigação foi formulada a seguinte Questão Central (QC): Quais as implicações da atuação das EMSP nas Operações de Contrainsurgência?

Para se responder às QC, foram identificadas as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: Como se caracterizam as EMSP, quanto à sua forma de atuação, nas Operações de Contrainsurgência?

QD2: Quais as implicações das formas de atuação das EMSP no C2 e nas AII, no âmbito da função de combate Comando-Missão?



QD3: Quais as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Projeção de Forças e Manobra, no âmbito da função de combate Movimento e Manobra?

QD4: Quais as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Manutenção e Serviços, no âmbito da função de combate Apoio de Serviços?

QD5: Quais as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Sobrevivência, no âmbito da função de combate Proteção?

A hipótese de trabalho é: o emprego de EMSP tem implicações nas operações militares e por isso, as EMSP, quando empregues em Operações de Contrainsurgência, devem estar na cadeia de comando das forças militares no terreno.

O percurso metodológico utilizado na presente investigação resulta do questionamento apresentando recorrendo a um raciocínio indutivo, procurando extrapolar a realidade observada nas Operações de Contrainsurgência, num determinado caso de estudo, procurando explicar a realidade mais abrangente das operações militares. O estudo começou a ser delineado com a revisão da vasta literatura sobre o tema, procurando identificar autores e estudos relevantes sobre a natureza e caráter da guerra, no âmbito do impacto do emprego das EMSP em Operações de Contrainsurgência e qual o seu impacto nas forças militares. Após esta fase procedeu-se à construção do modelo de análise que permitiu dividir o objeto de estudo em dimensões, passíveis de serem analisadas através dos respetivos indicadores. Passou-se seguidamente à recolha e análise de dados, tendo sido estes obtidos sobretudo de fontes abertas de organismos estatais, internacionais e não-governamentais, com a exploração dos argumentos apresentados através de entrevistas semiestruturadas a individualidades com reconhecida experiência de comando de forças militares em Operações de Contrainsurgência ou reconhecido mérito académico no estudo da temática investigada.

Decorrente do percurso metodológico adotado, o presente trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, apresenta-se uma revisão da literatura sobre a natureza e caráter da Guerra, do fenómeno da privatização da guerra e do impacto das EMSP em Operações de Contrainsurgência. No segundo, apresenta-se a metodologia seguida na investigação, com a explicação em detalhe do percurso metodológico, modelo de análise e instrumentos de recolha de dados. No terceiro, analisam-se as formas de atuação das EMSP bem como as suas implicações nas funções de combate. No final, apresentam-se as conclusões e recomendações.

Este trabalho foi realizado com recurso à ferramenta de referenciação automática de bibliografia para Microsoft® Office Word 2013, no estilo *Harvard Anglia*\* 2008.



## 1. Revisão da literatura

Neste primeiro capítulo, analisam-se algumas questões relevantes para a investigação, que orientam a definição das dimensões e indicadores de análise. Percorrem-se algumas das questões mais importantes para a conflitualidade moderna como: O que é a Guerra? Terá ela uma natureza imutável? Que caráter tem a atual conflitualidade que coloca a privatização como uma característica relevante? Que tipologia de atividades são desenvolvidas pelas EMSP em Operações Contrainsurgência e qual a natureza das implicações para o emprego de forças militares?

No final do presente capítulo apresenta-se o estado da arte no que diz respeito ao fenómeno da privatização da guerra e às implicações do emprego de EMSP na aplicação do instrumento militar.

### a. O fenómeno da privatização e as alterações ao caráter da Guerra

#### (1) Da natureza imutável da Guerra

O objeto da presente investigação está intrinsecamente ligado ao fenómeno da Guerra e seria redutor analisar um fenómeno subsidiário da Guerra e relacionado com as suas atuais características, ou o seu caráter, sem analisar a sua natureza. Muitos aspetos deste fenómeno estão a mudar mas não a sua natureza. Esta mantém-se, no fundamental, idêntica à guerra no século V ou no XIX, independentemente do nível de transformação militar ou da sociedade (Gray, 2005, p. 17). A Guerra está sobretudo ligada ao uso da força nas suas várias formas, quer seja por entidades públicas ou privadas, e, entre a Paz de Vestefália e o fim da Guerra Fria, foi uma atividade quase exclusiva do Estado (Strachan, 2006).

Carl von Clausewitz (1780-1831)<sup>6</sup> é comumente aceite, no mundo académico, como o pai das teorias sobre a guerra, por ter refletido sobre o fenómeno de um ponto de vista teórico. Estas reflexões só foram publicadas após a sua morte, pela sua mulher, baseadas nos seus escritos, no famoso livro *Da Guerra*<sup>7</sup> (1976). Para Clausewitz (1976, p. 13), a guerra é «um ato de força que consiste em submeter o inimigo à nossa vontade» e

---

<sup>6</sup> Para melhor compreender a vida e a obra de Clausewitz ler: Michael Howard, *Clausewitz: a very short introduction* (Oxford University Press, 2002); Roger Parkinson, *Clausewitz: A Biography* (Cooper Square Press, 2002); Peter Paret, *Clausewitz and the State* (Oxford University Press, 1976); Hew Strachan, *Clausewitz's On War: A Biography*. (Atlantic Monthly Press, 2007); Hugh Smith, *On Clausewitz: A Study of Military and Political Ideas*, (Palgrave Macmillan, 2005).

<sup>7</sup> No original «*Vom Krieg*».

«não é apenas um ato de política mas um verdadeiro instrumento político, a continuação das relações políticas, levadas a cabo por outros meios» (1976, p. 28). O mais importante aspeto da definição do autor é o facto de ele considerar que o aspeto mais peculiar da natureza da Guerra é «a natureza peculiar dos seus meios» (Clausewitz, 1976, p. 28). Talvez o seu maior legado sobre a natureza da guerra tenha sido a ideia de que a guerra é uma «trindade paradoxal» (Clausewitz, 1976, p. 30) que existe suspensa (de forma figurada, como se fosse um campo magnético) entre três elementos que definem a sua natureza (Figura nº 1):

«Como um fenómeno total [a guerra], as suas tendências dominantes fazem da guerra uma trindade paradoxal – composta por violência primordial, ódio e hostilidade, que deve ser vista como uma força natural cega; por um jogo de probabilidades e acaso no qual o espírito criativo é livre de vaguear; e pelo seu elemento de subordinação, enquanto instrumento político, que a torna sujeito somente à razão. O primeiro dos três aspetos interessa sobretudo ao povo; o segundo, ao comandante e ao seu exército; o terceiro, ao governo» (Clausewitz, 1976, p. 30).

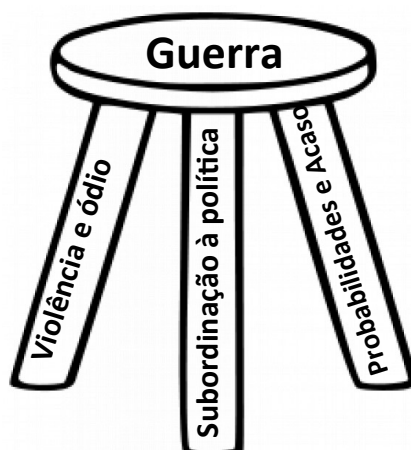


Figura nº 1 – Trindade paradoxal de Clausewitz

Fonte: (Autor, 2015) baseado em (Clausewitz, 1976, p. 30)

Um dado relevante a retirar da obra de Clausewitz, e importante para a análise da problemática da presente investigação, é que não é possível estudar qualquer fenómeno decorrente da privatização da guerra sem considerar que «estas três tendências [da trindade paradoxal] são como três diferentes códigos legais, profundamente enraizados no seu objeto e ainda diferentes através do relacionamento entre si» (Clausewitz, 1976, p. 31). Analisar o fenómeno das implicações das EMSP nas operações militares «ignorando um deles ou tentar fixar uma relação arbitrária entre eles, irá conflitar com a realidade, de uma forma que apenas por isso» tornaria esta análise inútil (Clausewitz, 1976, p. 31).

Assim, para a compreensão do fenómeno da privatização da Guerra, é importante considerar que há aspetos deste fenómeno que estão ligados à natureza da própria guerra e





que condicionam as características de cada conflito e, conseqüentemente, as implicações que as EMSP poderão ter nas operações militares. Os três elementos da trindade paradoxal de Clausewitz constituem o código genético de cada conflito, não podendo ser confundidos com as características próprias de cada caso, sendo comuns a todos eles. A Guerra tem um elemento de subordinação política e o emprego de EMSP é reflexo disso mesmo.

A violência modifica as sociedades, transformando sentimentos de patriotismo, criando sociedades pós-heroicas, onde a noção de espaço vital, de território e de soberania são diferentes, havendo necessidade de criar novas ferramentas estratégicas de exportação de segurança, como é o caso das EMSP. Por fim, a Guerra é continuamente um jogo de probabilidades e acaso, que condiciona os meios aos dispor do decisor político, num determinado «contexto político, social ou estratégico» (Gray, 2005, p. 15).

## (2) A privatização da Guerra

Uma das características mais significativas das designadas novas guerras, a par com o aumento da relevância de atores não estatais, é o aprofundamento do fenómeno da privatização da guerra (Kaldor, 2012, pp. 95-102). Este fenómeno não é novo na história. Podemos considerar que as primeiras EMSP surgiram em Itália nos Séculos XIII e XIX, assumindo-se como prestadoras de serviços militares, combatendo ao lado de quem contratasse os seus serviços e pelo melhor preço. Os *Condottieri*<sup>8</sup>, como foram designados, serviram as cidades-estado de Florença, Veneza e Génova, possuidoras de enormes riquezas mas com exércitos de dimensão reduzida. O surgimento do Estado-Soberano, formalmente reconhecido em Vestefália em 1648, fez atenuar este fenómeno. O período da perda de importância das EMSP nos campos de batalha ocorreu entre o Século XVII e o fim da 2ª GM. A descolonização e os movimentos associados a estes processos de independência, sobretudo no continente africano, trouxeram de novo à atualidade as, com as EMSP a prestarem serviços de natureza militar a governos ou facções dissidentes, na luta pelo poder, no Zaire e em Angola.

A privatização da guerra surgiu, em maior escala, no final da Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim, a desintegração do Pacto de Varsóvia e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Avant, 2005, p. 2). Os EUA<sup>9</sup> e a Europa

---

<sup>8</sup>O termo deriva da palavra *Condotta* (contrato) estabelecido entre os mercenários e as cidades-estado e da designação de *Condottiere*, atribuída ao comandante das forças mercenárias.

<sup>9</sup>Em 1993, nos EUA, a *Commission of Roles and Missions of the Armed Forces* após receber o mandato para reduzir as duplicações de meios das FA, centrou o seu trabalho na privatização das funções não essenciais das FA. Esta comissão apresentou um relatório, em 1995, onde apontava para a necessidade de uma



estavam a viver um período de expansão do liberalismo e da privatização das funções do Estado e apenas a existência de uma ameaça nuclear e a manutenção de enormes tensões militares durante a Guerra Fria, tinham impedido que a privatização atingisse as funções de segurança e defesa. O fim da Guerra Fria trouxe consigo uma diminuição significativa da dimensão dos aparelhos militares e uma consequente redução dos efetivos militares (Isenberg, 2009a, p. 1). Esta diminuição dos aparelhos militares deixou milhares de veteranos fora das fileiras, em especial os elementos das Forças de Operações Especiais (FOEsp) que tinham combatido na Guerra do Golfo, em 1991. A par com a crescente tendência para a privatização, sinónimo de eficiência e de uma boa relação custo-benefício decorrente da concorrência, abriram-se um conjunto de novas oportunidades de negócio na área da segurança privada.

Por outro lado, a década de 1990 trouxe consigo um aumento no número de conflitos internos – Angola (1991), Camboja (1991), El Salvador (1991), Moçambique (1992), Libéria (1993), Somália (1993), Ruanda (1993), Haiti (1994), Bósnia (1995), Croácia (1995), Guatemala (1997), Timor-Leste (1999) e Kosovo (1999) – (Paris, 2004, p. 3). Estes tiveram um impacto significativo nas populações no número de deslocados e refugiados, aumentando a necessidade de intervenção das Organizações Internacionais e Não-governamentais, bem como o aumento da contratação dos serviços das EMSP para sua proteção e segurança. As empresas que estavam a desenvolver atividades nestes países sentiram igualmente a necessidade de contratar mais serviços de segurança, contribuindo também para uma expansão do número de EMSP a prestarem serviços de segurança em zonas de conflito (Singer, 2003, p. Cap.5).

Outro aspeto que deu origem a um reaparecimento, nos anos 90, da privatização da guerra, e que mais tarde teve repercussões no conflito do Iraque, foi o afastamento do conflito dos grandes centros de poder e a sua deslocalização para o hemisfério sul, afastando assim o sentimento de insegurança das populações, normalmente associado ao território onde residem. A ameaça passou a estar distante e o emprego de forças militares condicionado por restrições de natureza política e social. Emergiam na sociedade sentimentos contraditórios sobre a natureza da ameaça aos seus territórios, aparentemente fora do alcance desta e a defesa dos direitos humanos de populações afetadas pela guerra.

---

privatização das funções militares não essenciais (FAS.org, 1995). Em 1995, o *Defense Science Board* apresentou um estudo ao Departamento de Defesa que apontava, nas suas conclusões, para uma poupança de 12 M\$ anuais se fossem privatizadas todas as funções não essencialmente militares das FA (Isenberg, 2009a, p. 2).



O dilema da intervenção militar internacional ganhou forma e, por isso, o quadro de missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) tenha ganho preponderância neste período. Pelos mesmos motivos, o conflito na Bósnia em 1995 foi o primeiro, da década de 90, onde foi já significativo o aumento da presença das EMSP, chegando a um rácio de 1:15 durante o conflito (Tabela nº1).

Tabela nº 1 – Números estimados da presença de EMSP na Bósnia por comparação

Fonte: (Avant, 2006, p. 330)

Conflito	EMSP	Militares	Rácio
Guerra do Golfo (1991)	9.200	541.000	1:58
Bósnia (1995)	1.400	20.000	1:15
Guerra do Iraque (2003)	21.000	140.000	1:6

O fenómeno da privatização da guerra fez-se sentir de forma mais acentuada com os conflitos do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003. Estima-se que o número de elementos das EMSP no Iraque, contratados pelos EUA, já ultrapassava o número de militares, atingido um valor histórico estimado de 173.300 em dezembro de 2008, distribuídos pelas empresas contratadas pelo Departamento de Defesa (DoD) (163.000), Departamento de Estado (DoS) (5.500) e *United States Agency for International Development* (USAID) (4.800) (Dunigan, 2011, p. Cap3)<sup>10</sup>.

A privatização da guerra pode dever-se a vários fatores, alguns deles debatidos anteriormente, mas Herfried Munkler (2007) esquematizou o fenómeno de duas formas. Segundo este autor, a privatização pode ocorrer como um processo ou como um colapso. Quando ocorre como um processo, ela representa uma decisão racional do Estado que procura um aumento da eficiência do aparelho militar numa situação de restrições económicas ou de condicionamento político. Nestes casos, o Estado pretende manter o controlo do uso legítimo da força mas por outros meios. Quando ocorre por colapso, o Estado perde a capacidade de controlar ou manter os instrumentos que lhe permitem impor a sua vontade a um conjunto de atores que o substituem numa boa parte das suas funções. Se no primeiro caso o Estado, no âmbito da racionalidade política a que a Guerra está subordinada, decide privatizar parte da função segurança, podendo, a qualquer momento,

<sup>10</sup> A definição adoptada para EMSP afeta a contabilização dos elementos em TO. Neste trabalho, e por ser utilizada uma definição *lato sensu*, que inclui todos os serviços prestados (armados e não armados), a opção pelos dados é um desafio ainda maior.



retomar o controlo da sua totalidade<sup>11</sup>. Já no caso da segunda forma, normalmente associada a Estados Frágeis<sup>12</sup>, a forma como ocorre esta privatização impede a imposição de exigências políticas, exigências estas que estarão, em parte, dependentes de intervenção externa (Munkler, 2007, pp. 221-222).

As exigências políticas da manutenção da capacidade de dominar, na sua plenitude, o uso legítimo da força, associado a um aumento da democratização no acesso à informação e à onnipresença dos média nos TO, levam a uma hipersensibilidade das sociedades modernas em relação à aplicação do instrumento militar e à existência de baixas decorrentes dos conflitos. Os investimentos em tecnologia, feitos por países como os EUA, são tão elevados que as sociedades criam, no ideário coletivo, o conceito de “zero baixas”, nas forças militares no terreno. Durante a década de 90 e até ao 11Set, a opinião pública alimentou esta ideia de que a superioridade tecnológica levaria uma guerra limpa, sem baixas, em que apenas se perdiam vidas humanas por acidente. O 11Set veio transformar esta ideia generalizada e conduzir os países ocidentais para duas guerras (Afeganistão e Iraque), em que a tecnologia apenas foi realmente relevante nos primeiros instantes. A partir daí a racionalidade política tomou conta das operações.

## **b. As EMSP e as Operações de Contrainsurgência**

### **(1) Insurgência e Contrainsurgência: uma conceitualização**

Para analisar as implicações do emprego das EMSP nas operações militares, em particular nas Operações de Contrainsurgência, é importante enquadrar o conceito e identificar as características que levam a que estas operações tenham uma forte presença de EMSP com implicações diretas no planeamento e condução de operações.

Em Portugal tem existido um debate sobre a terminologia associada a este tipo de operações<sup>13</sup>. Foi já identificada a necessidade de uma terminologia doutrinária que clarifique a utilização dos termos Subversão (*Subversion*) e Guerra Subversiva (*Insurgency*) conducente a uma atualização da doutrina portuguesa originária da Guerra Colonial (1961-1974), em linha com os desenvolvimentos doutrinários da NATO e dos EUA entre 2004 e 2014 (Rodrigues, 2009, pp. 39-40). Borges, já em 2014, defendeu que, apesar de utilizados muitas vezes como sinónimos, Subversão e Insurgência são conceitos

---

<sup>11</sup>Pode ter implicações ao nível da manutenção de capacidades nas FA que de outra forma possam sofrer um processo moroso de edificação.

<sup>12</sup>Índice de Estados Frágeis disponível em <http://library.fundforpeace.org/>.

<sup>13</sup>Também pode ser considerado um ambiente onde se desenrolam operações.



diferentes e dão origem a respostas diferentes, respetivamente, de Contrassubversão e de Contrainsurgência (Borges, 2014, p. 381). Alguns autores portugueses usam a terminologia em linha com a Doutrina NATO ou dos EUA, optando mesmo pela utilização do termo *Counterinsurgency* (COIN) na língua original (Braga, 2012).

A doutrina sobre Operações de Contrainsurgência foi aprovada pelo exército americano, em 2004, e pretendeu divulgar os ensinamentos recolhidos das operações no Iraque entre 2003 e 2004. Esta doutrina foi uma evolução dos conceitos doutrinários sobre Guerra de Guerrilha<sup>14</sup>, publicados após a 2ªGM e, durante a Guerra Fria, Conflitos de Baixa Intensidade<sup>15</sup>, estudados na comunidade de FOEsp e de Operação Militares de Não Guerra<sup>16</sup>, discutidos durante a última década do Século XX mas que nunca foram acolhidos com entusiasmo na comunidade militar, que as consideravam secundárias às operações das forças convencionais e de combate de grande envergadura, envolvendo grandes exércitos.

Uma das primeiras publicações doutrinárias foi o *Field Manual Interim* (FMI) 3-07.22 *Counterinsurgency Operations*, aprovado em outubro de 2004 e com um período de vigência de dois anos. Este manual pretendia difundir os primeiros ensinamentos trazidos do conflito no Iraque a partir da premissa de que os empenhamentos futuros na *Guerra Global Contra o Terror*<sup>17</sup> provavelmente envolveriam forças a conduzir este tipo de operações (Department of the Army, 2004, p. vi). Nesta publicação, *Insurgência*<sup>18</sup> é definida como «um movimento organizado com o objetivo de derrubar um governo instituído com o recurso à subversão e ao conflito armado» (Department of the Army, 2004, p. 1\_1) e *Insurgente*<sup>19</sup> como «aqueles que tomam parte em quaisquer atividades conduzidas para desacreditar e derrubar as autoridades do estado estabelecidas» (Department of the Army, 2004, p. iv). Define igualmente *Contrainsurgência*<sup>20</sup> como «todas as ações militares, políticas, económicas, psicológicas e civis, tomadas pelo governo para derrotar a insurgência» (Department of the Army, 2004, p. vi). Estas definições mantiveram-se válidas durante a vigência do novo FM 3-24 *Counterinsurgency* (Department of the Army, 2006) e do FM 3-24-2 *Tactics in Counterinsurgency* (Department of the Army, 2009) e coincidentes com a doutrina NATO.

---

<sup>14</sup> *Guerrilla Warfare*.

<sup>15</sup> *Low Intensity Conflict*.

<sup>16</sup> *Military Operations Other Than War*.

<sup>17</sup> *Global War on Terror*.

<sup>18</sup> *Insurgency*.

<sup>19</sup> *Insurgent*.

<sup>20</sup> *Counterinsurgency*.



Na doutrina portuguesa o termo utilizado é Operações de Contrassubversão (entendida aqui como *Counterinsurgency*). São definidas como abrangendo «todas as ações militares, paramilitares, políticas, económicas, psicológicas e civis levadas a cabo por um governo para acabar com a subversão. As forças da Nação Hospedeira e os seus aliados lutam para derrotar a oposição armada, reduzir a oposição passiva, e restabelecer a legitimidade do governo» (Exército Português, 2012, p. 2\_10).

Em 2014, foi aprovada uma nova versão do FM 3-24, designado agora por *Insurgencies and Countering Insurgencies*. Por ser considerada um motor da doutrina da NATO, a doutrina dos EUA é muitas vezes considerada um prelúdio do que, no futuro, será a doutrina da aliança e, por isso, fundamental para a atualidade do presente trabalho. Assim, será considerado o conceito de Insurgência como «o uso organizado de violência e subversão<sup>21</sup> para anular, desafiar ou tomar o controlo político de uma região e pode referir-se igualmente ao próprio grupo» (Department of the Army, 2014, p. 1\_2). Na mesma publicação, Contrainsurgência será considerada como «um esforço abrangente, no âmbito civil e militar, projetado para simultaneamente derrotar e conter a insurgência e as suas causas mais profundas» (Department of the Army, 2014, p. 1\_2).

## (2) As EMSP nas Operações de Contrainsurgência

A privatização da guerra, tal como abordada já neste capítulo, levou a um aumento exponencial do número de elementos das EMSP presentes nos conflitos ocorridos desde o 11Set. Apesar de terem características diferentes, os TO do Afeganistão e do Iraque foram o palco dessa transformação das EMSP num negócio à escala global, liderado por um conjunto de multinacionais que dominavam o mercado de segurança e que, através dos contratos de segurança celebrados com Organizações Não Governamentais (ONG), Organizações Internacionais (OI) e organismos governamentais, principalmente dos EUA e do Reino Unido. As Operações de Contrainsurgência, por natureza e definição, são o ambiente ideal para o desenvolvimento em massa destas atividades de segurança privada, que ocorrem integradas nas estruturas das forças militares ou paralelamente, não integradas na sua estrutura de comando e controlo. Várias razões tornam as Operações de Contrainsurgência o ambiente propício ao desenvolvimento deste fenómeno.

Primeiro, as Operações de Contrainsurgência são, por definição, um esforço abrangente, no âmbito civil e militar, para apoiar o governo local a diminuir ou eliminar a

---

<sup>21</sup> Subversão: «técnica de assalto ou de corrosão dos poderes formais...» (Garcia, 2010, p. 65). Pode ser considerada «uma das atividades irregulares da insurgência» (Borges, 2014, p. 383).



insurgência existente no país (ou região), bem como as suas causas mais profundas e que necessita de todos os instrumentos de poder, para além do militar (económico, político e psicológico), envolvidos nestes esforço (Department of the Army, 2014, p. 1\_2). Isto significa que o número de departamentos e agências governamentais, agências internacionais, OI e ONG presentes no TO de operações, a operar em coordenação com as forças militares, aumentam de forma significativa quando estamos a conduzir uma operação desta natureza.

Segundo, e apesar de existirem condições de segurança consideradas mínimas para o desenvolvimento de um esforço abrangente de todos os instrumentos de poder, existiam ainda movimentos opositores ao governo ou autoridade no país que provocavam insegurança no desenvolvimento das atividades destas organizações, obrigando-as a contratarem serviços de proteção que lhes permitissem conduzir as atividades.

Terceiro, o objetivo principal das Operações de Contrainsurgência é proteger a população e garantir o seu apoio para o governo local. Para isto as forças militares têm de contactar com a população o que obriga a rácios de forças bastante elevados (20 a 25 militares por cada 1000 habitantes) para conduzir tarefas “*outside the wire*” (Petraeus, 2015). Tendo em conta que o número de militares é limitado por restrições políticas e que os comandantes nunca dispõem dos meios em número ideal para o cumprimento da sua missão (Mansoor, 2015), a contratação das EMSP para o cumprimento de tarefas de segurança física, bem como outras tarefas que não impliquem contacto direto com a população, torna-se uma necessidade das Operações de Contrainsurgência, para libertar forças militares para conduzir atividades no seio da população.

Quarto, como as Operações de Contrainsurgência ao mesmo tempo que são abrangentes na sua abordagem ao problema da insurgência e das suas causas mais profundas, são ferramentas de apoio à política externa das coligações e também parceiros do governo local no combate à insurgência e é este que detém a máxima responsabilidade desse combate, recebendo apoio de vários instrumentos do poder, quer de natureza civil ou militar. Isto implica que não haja unidade de comando entre os vários departamentos governamentais presentes no TO nem mesmo entre as forças internacionais e as forças locais, podendo obter-se uma «Ação Unificada»<sup>22</sup> para obter unidade de esforço (Department of the Army, 2014, p. 1\_10). Há, portanto, um conjunto de elementos das

---

<sup>22</sup>Tradução livre do autor. No original “*Unified Action*”. *Unified Action «is the synchronization, coordination, and/or integration of the activities of governmental and nongovernmental entities with military operations to achieve unity of effort»* (Department of the Army, 2014, p. 1\_10).





EMSP, cujos serviços são contratados por entidades fora da cadeia de comando das forças militares (normalmente, o Departamento de Estado dos EUA, USAID, OI e ONG) que vão operar na mesma área geográfica e que desenvolvem, em muitos casos, atividades que poderão implicar o recurso a armas de fogo para proteção das entidades, instalações ou materiais a proteger na sua atividade.

Quinto e último, as Operações de Contrainsurgência tendem a prolongar-se no tempo e a constituírem um esforço contínuo de melhoria das condições de vida das populações e de transferência das responsabilidades de segurança para as autoridades locais. Existe, nas Operações de Contrainsurgência, uma diminuição das forças militares presentes no TO e uma tendência para o aumento da presença de elementos das EMSP.

As características das Operações de Contrainsurgência somadas ao aumento das opções pela privatização da guerra, tal como debatido já neste capítulo, sobretudo por parte dos EUA, tornaram os TO do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003-2011) um autêntico «mercado da força» (Avant, 2005). Este último, pelas suas características e pela dimensão do fenómeno do emprego de EMSP ali experimentado, será o caso de estudo para o capítulo três (Análise) deste trabalho.

### **c. Implicações do emprego de EMSP nas Operações Militares**

Apesar da quantidade de literatura produzida sobre as EMSP, e deste ser um assunto bastante sensível e com implicações de natureza prática, no dia-a-dia das forças militares e das EMSP a atuarem no terreno, as implicações do emprego de EMSP nas Operações Militares não têm sido muito discutidas na literatura de natureza académica, inclusive em Portugal. Alguns autores analisaram a problemática do ponto de vista da natureza das EMSP e das suas atividades e compararam-na com as conduzidas por mercenários nos campos de batalha até Vestefália e período pós-2ªGM (Smith, 2002; Percy, 2007). Outros autores debruçaram-se sobre as implicações políticas e estratégicas do emprego das EMSP e de que forma a privatização da segurança constituía uma nova abordagem à conflitualidade atual (Avant, 2006; Garcia, 2013; Isenberg, 2009b; Isenberg, 2009a; Kaldor, 2012; Singer, 2003; Munkler, 2007; Singer, 2001). O aparecimento de um mercado globalizado, relacionado com o negócio do uso da força por empresas privadas, e a relevância deste mercado nas relações políticas e na projeção de poder, por parte dos Estados, com relevância no sistema internacional é outro dos assuntos discutidos na literatura (Avant, 2005; Chakrabarti, 2014; Singer, 2005). Outros ainda, mais ligados à temática do direito, analisaram a aplicação do Direito Internacional Humanitário (DIH) e





as implicações legais inerentes ao uso da força por parte das EMSP, bem como a sua responsabilização ou dos países que as contratam, na aplicação das normas do DIH ou igualmente da ambiguidade legal que está envolvida na sua atuação (Magalhães, 2005; Saraiva & Roque, 2013).

Todos estes estudos analisam, indiretamente, a ligação das EMSP com as forças militares no terreno, mas não aprofundam as consequências para as forças militares da presença destes elementos na mesma área de operações. No entanto, dois autores analisaram de forma mais profunda as implicações que o emprego destas empresas tiveram na eficiência dos aparelhos militares e nas Operações de Contrainsurgência.

#### (1) As implicações das EMSP na eficiência militar

Molly Dunigan, no seu livro *Victory for Hire: Private Security Companies' Impact on Military Effectiveness* (2011), analisa o impacto das EMSP na eficiência militar em três casos distintos. Primeiro, no caso de projeção de forças militares e EMSP para o mesmo TO, trabalhando lado a lado. Segundo, a projeção de EMSP em substituição das forças militares e, terceiro, a integração dos elementos destas empresas nas estruturas militares. A autora conclui que há uma tendência histórica para uma diminuição da eficiência das forças militares quando operam lado a lado na mesma área de operações, bem como uma diminuição da probabilidade de sucesso na missão, devido a uma combinação de fatores estruturais, identitários e éticos. Por outro lado, o emprego de EMSP em substituição das forças militares tende a aumentar a eficiência militar mas diminui a possibilidade destas atividades serem conduzidas de acordo com as normas do direito internacional estabelecidas. O emprego das EMSP integradas nas estruturas militares aumenta e, ao mesmo tempo, diminui a eficiência destas forças, porquanto coloca o emprego da força dentro de padrões éticos em risco devido à complexidade legal do emprego destas empresas, mesmo quando integradas em estruturas militares (Dunigan, 2011, p. Introdução).

#### (2) As EMSP nas Operações de Contrainsurgência: os argumentos críticos

Ulrich Petersohn tem vindo a desenvolver um trabalho académico de análise da capacidade de controlo das forças militares sobre as EMSP e de que forma isso poderá influenciar o resultado final (Petersohn, 2008; 2011). Petersohn (2011) analisa os argumentos apresentados pelos críticos ao emprego de EMSP no conflito do Iraque. Divide o estudo em três argumentos apresentados pelos críticos. Primeiro, o argumento da



“fricção” entre as EMSP e as forças militares no terreno devido à sua falta de integração nas estruturas de comando e controlo das forças militares (Petersohn, 2011, pp. 784-788). Segundo, analisa o argumento do *cowboy*, usando esta ilustração para aludir ao facto das EMSP serem conhecidas por empregarem técnicas agressivas nas suas atividades (Petersohn, 2011, pp. 788-791). Terceiro, o argumento da “impunidade”, referindo-se ao facto das EMSP estarem numa situação legal complexa em relação à aplicação das leis do estado onde atuam ou os códigos de justiça militares, caindo na maioria das vezes numa situação de impunidade e de falta de responsabilização criminal das empresas e dos seus elementos por condutas impróprias, normalmente em relação à população (Petersohn, 2011, pp. 792-795). Petersohn (2011, p. 795) conclui que, no caso do conflito no Iraque e apesar de um início de relações atribulado entre as forças militares e as EMSP, através de um processo de aprendizagem mútua, foram sendo ultrapassados alguns problemas e sustentada a ideia de que a integração, no mesmo espaço de batalha, destas duas entidades é possível e que a coordenação e articulação foi melhorando.



## **2. Metodologia de investigação**

### **a. Percurso metodológico**

A presente investigação iniciou-se com a revisão da literatura onde se pretendeu identificar a problemática ligada ao fenómeno da privatização da guerra, a emergência das EMSP e a forma como as suas atividades se refletem nas operações militares, em especial nas Operações de Contrainsurgência no período pós-11Set. Nesta fase da investigação foram conduzidas entrevistas exploratórias a oficiais superiores e generais cuja reconhecida experiência académica e de comando de operações, permitiu orientar a investigação.

No início da investigação ficou claro que estudar as implicações das EMSP nas operações militares era um desafio. Por outro lado ficou também claro que havia um elemento chave que era preciso analisar. Era preciso responder às questões: Todas as EMSP presentes nos TO tem idênticas implicações nas operações militares? Se sim essas implicações influenciam da mesma forma a condução de operações? Chegou-se às respostas que as implicações das EMSP não dependem apenas de elas existirem ou não em TO, tendo em conta que isso já acontece há séculos, mas realmente o que fazem nos TO tem influência na condução das operações. No passo seguinte analisou-se a atuação das EMSP tentando diferenciar, não entre si, mas em relação ao que fazem e como atuam.

Se seguida olhou-se para as operações militares. Um Operação Militar é uma “ação militar necessária para o cumprimento de uma missão estratégica, tática, de serviços, de treino ou administrativa” (Exército Português, 2012, p. B\_16) e pressupõe a combinação de Funções de Combate, entendidas como “um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino”. Essas Funções de Combate das forças terrestres são: Comando-Missão, Informações, Movimento e Manobra, Fogos, Proteção, Apoio de Serviços (Exército Português, 2012, pp. 2\_24 - 2\_33).

A opção recaiu pela divisão do objeto em seis dimensões correspondentes às funções de combate<sup>23</sup> (Figura nº2). Dada a natureza do trabalho, as limitações de tamanho e dos

---

<sup>23</sup>Função de Combate: “um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino”. As Funções de Combate das forças terrestres são: Comando-Missão, Informações, Movimento e Manobra, Fogos, Proteção, Apoio de Serviços (Exército Português, 2012, pp. 2\_24 - 2\_33).

dados disponíveis, optou-se por quatro dimensões apenas: Comando-Missão, Movimento e Manobra, Apoio de Serviços e Proteção.

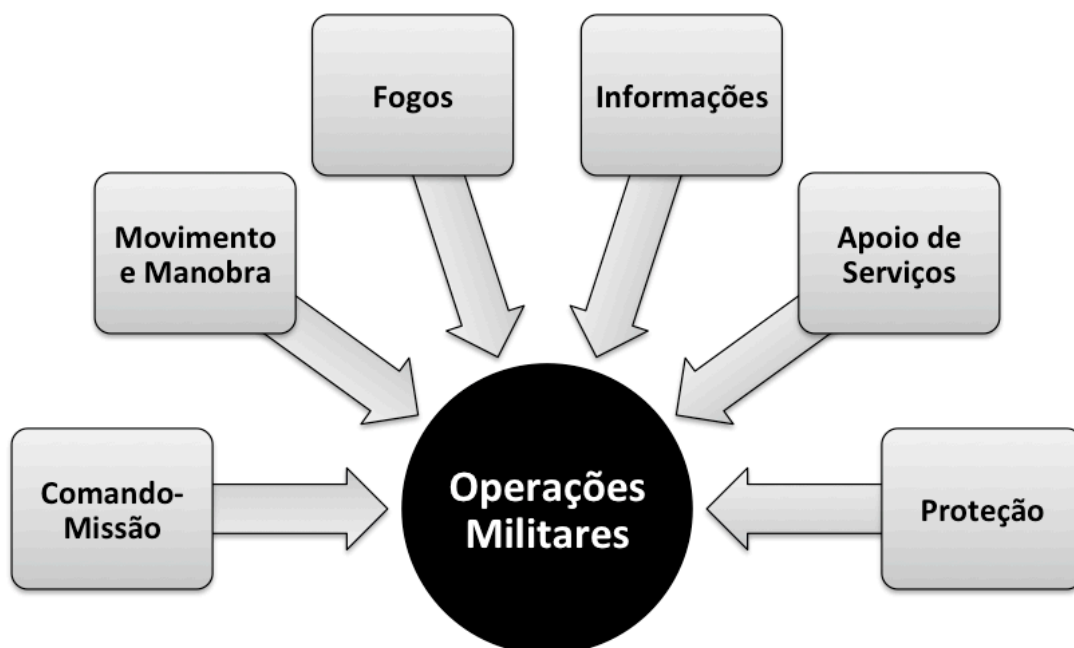


Figura nº 2 – Funções de Combate

Fonte: (Autor, 2015) baseado em (Exército Português, 2012, pp. 2\_24 - 2\_33)

Definido o modelo de análise, as respetivas dimensões e indicadores, que será detalhado de seguida, procedeu-se à recolha de dados. A recolha de dados foi orientada para um Caso de Estudo correspondente às Operações de Contrainsurgência, no Iraque, entre 2003 e 2011. Esta recolha de dados foi efetuada a partir de relatórios de entidades oficiais sobre as atividades das EMSP no Iraque e um conjunto de entrevistas semiestruturadas de aprofundamento a oficiais que desempenharam funções de comando e com reconhecida experiência em Operações de Contrainsurgência bem como investigadores que realizaram investigação no âmbito deste tema. As entrevistas foram transcritas de acordo com a metodologia apresentada por Kowal & O' Connel (2004, pp. 248-252) e analisadas de acordo com o procedimento de Christiane Schmidt (2004, pp. 253-258) descritas no livro *A Companion to Qualitative Research* (SAGE Publications) editado por Flick, et al. (2004). Procedeu-se de seguida à análise dos dados e conclusões.

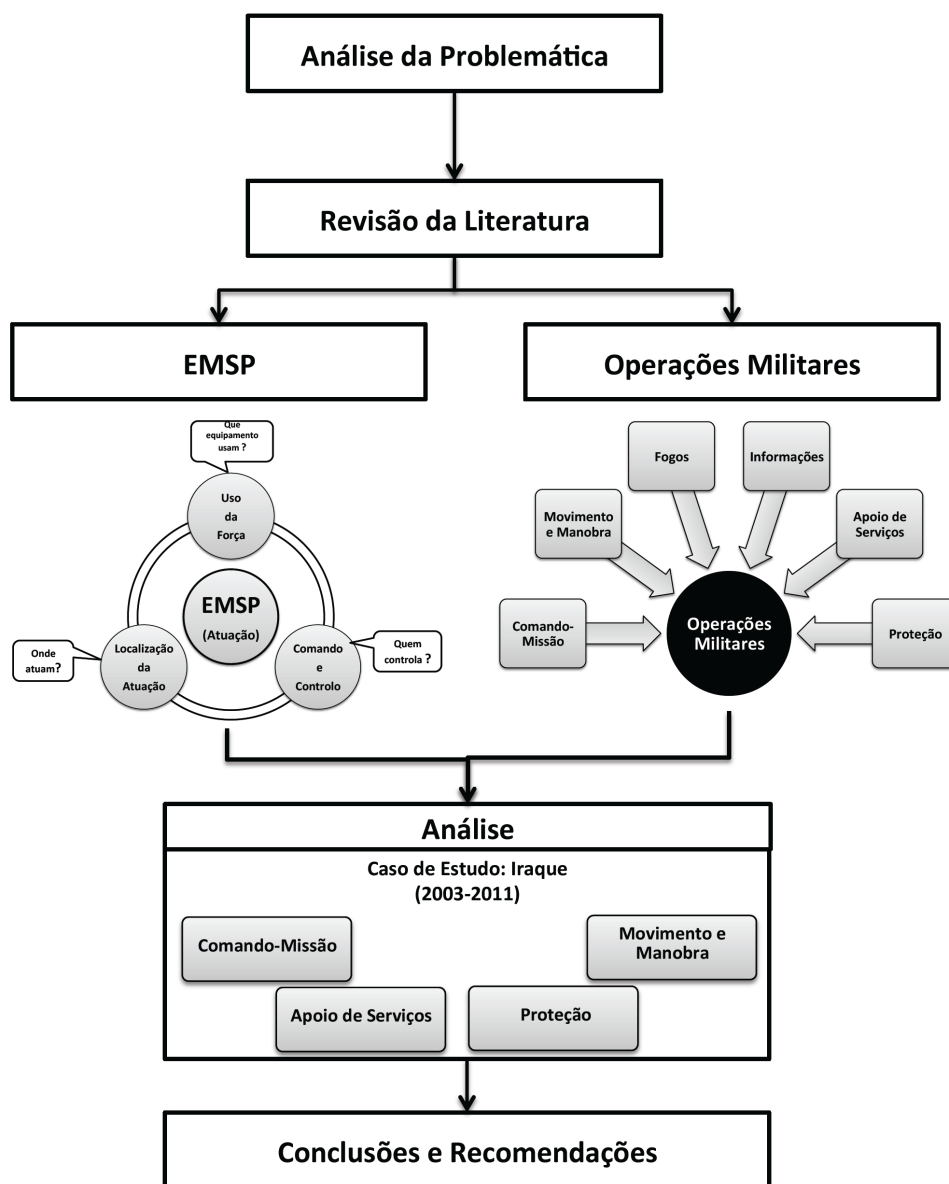


Figura nº 3 – Percurso de investigação

Fonte: (Autor, 2015)

### b. Modelo de análise

Na definição do modelo de análise foram consideradas quatro Dimensões (D) correspondentes a quatro das funções de combate sincronizadas pelas forças terrestres, com relevância para o estudo. Para analisar as dimensões foram identificados Indicadores (I) correspondentes várias tarefas desenvolvidas no âmbito das funções de combate escolhidas.



### Dimensões:

- D1 – Comando-Missão: «desenvolve e integra todas as atividades que proporcionam ao comandante equilibrar a arte de comando e a ciência do controlo» (Exército Português, 2012, p. 2\_25).
  - I1.1 – Comando e Controlo
  - I1.2 – Atividades de Informação e Influência
- D2 – Movimento e Manobra: «é composta pelas tarefas e sistemas que movimentam forças para alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo» (Exército Português, 2012, p. 2\_28).
  - I2.1 – Projeção de Forças
  - I2.2 – Manobra
- D3 – Apoio de Serviços: «relaciona as tarefas e sistemas que garantem o apoio de serviços assegurando liberdade de ação, extensão do alcance operacional e prolongando a resistência da unidade» e «visa a manutenção do potencial de combate da força durante o tempo necessário ao cumprimento da missão» (Exército Português, 2012, p. 2\_31).
  - I3.1 – Manutenção
  - I3.2 – Serviços
- D4 – Proteção: «engloba as tarefas e sistemas que preservam a força para se dispor do máximo de potencial de combate».
  - I4.1 – Sobrevivência

### **c. Caso de Estudo**

O caso de estudo escolhido foi o da OIF, correspondente às Operações de Contrainsurgência iniciadas aquando da declaração do Presidente George W. Bush a 08 de maio de 2003, declarando o fim das Operações de Combate de Grande Envergadura. A delimitação temporal do caso de estudo corresponde ao período de 2003, onde o início das Operações de Contrainsurgência marcaram uma escalada da presença de EMSP no Iraque e o ano de 2011, altura em que as forças da coligação, liderada pelos EUA, retiraram do Iraque. Este caso de estudo, e o período escolhido, tem um conjunto de características que permitem a recolha de dados de forma a proceder a uma análise abrangente da



problemática. Primeiro, na guerra no Iraque, a partir de 2004, assistiu-se a um aumento exponencial da presença de EMSP, operando na estrutura de comando das FA da coligação mas também ao serviço de outros organismos estatais e de OI e ONG. Segundo, este conflito marcou uma nova fase do fenómeno da privatização, trazendo novos desafios às forças militares que operavam no terreno, ao lado destas empresas. Por último, este conflito tem sido bastante escrutinado por organizações governamentais, não-governamentais e internacionais, que nos permite uma recolha de dados factuais sobre as atividades das EMSP e sobre o impacto destas nas operações militares.

#### **d. Observação e recolha de dados**

A observação e recolha de dados para análise baseou-se nos seguintes instrumentos:

- Relatórios de organismos e agências governamentais, não-governamentais e agências internacionais sobre o emprego de EMSP e as suas implicações para as operações militares.
- Audições do Congresso ou Senado a membros da administração dos EUA, das FA ou das EMSP dos EUA.
- Entrevistas semiestruturadas a oficiais com reconhecida experiência na condução de operações de COIN e que, preferencialmente, tenham comandado forças no TO do Iraque.
- Entrevistas a investigadores na área das EMSP.
- Outros dados disponíveis em estudos, publicações biográficas ou disponíveis em meios de comunicação social que realizem investigação jornalística.

Na recolha de dados foram usados os seguintes organismos:

- *U.S. Congress – Committee on Oversight and Government Reform.*
- *U.S. Congress – Armed Services Committee.*
- *U.S. Government Accountability Office (GAO).*
- *U.S. Congressional Research Service (CRS).*
- *U.S. Office of Management and Budget (OMB).*
- *U.S. Department of Defense: U.S. Central Command – SPOT Tracking System.*
- *University of Denver – Private Security Monitor (PSM).*
- *Project On Government Oversight (POGO) – Federal Contractor Misconduct Database (FCMD).*
- *RAND Corporation.*



Os militares e civis, intencionalmente selecionados, aos quais foram realizadas entrevistas semiestruturadas de exploração e aprofundamento, detém reconhecida experiência de comando de forças militares em Operações de Contrainsurgência no Iraque ou competências académicas no âmbito da temática em análise. Essas personalidades foram as seguintes:

- General *U.S. Army* (Ref) David H. Petraeus.
- Tenente-General *U.S. Army* (Ref.) Daniel Bolger.
- Coronel *U.S. Army* (Ref) Peter Mansoor.
- Major *U.S. Army* Neil Hollenbeck.
- Professor Ulrich Petersohn - Universidade de Liverpool.

Estas individualidades não foram entrevistadas para refletirem sobre as funções que desempenhavam à data da entrevista mas sim acerca da sua experiência profissional, no desempenho de funções de comando e direção de relevo nas organizações acima descritas ou no âmbito das atividades de investigação realizadas. Pretendeu-se obter uma reflexão que visasse as questões mais abrangentes da problemática em investigação, sendo as suas opiniões de natureza pessoal, não refletindo a posição oficial das organizações nas quais desempenham as suas funções. A análise das entrevistas pode ser encontrada no Apêndice G.





### **3. Análise**

#### **a. Caracterização da atuação das EMSP**

O aumento exponencial da presença de EMSP, nos modernos TO, deveu-se à persistência dos conflitos e ao aumento da insegurança decorrente das atividades das insurgências, do alargamento das operações para uma abordagem mais abrangente, com recurso aos restantes instrumentos do poder (político, económico e psicológico). Adicionalmente, o facto de as FA dos vários países, e particularmente no caso dos EUA, não terem como missão garantir a segurança de outras organizações nacionais presentes em TO. Isto levou a que as EMSP passassem a desenvolver atividades de segurança normalmente associadas às forças militares e ao emprego legítimo da força. Com as forças militares a serem substituídas pelas EMSP, na aplicação da força para garantir a segurança de pessoas e bens, passaram os militares a sofrer as implicações nas operações, da presença destas empresas.

Após a conclusão inicial que as implicações dependem do tipo de atuação, não sendo possível observar o objeto de estudo sem abordar estas diferenças no modo de atuação três questões surgiram sobre a atuação das EMSP: Quem as controla? Que equipamento usam? Onde atuam? (Figura nº 4). Neste ponto pretende-se caracterizar as formas de atuação das EMSP quando empregues em operações militares quanto aos seguintes critérios: uso da força, integração nas estruturas militares (C2) e localização da atuação.

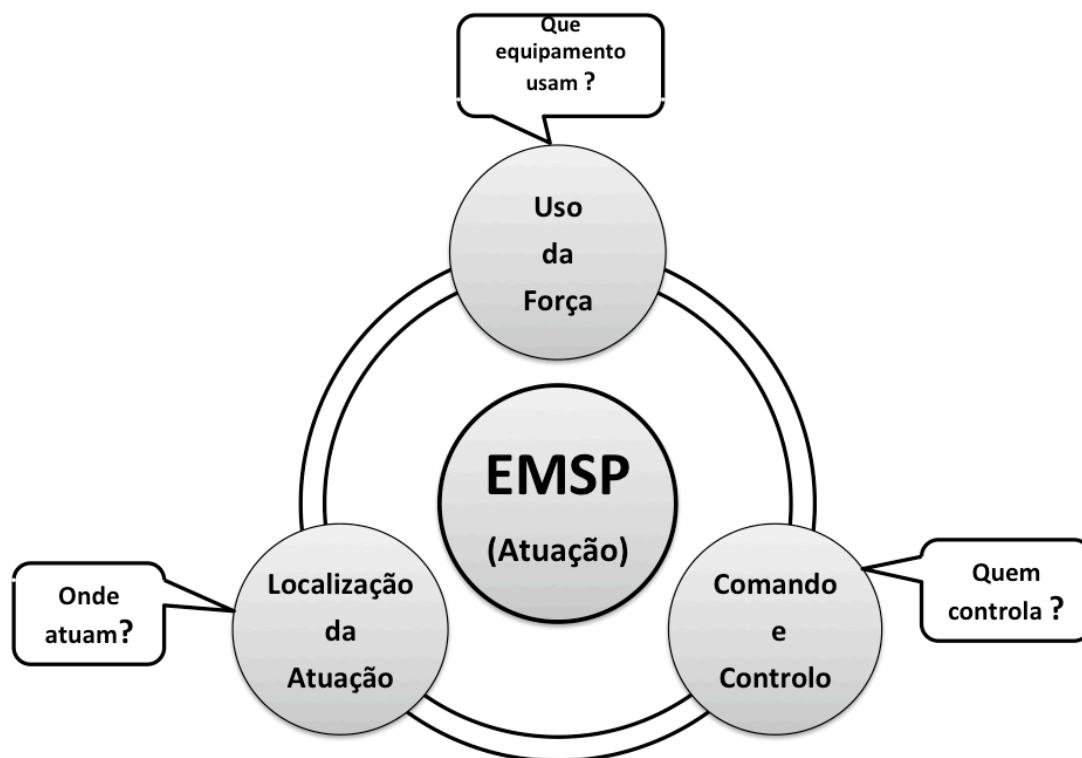
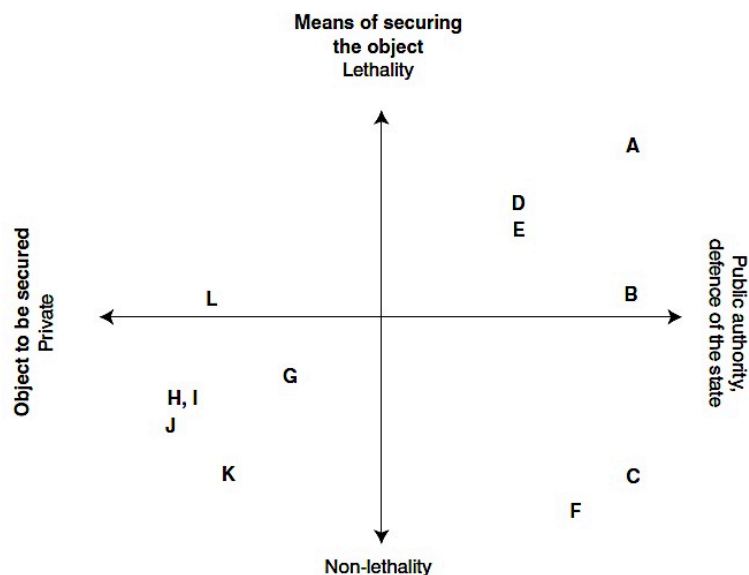


Figura nº 4 – Diferenças na atuação das EMSP

Fonte: (Autor, 2015)

(1) Uso da força armada – Que equipamento usam?

A primeira reflexão a fazer é a distinção do modo de atuação por utilização da força armada. Esta distinção mostra-se essencial, tendo em consideração que o uso da força armada, por entidades privadas, pode ter implicações mais profundas ao nível da população, do enquadramento legal das EMSP, da relação com o poder legítimo dos Estados onde estas operam, quer sejam contratadas por instituições militares ou por outros departamentos governamentais ou não governamentais. Kinsey (2006, p. 22) fez um enquadramento das atividades das EMSP por tipo de ator. Utilizou oito empresas e comparou-as no seu estudo com outros quatro atores: três ligados ao Estado (forças militares tradicionais, polícia paramilitar e polícia convencional) e outras empresas de segurança. O resultado do estudo apresenta-se na figura nº 5 e pretende localizar cada EMSP estudada no espectro de acordo com a natureza do objeto seguro (privado ou público) e de acordo com a letalidade dos meios empregues para a segurança desse objeto (letais ou não letais).

Figura nº 5 – Distribuição das EMSP<sup>24</sup> de acordo com o objeto seguro

Fonte: (Kinsey, 2006, p. 10)

O problema da categorização destas empresas por tipo de serviços reside no alargado espectro de atividades conduzidas e na enorme diversidade dos seus clientes, desde as forças militares, Departamentos/Ministérios da Defesa ou de Estado/Negócio Estrangeiros até OI e ONG (Kinsey, 2006, p. 9). Ressalta o facto de que apesar da grande diversidade, as suas atividades concentram-se, àquela data, nos campos privado e não-letal. A tendência poderá ser alterada à medida que o enquadramento legal dos Estados e o DIH evolua de modo a tornar mais consensual e aceitável a opção política das empregar nos domínios privado, público e letal.

Quando atuam com recurso a força, as atividades das EMSP podem ser: segurança de pessoas, instalações ou propriedade e qualquer outra atividade que requeira o uso de armamento na sua execução. No Iraque, de acordo com o estudo do *Congressional Research Service*, (Elsea, et al., 2008, p. 3) no âmbito das suas missões, eram desenvolvidas as seguintes atividades Armadas:

- Segurança Estática: proteção instalações fixas.
- Escoltas a colunas: proteção de colunas em movimento.
- Segurança de pessoal: proteção de indivíduos em movimento em zonas de risco.

<sup>24</sup> A - Traditional Westphalian state military; B - Paramilitary police; C - Conventional police; D - EO; E - Sandline International; F - MPRI; G - DynCorp; H - ArmorGroup International PLC; I - Control Risks Group; J - Erinys; K - Group 4 Securicor; L - Ad hoc security companies (Kinsey, 2006, p. 10).



- Segurança de Altas Entidades: proteção de indivíduos com funções relevantes (VIP).

A atuação Não Armada das EMSP incluía as seguintes atividades:

- Coordenação operacional: estabelecer e operar centros de comando, controlo e comunicações.
- Análise de Informações: recolha de informações e análise de ameaças.
- Treino das FA e FSeg: treino das Forças de Segurança Iraquianas.

Para verificar as implicações destas empresas nas operações militares é importante por admitir que algumas delas “concorrem” no “mercado da força” logo, as suas atividades distinguem-se sobretudo pelo uso (ou não) da força letal, decorrente do uso de armas. Então consideram-se que a atuação das EMSP, quanto ao emprego da força armada, podem caracterizar-se por Armadas ou Não Armadas. As atividades, no âmbito do uso legítimo da força, terão implicações diferentes nas operações militares porquanto as EMSP e as forças militares “concorrerem” no aspeto do uso legítimo da força.

## (2) Integração nas estruturas militares<sup>25</sup> – Quem controla?

O segundo aspeto a ser considerado na caracterização das atividades das EMSP, é a distinção entre as empresas que atuam no âmbito de contratos com comandos militares e as que atuam para outros organismos governamentais ou não governamentais, nacionais ou internacionais, sem qualquer dependência das forças militares, ou apenas com uma relação de coordenação. Assim, deve ser destacado que as implicações nas operações militares também diferem, de acordo com o grau de integração destas empresas nas estruturas militares existentes no TO.

As EMSP não integradas na estrutura militar podem ser contratadas por agências governamentais, organizações não-governamentais, por empresas multinacionais a desenvolver atividades nos TO ou por outras empresas de segurança (subcontratadas pelas EMSP). As EMSP, contratadas pelas forças militares incluem uma variedade de serviços que vão desde a segurança, apoio às atividades logísticas, informações e proteção pessoal. As EMSP integradas nas estruturas militares desempenham tarefas em todas as funções de combate.

Para analisar as implicações nas operações militares é necessário distinguir que o facto de as EMSP estarem integradas, ou não, nas estruturas militares, diferencia as

---

<sup>25</sup> Esta distinção foi abordada por Molly Dunigan no seu livro *Victory for Hire: Private Security Companies' Impact on Military Effectiveness* (2011, Stanford University Press)



implicações decorrentes do seu emprego. A atuação das EMSP quanto à integração nas estruturas militares, podem caracterizar-se por integradas nas estruturas militares e não integradas nas estruturas militares, sendo a relação de C2 diretamente dependente e proporcional ao grau de integração mencionado.

### (3) Localização de atuação – Onde atuam?

O terceiro aspeto a ser considerado na esquematização das atividades das EMSP é a localização das suas atividades. Este indicador refere-se à diferenciação entre as atividades desenvolvidas dentro de infraestruturas, edifícios ou bases militares ou civis e as desenvolvidas em contacto com a população, normalmente no exterior. Assim, para analisar as implicações das atividades das EMSP nas operações militares no âmbito da localização da sua atuação considera-se que estas podem ser desenvolvidas *inside the wire*<sup>26</sup> ou *outside the wire*<sup>2728</sup>.

### (4) Síntese Conclusiva

As implicações das EMSP nas operações militares são bastante condicionadas pela natureza e forma de atuação destas empresas. No entanto, a condução de operações militares não é indiferente à presença das EMSP. Pretende-se analisar as diversas atividades desenvolvidas pelas EMSP, baseadas no Caso de Estudo do Iraque, e relacionar estas atividades com as implicações para as operações militares de contrainsurgência.

Para analisar estas implicações deve reconhecer-se que não é tão importante definir-se o que são mas sim o que fazem. Será útil esquematizar as atividades das EMSP de acordo com as suas implicações para as operações militares. Na figura nº 6 apresenta-se uma sistematização gráfica do espectro de atuação das EMSP nas operações militares, que pretende criar uma taxonomia para analisar a forma como as diferentes atividades das EMSP podem ter implicações distintas nas operações militares. Em resposta à QD1 - Como se caracterizam as EMSP nas Operações de Contrainsurgência quanto à sua forma de atuação? – Chegou-se à conclusão que podem ser caracterizadas:

- Quanto à utilização da força armada: armadas e não armadas (colunas).
- Quando à localização: *inside the wire* e *outside the wire* (linhas).

---

<sup>26</sup> Dentro das bases ou instalações (Tradução do autor).

<sup>27</sup> Fora das bases ou instalações (Tradução do autor).

<sup>28</sup> Estas expressões foram utilizadas pelos entrevistados pelo que se decidiu mantê-las na língua original por não haver expressões em língua portuguesa que ilustrem a situação.

- Quanto à integração nas estruturas militares: integradas ou não integradas nas estruturas militares (losango).

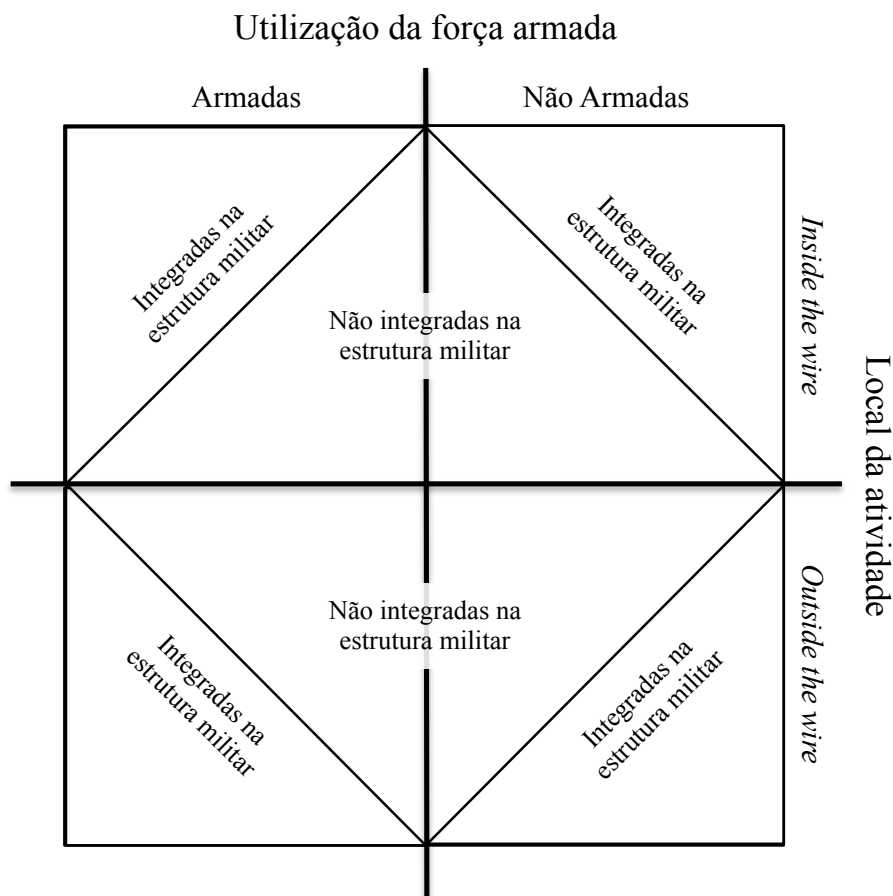


Figura nº 6 – Espectro das atividades das EMSP

Fonte: (Autor, 2015)

## b. D1. Comando-Missão

Nesta dimensão pretende-se analisar as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de C2 e nas AII, no âmbito da função de combate Comando-Missão. Esta função de combate sobreleva o papel do comandante e o primado da liderança nas operações terrestres. Para analisar esta dimensão irá abordar-se as tarefas de C2 e AII.

### (1) Comando e Controlo

O comando e controlo das atividades das EMSP no Iraque sempre foi um desafio para as forças militares. Logo nos primeiros meses da operação as forças militares sentiram a necessidade de obter visibilidade (localização e atividade das EMSP) sobre estas atividades tendo em conta o número de elementos que operavam nas várias áreas de responsabilidade. O grande desafio para as forças militares na condução das suas operações era a visibilidade das atividades das empresas que operavam fora da estrutura

militar e que prestavam serviços para outros organismos do estado, fora do Departamento de Defesa (DoD) ou para empresas privadas que tiveram necessidade de contratar os serviços das EMSP devido ao crescente aumento da insegurança no Iraque desde o fim das Operações de Combate de Grande Envergadura, em 01 de maio de 2003.

Podemos identificar dois grandes incidentes envolvendo EMSP que tiveram repercussões na coordenação entre as EMSP e as forças militares no Iraque, dando origem a três períodos do conflito com características diferentes e com implicações diretas na conduta das operações (figura nº 7). O primeiro período corresponde ao fim das operações de combate de grande envergadura, declarado a 01 de Maio de 2003, e o incidente envolvendo quatro elementos da empresa *Blackwater*, em Fallujah, a 31 de março de 2004. O segundo período decorre entre este incidente e um outro envolvendo a mesma empresa, na Nisour Square, a 16 de setembro de 2007, o qual resultou na morte 14 civis iraquianos e ferimentos noutros 17<sup>29</sup>. E o período seguinte decorre até ao final da operação, em dezembro de 2011.

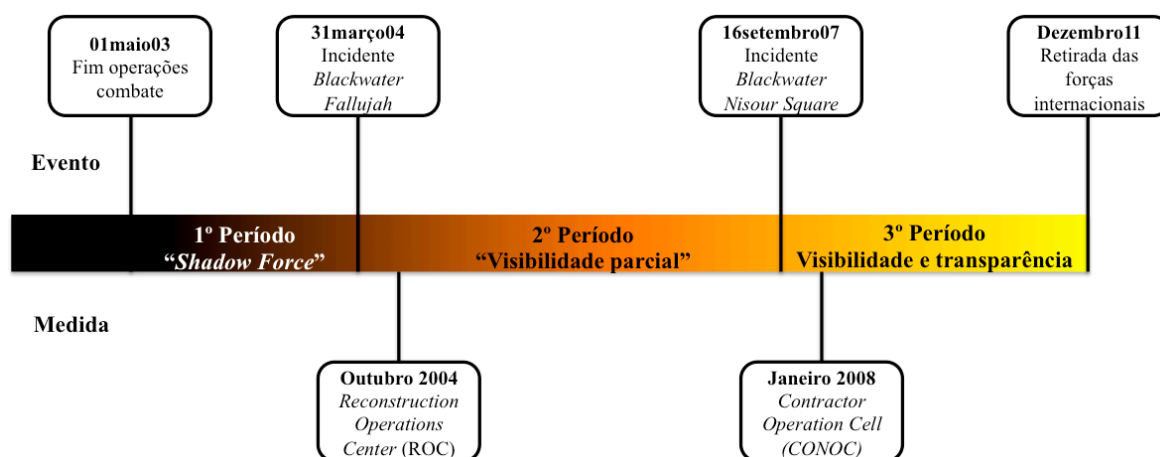


Figura nº 7 – Coordenação entre EMSP e forças militares

Fonte: (Autor, 2015)

O primeiro período caracterizou-se pela ausência de coordenação entre as EMSP e as forças militares no terreno. As coordenações existentes eram feitas *Ad Hoc*, baseadas em relações pessoais de antigos soldados americanos que operavam do lado das EMSP e das estruturas militares. Por exemplo, em Bagdade, as EMSP circulavam sem visibilidade ou coordenação com os militares, impedindo o conhecimento da sua atividade e

<sup>29</sup> Os quatro elementos da *Blackwater* envolvidos neste incidente foram condenados por um tribunal federal no EUA no passado dia 13 de abril (FBI, 2015) depois de terem sido condenados num tribunal de Nova Iorque em 2014 (FBI, 2014). Um dos elementos foi condenado a prisão perpétua e os três restantes a 30 anos de prisão.



impossibilitando o envio de uma força militar em seu auxílio em caso de necessidade. Foi o incidente de 31 de março de 2004, envolvendo quatro elementos da EMSP *Blackwater*, que fez com que este problema do controlo e visibilidade das EMSP realmente viesse a público, no entanto os comandantes já o sentiam no terreno e na sua ação de comando. Este trágico evento colocou a empresa *Blackwater* nas páginas dos jornais, cerca de 10.000 homens a combater nas ruas da cidade de *Fallujah* e os comandantes militares a braços com um enorme desafio de controlo e visibilidade das atividades destas empresas. Este incidente decorreu no desenrolar de um serviço armado fora da estrutura militar<sup>30</sup> e *outside the wire*. A coluna utilizou o itinerário circundante à cidade de *Fallujah* sem coordenação prévia com as forças militares (Scahill, 2007, pp. 78-79), sem avaliação da ameaça na área e sem a possibilidade de estabelecer contacto via rádio com qualquer unidade militar por não possuírem rádios compatíveis ou partilha de frequências. Durante este período, não existiam meios de comunicação compatíveis entre as EMSP e as forças militares pelo que não havia a possibilidade de pedir apoio à força militar mais próxima. O incidente envolvendo os elementos da *Blackwater*, às portas da cidade de *Fallujah*, veio trazer a público os problemas de coordenação existentes no terreno. Esta falta de coordenação levou, muitas vezes, à existência de incidentes com fogo fratricida entre as forças militares e as EMSP (“*Blue on white*”).

O segundo período, marca uma mudança significativa nas medidas implementadas para aumentar a coordenação das atividades das empresas privadas a operarem no Iraque. A coordenação deixa de ser uma atividade informal e passa a ser conduzida numa estrutura criada para o efeito. Em outubro de 2004, na sequência do incidente em *Fallujah*, foi criado o *Reconstruction Operations Center* (ROC) composto por um ROC Nacional e seis ROC Regionais (Figura 8) (GAO, 2005, p. 23).

---

<sup>30</sup> Estes elementos estavam a realizar uma escolta para a *Eurest Support Services* a operar no Iraque.



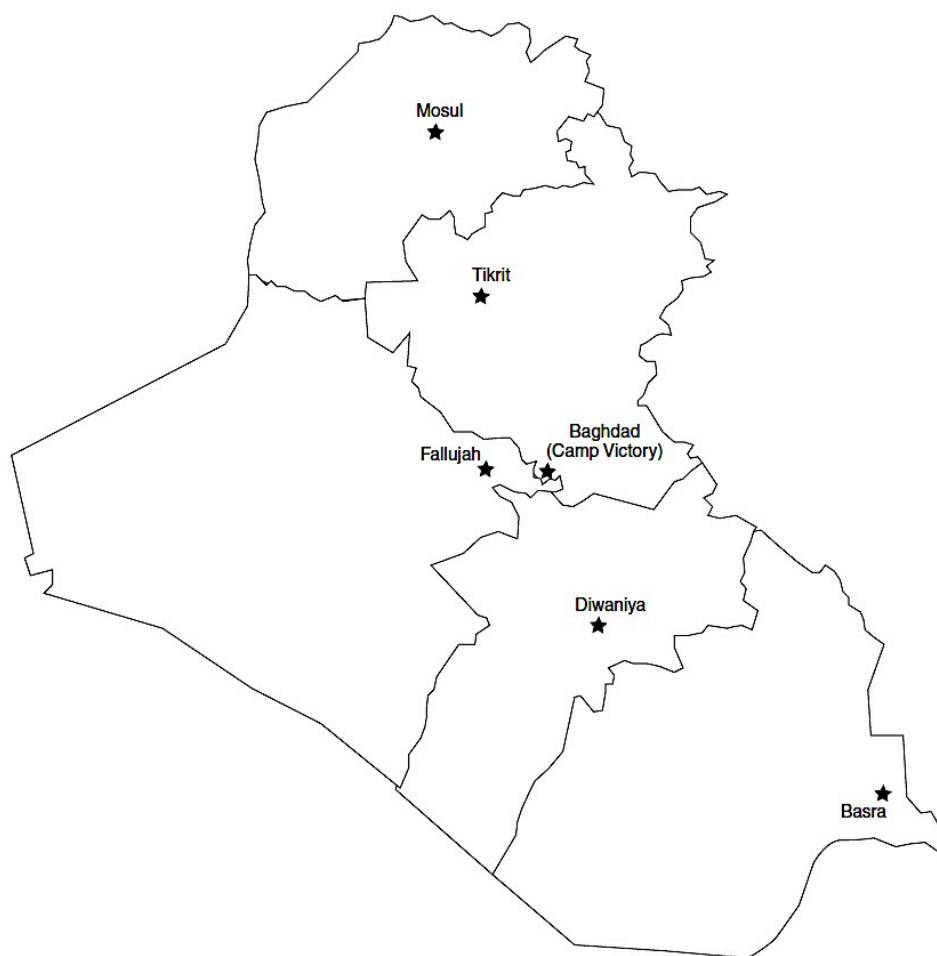


Figura nº 8 – Localização dos ROC ao nível regional

Fonte: (GAO, 2005, p. 24)

Estes centros serviam para partilhar informação entre as forças militares e as EMSP mas tinha um carácter de participação voluntária. Algumas das principais EMSP a operarem no Iraque não participaram nesta iniciativa de coordenação. O ROC recebia pedidos e partilhava informação entre os participantes, garantia a existência de Forças de Reação Imediata para as atividades das EMSP “*outside the wire*” caso estas fizessem pedidos de apoio e melhorava as comunicações entre as entidades participantes, militares e privadas (GAO, 2005, pp. 25-26). Isto garantia alguma legitimidade por parte das forças militares no uso da força e uma visibilidade permanente das EMSP voluntárias no processo. Mas era uma visibilidade limitada. Os comandantes militares não detinham a capacidade de C2 sobre as empresas privadas e apenas tinham visibilidade parcial sobre as que participavam no órgão de coordenação. Mas foi um passo importante na coordenação das atividades destas empresas e na forma como os comandantes militares controlavam os seus meios e



um reforço na coordenação destas atividades resultou numa melhor sincronização da função de combate Comando-Missão.

O início do terceiro período é precipitado mais uma vez por um incidente grave envolvendo elementos da *Blackwater*, desta vez no incidente que ficou conhecido como “Nisour Square”, onde uma escolta da empresa abriu fogo sobre viaturas civis que circulavam próximo das viaturas escoltadas, tendo os elementos desta EMSP aberto fogo sobre as viaturas civis para proteger os diplomatas que escoltavam (CRS, 2008, p. 12)<sup>31</sup>. No início de 2008 são criados, na estrutura militar da MNF-I, as *Contractor Operations Cells* (CONOC). São criadas células no comando da MNF-I e cinco nos comandos regionais com a finalidade de efetuar a coordenação geral das atividades das EMSP (até aqui entregue aos ROC), e controlar os movimentos destas empresas em todo o TO e facilitar o tratamento da informação relativa aos relatórios de incidentes envolvendo EMSP (GAO, 2008, p. 21).

Um dos relatórios, elaborado para o congresso dos EUA, aponta três vantagens para a criação destas células em comparação com os ROC: (1) as CONOC passam a estar localizadas nas forças militares que detém o controlo da respetiva área de responsabilidade; (2) os comandantes passam a ter uma melhor compreensão situacional das EMSP e podem ver agora as atividades destas empresas num contexto mais alargado do seu espaço de batalha, podendo as viaturas das EMSP serem monitorizadas com os mesmos sistemas de monitorização aplicados às forças militares; (3) o comandante militar na área passou efetivamente a exercer o C2 dos movimentos das EMSP, detendo a autoridade para autorizar ou proibir os movimentos das EMSP (GAO, 2008, p. 21; MNF-I, 2010).

Adicionalmente o CONOC desenvolveu procedimentos comuns ao nível das comunicação entre as forças militares e as EMSP, tendo as últimas recebido sistemas de comunicação (rádios e comunicação satélite) idênticos às forças militares, através de financiamento do próprio CENTCOM. Desde 2007, o número de incidentes envolvendo EMSP dos EUA diminuiu como mostra o gráfico ilustrativo dos incidentes envolvendo empresas contratadas pelo Departamento de Estado (Figura 9).

---

<sup>31</sup> No dia 13 de abril de 2015 um tribunal federal dos EUA condenou os quatro elementos envolvidos nesta ação podendo esta condenação ser considerada histórica no âmbito da responsabilização das EMSP pelo uso indevido da força.

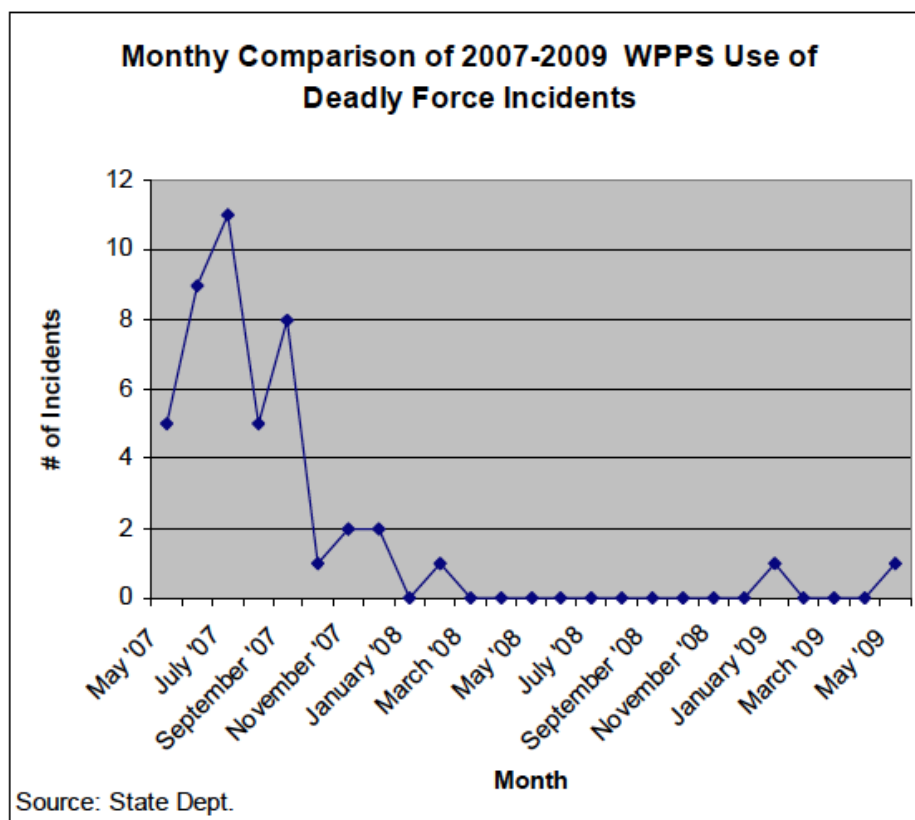


Figura nº 9 – Incidentes envolvendo o uso da força entre mai07 e mai09

Fonte: (CoWCIA, 2009, p. 66)

A falta de C2 das EMSP por parte dos comandantes militares é um dos indicadores mais apontados nas opiniões dos entrevistados. O General Petraeus aponta que houve a necessidade da MNF-I trabalhar em conjunto com as EMSP para garantir visibilidade permanente sobre as suas atividades e aponta igualmente o incidente na Nisour Square como um marco importante no aprofundamento da ligação entre as forças militares e as EMSP (Petraeus, 2015). Igualmente, todos os restantes militares entrevistados aponta a necessidade dos comandantes militares deterem comando e controlo sobre as atividades das EMSP como forma de diminuir as implicações das EMSP nas operações e assegurar a sua responsabilização pelos incidentes que possam ocorrer, sobretudo quando há recurso a armas de fogo (Mansoor, 2015; Hollenbeck, 2015; Bolger, 2015). Igualmente procuramos obter a opinião de académicos que tenham estudado o fenómeno das EMSP. Sobre esta matéria o professor Ulrich Petersohn aponta a necessidade de aumentar a visibilidade e o controlo por parte dos comandantes militares e de incluir todas as EMSP a operar em TO no esforço de coordenação. Identificou também o CONOC como um exemplo para um mecanismo de controlo para todas as EMSP a conduzirem atividades em TO (Petersohn, 2015).



## (2) Atividades de Informação e Influência

Vários relatórios governamentais apontam para a existência de um impacto direto das atividades das EMSP na capacidade das forças militares influenciarem a população no sentido do apoio à missão. Apesar de este impacto ser difícil de mensurar, há um entendimento generalizado de que, numa operação de contrainsurgência, a falta de apoio das populações ao governo local e às forças internacionais, normalmente resulta na transferência desse apoio para o lado das insurgências, resultando em maior insegurança e menor probabilidade de sucesso das operações militares e da missão. As EMSP que atuam *outside the wire*, são muitas vezes acusadas de terem um comportamento agressivo com a população local, devido sobretudo à natureza da sua missão de proteção de pessoas ou bens. Este comportamento decorre de um sentimento de impunidade criado pela ambiguidade e/ou ausência de legislação aplicável às suas atividades e ao cariz potencialmente ilegal dos atos praticados na condução dessas atividades. Em 27 de junho de 2004, a CPA difundiu a sua ordem N° 17 tornando as EMSP imunes à lei e ao sistema legal iraquiano, criando um vazio legal que levou à desresponsabilização dos atos potencialmente criminosos praticados nas atividades das EMSP (CPA, 2004, p. 5).

O número de casos classificados como violações dos direitos humanos é também significativo para avaliar o impacto na população das atividades das EMSP. Um relatório de investigação realizado pelo *United Nations Working Group on the Use of Mercenaries* concluiu que entre 2004 e 2009 foram contabilizados 42 incidentes considerados mais significativos de violação dos direitos humanos (Palou-Loverdos & Armendáriz, 2011, p. 52) (Figura nº 10).



#### BAGHDAD

Baghdad, Al Watahba Square, Blackwater, September 9, 2007  
 Baghdad, Nisoor Square, Blackwater, September 16, 2007  
 Baghdad, Unity Resources Group, October 9, 2007  
 Baghdad, Kara Hanjir Village, Irynys, October 18, 2007  
 Baghdad, Camp Hope, KBR, July 28, 2005  
 Baghdad, KBR, January 2, 2008  
 Baghdad, Camp Cropper, unknown PMSC, November 2005  
 Baghdad, Camp Cropper, Shield Security Group, 2006  
 Baghdad, al-Karrada district, ALMCO, November 19, 2007  
 Baghdad, XE, March 22, 2005  
 Baghdad, XE, July 18, 2005  
 Baghdad, XE, August 2005  
 Baghdad, XE, February 4, 2007  
 Baghdad, XE, July 1, 2007  
 Baghdad Green Zone, XE, February 7, 2007

Baghdad, XE, May 24 and 30, 2007

Baghdad, XE, November 28, 2005

Baghdad, XE, February 16, 2005

Baghdad, XE, May 14, 2005

Baghdad, Triple Canopy, July 2008

Baghdad, XE, November 24, 2004

Baghdad, Blackwater, December 24, 2006,

Baghdad: Abu Ghraib prison, Caci, Titan/ L3, years 2003-2004

Baghdad, Custer Battles November 8, 2004

Baghdad's al-Utafiya neighbourhood, Dyncorp, November, 11 2007

Baghdad Abu Ghraib, Camp Cropper and Camp Whitehorse, Sytex Group, 2006

Baghdad, Irish Route, AEGIS, October 27, 2005

Baghdad, green zone, Armor Group, August 9, 2009

Baghdad International Airpor, Global Strategies Group, June 25, 2008

Baghdad, GardaWorld, June 2007

#### FALLUJAH

Fallujah, Zapata Inc., May 28, 2005

#### KIRKUK

Kirkuk: Eriny's, In May 2004

Kirkuk, Eriny's, October 18, 2007

#### OTHERS

Southern Iraq, Crescent Security, November 16, 2006

Northern Iraq, CCS Alliance, 2007

Umm Qasr, Custer Battles, December 22, 2004

Najaf's, XE, April 4, 2004

Al-Hillah, XE, June 25, 2005

Mosul, XE, October 24, 2005

Al-Hillah, XE, September 24, 2006

Al-Hilla, XE, August 13, 2007

Arbil province, XE, April 26, 2008

Figura nº 10 – Principais incidentes com violação dos direitos humanos por parte de EMSP no Iraque

Fonte: (Palou-Loverdos & Armendáriz, 2011, p. 52)

Estes incidentes, pela sua natureza, criaram na população iraquiana sentimentos contraditórios em relação às forças militares. Se por um lado as forças no terreno tentavam



proteger as populações e separar os insurgentes dessa mesma população, por outro lado as EMSP criavam sentimentos anti-coligação que prejudicaram os esforços internacionais (Schwartz & Church, 2013, p. 8; Schwartz, 2011, pp. 14-16).

Este aspeto tem um impacto fortemente negativo nas Operações de Contrainsurgência. A totalidade dos entrevistados referiu que as EMSP, através do uso indevido de força, podem claramente prejudicar os esforços internacionais numa operação de contrainsurgência. O General Petraeus (2015), que era comandante da MNF-I à data do incidente da *Nisour Square*, referiu que este incidente causou «enormes problemas, não só à EMSP<sup>32</sup> e ao Departamento de Estado com que tinham contrato, mas também ao esforço geral da MNF-I». O Coronel Peter Mansoor (2015) refere mesmo que as EMSP no Iraque, que prestavam serviços armados, *outside the wire*, prejudicaram fortemente a missão da coligação internacional, sobretudo devido à natureza da sua missão passava por transportar uma «carga» do ponto A para o ponto B, sem pretenderem qualquer contacto com a população e evitando esse contacto a todo o custo. O Tenente-General Bolger (2015) refere que a população não distingue as EMSP das forças internacionais e considera que o seu comportamento são coincidentes com o comportamento esperado de uma «força ocupante». O professor Ulrich Petersohn (2015) refere mesmo que as EMSP tem que mudar de um comportamento “*high profile*” para um outro, mais “*low profile*” e que a missão das EMSP é, em parte, contraditória com a das forças militares, tendo em conta que a missão dos militares é proteger a população e a das EMSP é proteger quem a contrata. É difícil desenvolver estas tarefas sem, para determinados casos, colidirem entre si.

### (3) Síntese conclusiva

Da análise da dimensão Comando-Missão, e em resposta à QD2 – Quais as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de C2 e AII, no âmbito da função de combate Comando-Missão? – Podemos induzir que as formas de atuação das EMSP com mais implicações nesta função de combate são as atividades armadas, não integradas na estrutura militar e *outside the wire*. Estas são aquelas onde os militares detêm menor controlo sobre as EMSP e das quais decorrem mais incidentes com impacto na população, no esforço de informação e influência bem como na missão de contrainsurgência em geral. Na figura nº 11, apresentam uma representação gráfica destas implicações. Este gráfico,

---

<sup>32</sup>A partir deste incidente, a *Blackwater* teve a sua licença revogada temporariamente pelo estado iraquiano e, no final do processo acabou mesmo por mudar de nome, passando a designar-se XE. Atualmente a empresa designa-se por Academia pós ter sido vendida pelos seus fundadores.

baseia-se na figura nº 6 (Espectro de atuação das EMSP) e utiliza um código de cores que vai desde o negro, que representa as atividades que têm implicações mais negativas na função de combate em análise, passando pelo vermelho, laranja e amarelo, terminando no extremo verde, que representa as implicações positivas. Este gráfico será utilizado durante o trabalho utilizando os mesmos critérios.

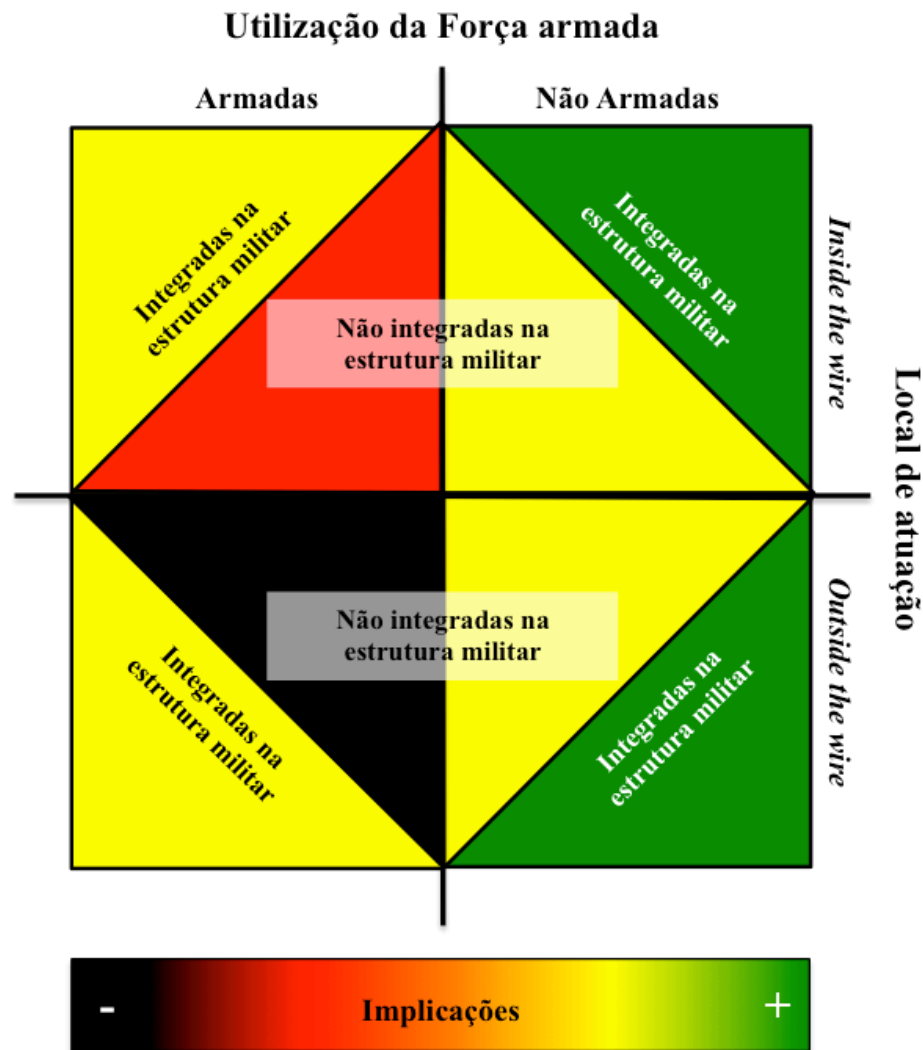


Figura nº 11 – Implicações na função de combate Comando-Missão

Fonte: (Autor, 2015)

### c. D2. Movimento e Manobra

Nesta dimensão pretende-se analisar as implicações destas atividades na função de combate Movimento e Manobra. Nesta dimensão serão analisadas as implicações do emprego de EMSP na Projeção da força e na Manobra.



### (1) Projeção da força

A utilização de EMSP de forma complementar à aplicação de forças militares é um dos aspetos mais importantes deste processo de privatização da guerra e das funções militares. No conflito do Iraque as EMSP desenvolveram atividades em substituição das forças militares por estas não implicarem o desenvolvimento de tarefas de natureza iminentemente militar, podendo ser substituídas por entidades privadas.

A contratação de EMSP no TO do Iraque foi quase sempre em número superior ao número de militares projetados em TO (Figura nº 12), permitindo a projeção de um total de forças militares politicamente aceitáveis ao mesmo tempo que é mantida a operacionalidade das forças com a integração de EMSP nas estruturas militares ou a contratação de serviços armados para a proteção de membros oficiais de agências governamentais. Estes números refletem a realidade dos EUA, de acordo com a delimitação do nosso estudo, mas o total do rácio de elementos das EMSP em relação às forças militares chegou a atingir 6:1.

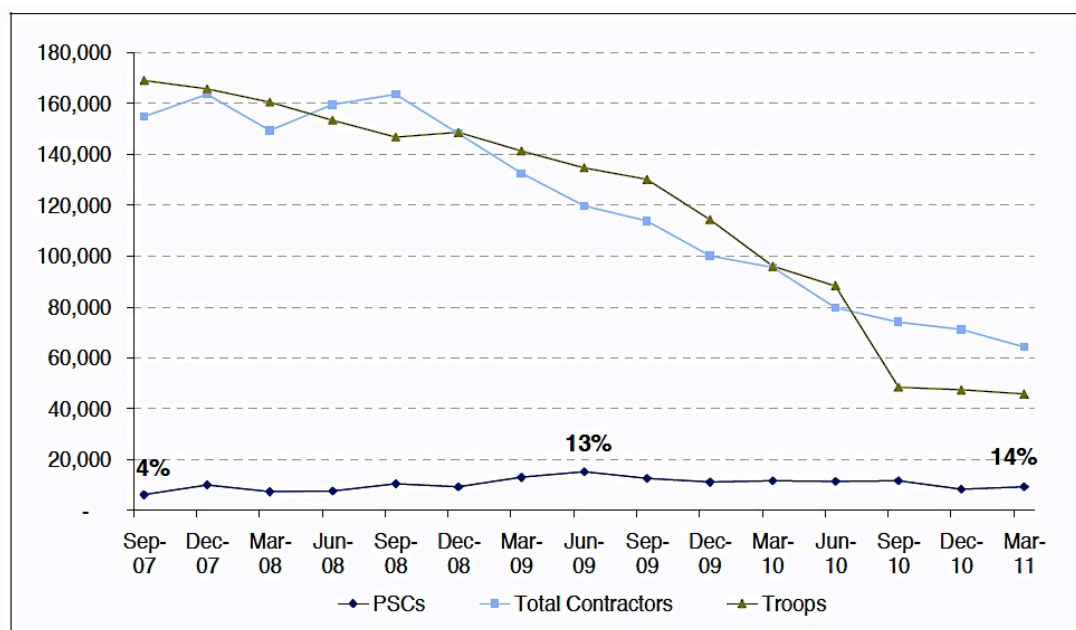


Figura nº 12 – Comparação entre EMSP em atividades armadas, número total de EMSP e de forças militares no Iraque

Fonte: (CRS, 2011, p. 9)

Estes números têm implicações diretas na capacidade de projeção de forças. A projeção de elevados contingentes permite, mesmo com rácios de força globalmente inferiores aos recomendados para este tipo de operações<sup>33</sup>, projetar forças localmente, com

<sup>33</sup> Idealmente os rácios de força por população deveriam andar próximos dos 20/25 militares por cada 1000 habitantes (Department of the Army, 2006, p. 1\_13).





rácios mais elevados, numa determinada área de operações ou missão específica, devido ao emprego de EMSP *inside the wire*, em tarefas de natureza não militar.

Sobre esta dimensão a maioria dos entrevistados assume que os EUA não conseguiriam conduzir as operações no Iraque e Afeganistão sem uma utilização em massa de EMSP no apoio às operações e às atividades dos restantes instrumentos de poder. O General Petraeus, que desempenhou funções como comandante militar da operação no Iraque entre 2006 e 2008, assumiu claramente que a utilização de EMSP nas operações é “inevitável e útil”. A sua utilização tem sobretudo impacto na capacidade de projetar forças para fora das bases para concentrar potencial na proteção da população ou contra a ameaça. Por outro lado, apesar de a privatização ter uma forte componente política na decisão de privatização das funções de segurança, Petraeus assume que enquanto comandante no Iraque a sua intenção foi sempre de contratar o máximo de EMSP para conduzir atividades *inside the wire*, libertando as forças militares de funções acessórias, para poder projetar forças para fora das bases, e assim aumentar os rácios de força por população, extremamente exigentes neste tipo de operações (Petraeus, 2015).

Bolger, por sua vez, afirma que considerações de natureza política tendem a limitar os efetivos militares projetados e que as missões exigem efetivos militares que superam as forças disponíveis. Por outro lado, afirma que os custos associados à contratação de EMSP são mais baixos que os da projeção de forças militares adicionais, resultando, normalmente, na substituição de militares por elementos destas empresas (Bolger, 2015).

Peter Mansoor questiona a adequabilidade da atuação armada das EMSP mas refere que o emprego de EMSP em tarefas de apoio de serviços, informações ou noutras funções de combate, são mais adequadas (Mansoor, 2015) libertando forças para serem projetadas *outside the wire*. Afirma também, à semelhança de Bolger, que constrangimentos de natureza política impede que os comandantes no terreno disponham do número de militares suficientes para o cumprimento das missões, levando a um aumento da contratação de EMSP (Mansoor, 2015).

Hollenbeck, por outro lado, afirma que o emprego de EMSP é motivado por razões de natureza prática, do que por razões de ordem política. A razão custo/benefício tem levado a um aumento da contratação de serviços de segurança em detrimento da projeção de forças militares (Hollenbeck, 2015).



## (2) Manobra

As implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas da manobra estão sobretudo relacionada com a utilização da área de operações para a condução de missões operacionais. No conflito do Iraque, os casos de incidentes com fogo fratricida, com utilização de arma de fogo contra civis relatados ao ROC, entre as forças militares e as EMSP mostra a dificuldade para as tarefas de manobras das forças militares. As fases de integração nos ROC e nas CONOC provocou uma diminuição do número de incidentes mas não os eliminou totalmente porque continuavam a operar no TO do Iraque EMSP que não eram coordenadas pelo ROC e posteriormente pelo CONOC (GAO, 2005; GAO, 2008).

## (3) Síntese conclusiva

Da análise da dimensão Movimento e Manobra, e em resposta à QD3 – Quais as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Projeção de Forças e Manobra, no âmbito da função de combate Movimento e Manobra? – Podemos induzir que as formas de atuação das EMSP com mais implicações nesta função de combate são as atividades armadas, integradas na estrutura militar e *inside the wire*. Estas são as formas de atuação que permitem aos comandantes libertar os militares para tarefas *outside the wire*, em missões de proteção da população ou combate às ameaças. Adicionalmente, as EMSP, são empregues em atividades *outside the wire*, armadas e não armadas, têm implicações diretas na manobra de forças militares, aumentando o risco de fratricídio e a necessidade de visibilidade e controlo sobre essas atividades. Na figura nº 13, apresenta-se uma representação gráfica destas implicações.

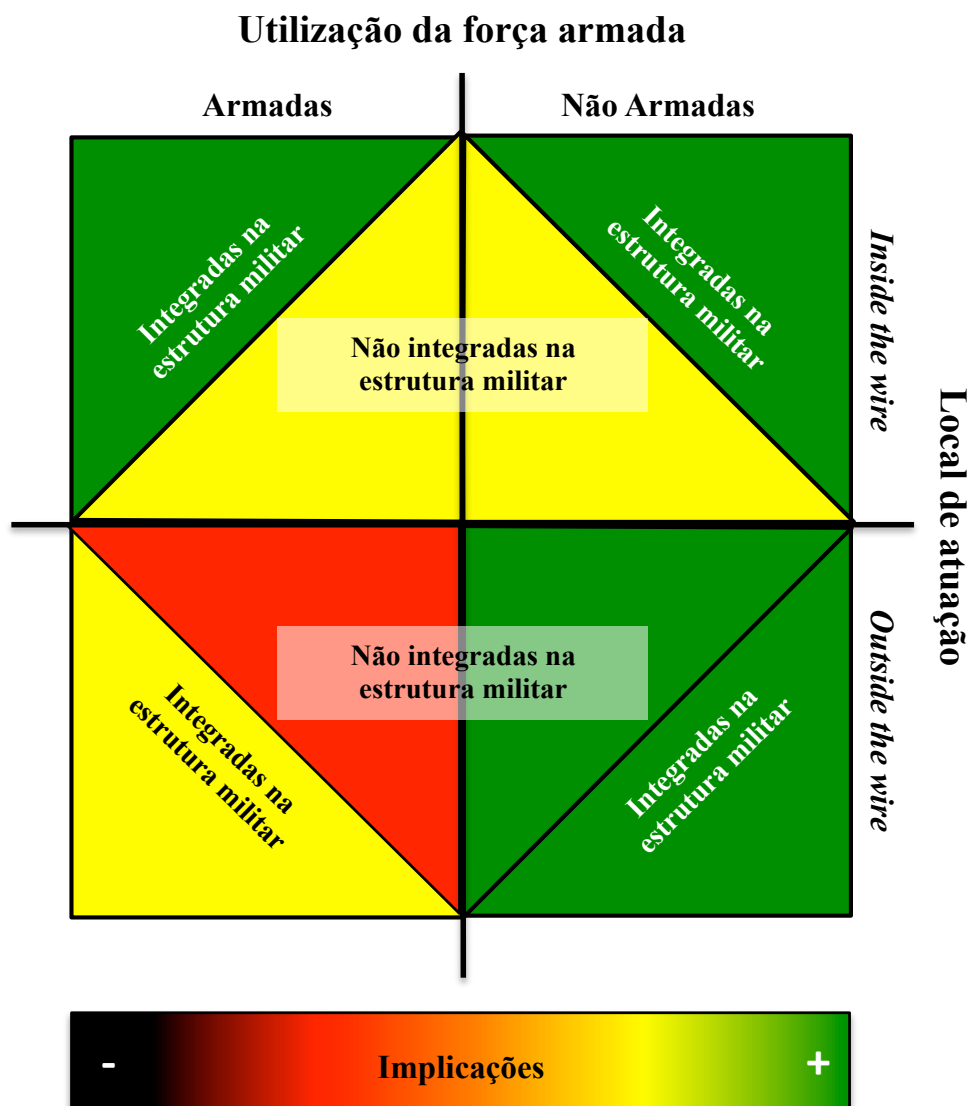


Figura nº 13 – Implicações na função de combate Movimento e Manobra

Fonte: (Autor, 2015)

#### d. D4. Apoio de Serviços

Nesta dimensão pretende-se analisar as implicações das formas de atuação das EMSP, no âmbito da função de combate Apoio de Serviços. Nesta dimensão o objetivo é analisar, no âmbito das funções logísticas, as implicações das EMSP na Manutenção e Serviços.

##### (1) Manutenção

O número de atividades das EMSP desenvolvidas no âmbito da função de combate Apoio de Serviços é maior do que nas restantes e é onde se fazem mais sentir as implicações do emprego destas empresas nas operações militares. Nesta função de combate são predominantes, pela sua natureza, as atividades não armadas, integradas nas estruturas



militares e *inside the wire*. As atividades típicas nesta função de combate são no âmbito dos serviços nas bases militares, no apoio de manutenção e passam por apoio à manutenção de sistemas de armas, de comunicações ou de mobilidade terrestre.

Nas entrevistas realizadas, pode identificar-se que os militares que desempenharam as mais elevadas funções de comando em Operações de Contrainsurgência consideram que o emprego de EMSP é uma necessidade para os próprios comandantes militares, que operam com números de efetivos militares autorizados, normalmente inferiores aos necessários para este tipo de operação (Bolger, 2015; Mansoor, 2015; Petraeus, 2015). Por outro lado, a tipologia de atividades desenvolvidas no âmbito do apoio de serviços proporcionam aos comandantes militares uma forma de incrementar os efetivos disponíveis para outras funções de combate, concentrando nesta função de combate o grosso da contratação de EMSP, permitindo aumentar as forças disponíveis para operações “*outside the wire*” (Petraeus, 2015).

## (2) Serviços

As tarefas de serviços foram as mais citadas pelos entrevistados. É consensual entre os especialistas ouvidos que estas são as tarefas onde as EMSP prioritariamente deviam ser empregues. Petraeus refere que não é necessário haverem militares em tarefas de serviços, normalmente *inside the wire*, quando as Operações de Contrainsurgência requerem forças no terreno, no controlo da população e das ameaças. Estas tarefas englobam todas as desenvolvidas em apoio às infraestruturas e aos próprios militares.

## (3) Síntese conclusiva

Da análise da dimensão Apoio de Serviços, e em resposta à QD4 – Quais as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Manutenção e Serviços, no âmbito da função de combate Apoio de Serviços? – Podemos induzir que as formas de atuação das EMSP com mais implicações nesta função de combate são as atividades não armadas. Esta forma de atuação, quanto ao uso da força armada, reflete a natureza do tipo de tarefas desenvolvidas no âmbito desta função de combate, normalmente de apoio à força no âmbito da manutenção de sistemas de comunicações, de viaturas ou de outros equipamentos, não requerendo o recurso a armamento ou munições. Estas tarefas são normalmente conduzidas integradas nas estruturas militares e *inside the wire*. Estas formas de atuação permitem aos comandantes libertar os militares para tarefas *outside the wire*, em missões de proteção da população ou combate às ameaças. Adicionalmente, as EMSP,

quando empregues nesta função de combate permitem a projeção de contingentes militares de menor efetivo, ficando apenas empenhados, na sua maioria, em tarefas estritamente militares. Na figura nº 14, apresenta-se uma representação gráfica destas implicações.

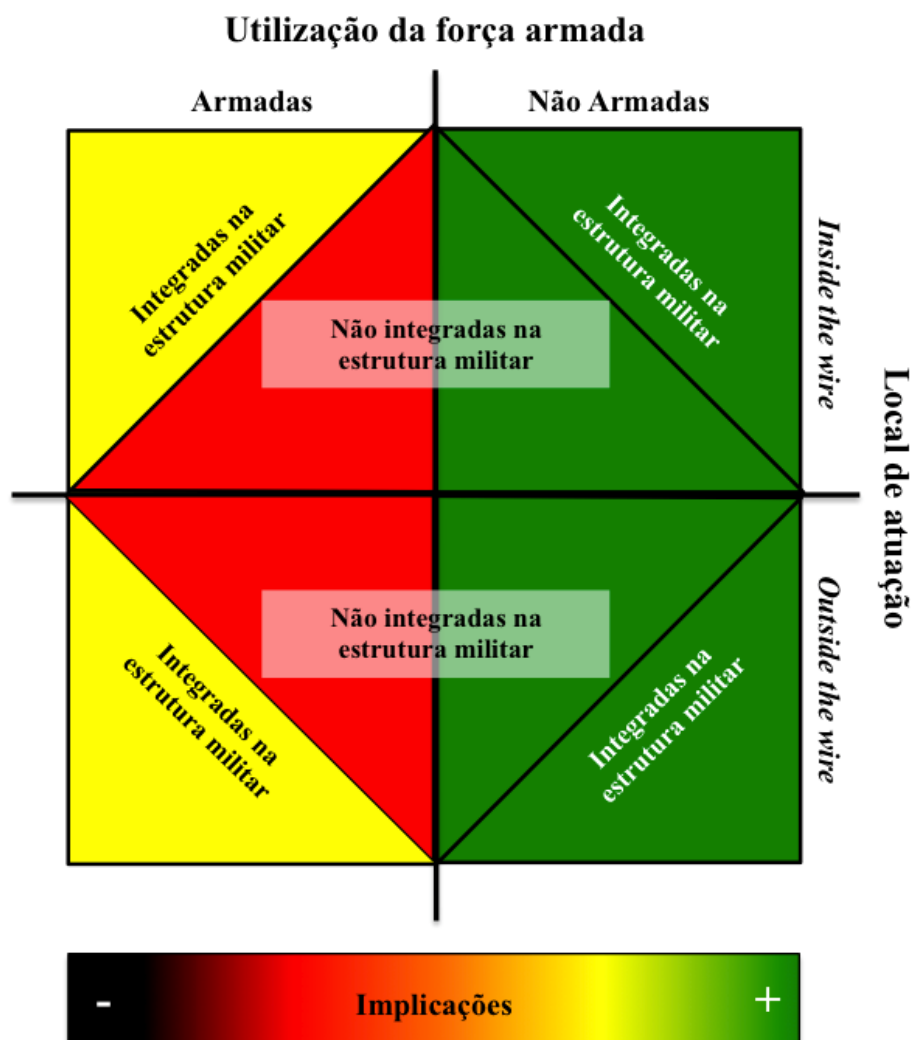


Figura nº 14 – Implicações na função de combate Apoio de Serviços

Fonte: (Autor, 2015)

#### e. D5. Proteção

Nesta dimensão pretende-se analisar as implicações das formas de atuação das EMSP, no âmbito da função de combate Proteção. Nesta dimensão o objetivo é analisar, no âmbito das funções de proteção, as implicações das EMSP nas tarefas de sobrevivência.

##### (1) Sobrevivência

Nesta função de combate a tipologia de atividades desenvolvidas, e com implicações para as Operações de Contrainsurgência, é mais alargado e passam por atividades armadas



e não armadas, *inside* e *outside the wire*, mas quase todas são desenvolvidas integradas nas estruturas militares.

Os dados disponíveis sobre a tipologia de atividade das EMSP a trabalhar no Iraque para o DoD apenas começou a ser fornecida pelo CENTCOM em 2008 dada a necessidade de transparência levantada pelo congresso após o incidente com elementos da *Blackwater*, na Nisour Square, em 2007. Os dados referentes a outubro de 2011 (tabela nº 2) mostram uma percentagem na ordem dos 59% de pessoal das EMSP contratado na área de operações do CENTCOM a conduzir atividades de apoio às bases. Destas, uma percentagem significativa está a trabalhar diretamente na função de combate proteção. Parte destas forças estão a contribuir diretamente para a proteção da força e a cumprir tarefas que seriam desempenhadas por militares, na ausência da sua contratação.

**Tabela nº 2 – Principais categorias de EMSP a trabalhar no Iraque para o CENTCOM**

Fonte: (CENTCOM, 2011)

Atividade	Outubro 2011	
	Nº	%
Apoio às bases:	31,317	(59.5 %)
Segurança:	9,554	(18.2%)
Tradutor / Interprete	2,684	(5%)
Transportes:	924	(1.8%)
Logística / Manutenção	842	(1.7%)
Apoio a Comunicações:	526	(.9%)
Construção:	473	(.9%)
Treino:	316	(.6%)
Outro:	6,001	(11.4%)
<b>Total:</b>	<b>52,637</b>	

A função de combate proteção, logo a seguir à logística, é aquela onde o emprego de EMSP mais se fez sentir nas operações no Iraque e onde as implicações deste emprego mais se fizeram sentir. Das 12 áreas da função de combate proteção<sup>34</sup>, a maioria, dada a sua especificidade, são conduzidas por militares. Há no entanto uma área que é afetada de forma positiva pelo emprego de EMSP. A sobrevivência é uma aérea, onde a presença de EMSP, mais se faz sentir e com maior impacto na capacidade das forças militares. As

<sup>34</sup> Defesa Antiaérea; Recolha de pessoal; Proteção de informação; Medidas para evitar o fratricídio; Segurança de área; Antiterrorismo; Sobrevivência; Proteção Sanitária; Operações de Defesa NBQR; Prevenção de acidentes; Segurança das Operações; Inativação de Engenhos Explosivos (Exército Português, 2012, p. 2\_37).



EMSP, empregues nestas tarefas, libertam militares para missões cuja natureza requeira pessoal militar.

Todos os entrevistados reconhecem que as atividades no âmbito da sobrevivência são, a par com as da função Apoio de Serviços, as mais adequadas para as EMSP. Primeiro porque são conduzidas *inside the wire*, o que tem um impacto direto na força, ao libertar militares para outras funções de combate como por exemplo o Movimento e Manobra (Petraeus, 2015). Segundo porque permite ter disponibilidade, num menor espaço de tempo, de serviços especializados para funções de apoio, quando comparados com a disponibilidade de especialidades militares críticas. Terceiro, porque são formas de atuação com uma coordenação mais facilitada e a aplicação da força é conduzida em ambiente controlado por militares. Há no entanto uma faixa ainda que requer ponderação no seu emprego que é as tarefas desempenhadas fora das estruturas militares mas *inside the wire*, como é o caso da segurança a locais de construção, edifícios não militares ou outros cuja segurança não cabe às forças militares.

## (2) Síntese conclusiva

Da análise da dimensão Proteção, e em resposta à QD5 – Quais as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Sobrevivência, no âmbito da função de combate Proteção? – Podemos induzir que as formas de atuação das EMSP com mais implicações nesta função de combate são as atividades armadas, integradas ou não na estrutura militar e *inside the wire*. As implicações de EMSP colocadas em tarefas de sobrevivência são normalmente positivas para a condução de operações militares. Há uma necessidade de um controlo apertado. A atuação armadas, fora das estruturas militares e *outsider the wire* continua a ser um elemento crítico na condução de operações pelo que é desaconselhado em qualquer função de combate. Na figura nº 15, apresenta-se uma representação gráfica destas implicações.

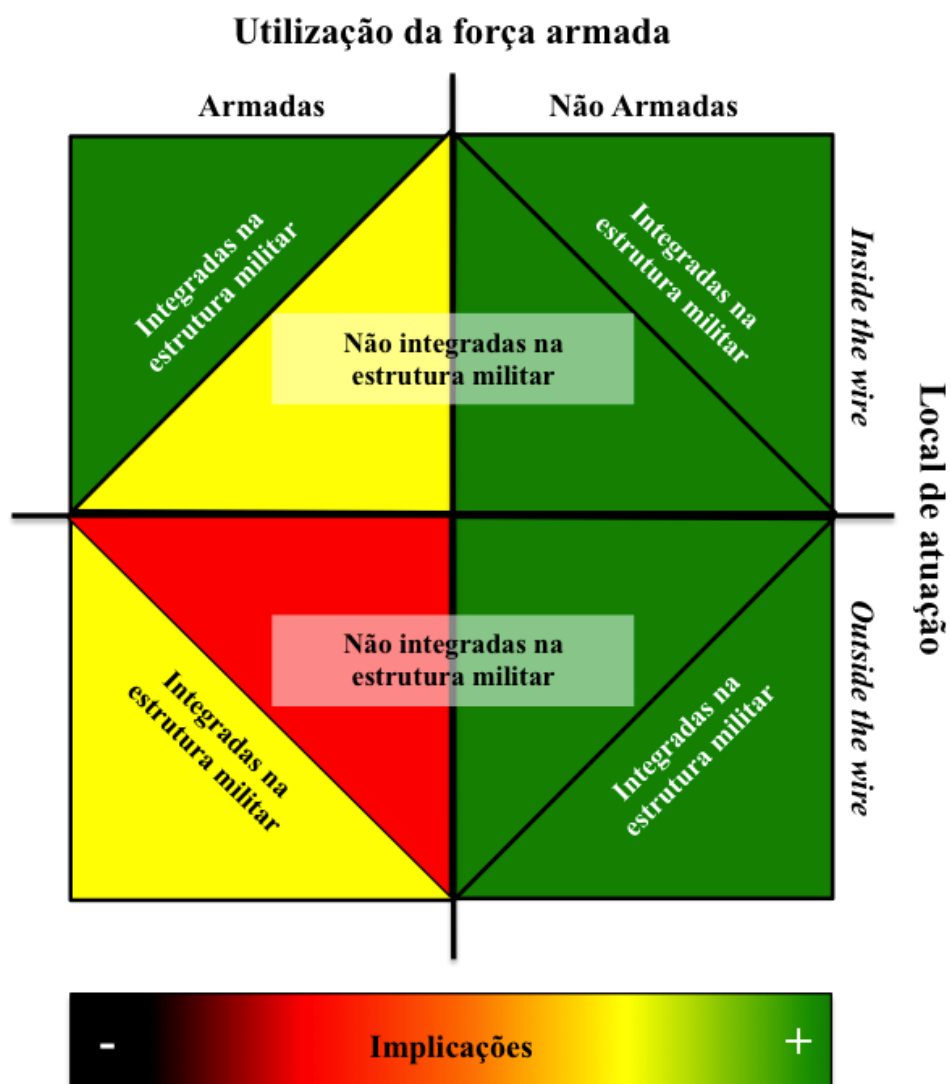


Figura nº 15 – Implicações na função de combate Proteção

Fonte: (Autor, 2015)





## **Conclusões e Recomendações**

A Guerra, enquanto fenómeno de natureza política, violenta e envolvida na imprevisibilidade da sua própria complexidade, subordina-se a uma racionalidade política que a coloca em paralelo com os restantes assuntos do Estado. O seu carácter de luta pela independência e de defesa da integridade do território soberano deu lugar a um sentimento pós-heroico que aumenta a racionalidade política, a faz refém das políticas neoliberais e de sociedades que questionam, à partida, a sua própria existência.

O fenómeno da privatização da guerra surge como resultado do pensamento político neoliberal surgido no final dos anos 80 e consolidado durante a década de 90 que teve consequências diretas em todos os setores do Estado, com o poder político a priorizar critérios de custo-benefício e onde as FA e a capacidade de projeção de poder militar não ficaram isentos. Neste campo, as Operações de Contrainsurgência, pelas suas características, são o ambiente onde se reflete, de forma mais profunda, o fenómeno da privatização e onde o impacto das EMSP mais se faz sentir nas operações militares.

Esta investigação iniciou-se com uma revisão da literatura onde se pretendeu enquadrar o fenómeno da guerra, na sua natureza e carácter, caracterizar a privatização da guerra, as Operações de Contrainsurgência, o emprego das EMSP nesta tipologia de operações e as implicações destas empresas na eficiência dos aparelhos militares. Para analisar as implicações destas empresas nas operações militares foi preciso perceber quais dos aspetos deste fenómeno com reais implicações para os comandantes militares no terreno. Percebeu-se que não era tanto o que estas empresas eram, qual a sua natureza, mas sim o que elas faziam e a forma como atuavam. Caracterizou-se então a atuação das EMSP num espectro onde podem ser introduzidas todas as atividades das EMSP num TO.

Seguidamente, foi necessário analisar o outro elemento do objeto de estudo, as operações militares. Tendo em conta a complexidade deste elemento foi necessário dividi-lo em partes mais simples. As operações militares são conduzidas através da sincronização dos seus elementos de combate funcionalmente. Um conjunto de elementos, funcionalmente semelhantes e unidos por uma finalidade comum, designa-se por função de combate. Cada função de combate constituiu uma dimensão de análise do modelo de análise definido. Analisaram-se as seguintes funções de combate: Comando-Missão, Movimento e Manobra, Apoio de Serviços e Proteção.

Escolheu-se um caso de estudo onde a presença de EMSP tenha sido significativa. Esta escolha recaiu sobre o conflito do Iraque no período entre 01 de maio de 2003 e dezembro de 2011.



O OG desta investigação foi analisar as implicações das EMSP na condução de operações de militares. Decorrente deste definiram-se cinco OE que foram sendo atingidos ao longo do trabalho. Os objetivos traçados para a investigação foram, na sua generalidade, cumpridos, apesar das limitações apresentadas seguidamente. Em resposta à QC – Quais as implicações da atuação das EMSP nas operações militares? – Pode dizer-se que as principais implicações das EMSP nas operações militares decorrem do espectro de atuação das mesmas. Dependendo da faixa onde se inserem, terão influência diferente nas diversas funções de combate e, conseqüentemente, nas Operações de Contrainsurgência. O fator mais crítico deste espectro relaciona-se com a atuação armada, fora das estruturas militares e com a capacidade dos comandantes militares poderem controlar efetivamente as atividades das EMSP. Algumas medidas de coordenação poderão ser introduzidas para diminuir as implicações de EMSP operarem num TO sem qualquer visibilidade por parte dos comandantes militares responsáveis pela área, mas nunca substituem a capacidade de comando e controlo efetivo da sua atividade.

Ao longo do trabalho foram analisadas as várias formas de atuação das EMSP e, as implicações diretas, que estas tinham nas funções de combate. Chegou-se à conclusão que as formas de atuação que têm mais implicações negativas na condução de operações militares são aquelas que implicam o uso da força armada não integradas nas estruturas militares. Ao longo das entrevistas realizadas foi sendo constatado que na opinião dos entrevistados este era um assunto bastante sensível e que obrigava a uma análise mais profunda da dimensão Comando-Missão. A dimensão Comando-Missão é a mais afetada pelas atividades *outside the wire*, sobretudo as atividades armadas. A dimensão Movimento e Manobra é afetada de forma positiva mas também pode sofrer implicações negativas. Positiva porque o emprego de EMSP permite libertar forças militares para conduzirem tarefas de emprego da força armada, ao mesmo tempo que provoca situações de forças militares e EMSP a manobrem na mesma área de operações, aumentando o perigo de fratricídio.

Quando às dimensões Apoio de Serviços e Proteção são as que sofrem maior impacto positivo com o emprego de EMSP, dada a tipologia de tarefas associadas a estas funções de combate, permite que os contingentes de forças aprovados para as missões se concentrem em outras funções de combate. A maioria dos entrevistados, em especial os militares, demonstraram a opinião que estas deverão ser as funções de combate onde se concentra o maior número de EMSP, retirando-as de atividades ou formas de atuação onde o comando e controlo, a coordenação e a legitimidade, sejam mais críticos.



As principais conclusões desta investigação são, de seguida, resumidamente apresentadas, organizadas por funções de combate e formas de atuação das EMSP:

— Comando-Missão:

- Implicações negativas do emprego de EMSP armadas, fora das estruturas militares e *outside the wire*: estas atividades limitam o exercício de comando e controlo por parte do comandante militar no terreno, aumentam a fricção das operações e têm um impacto negativo na população, criando uma sensação de impunidade por parte das EMSP e diminuindo a capacidade das forças militares de influenciarem a população para a missão em curso.

— Movimento e Manobra:

- Implicações positivas do emprego de EMSP em atividades armadas e não armadas, *inside the wire*, integradas nas estruturas militares: estas atividades contribuem para a possibilidade dos comandantes militares aumentarem os rácios de força por população na condução de Operações de Contrainsurgência. Libertar os militares de tarefas assessorias, substituindo-os por EMSP, aumenta o número de militares disponíveis para a condução de operações de proteção da população ou de combate às insurgências.
- Implicações negativas do emprego de EMSP em atividades não integradas nas estruturas militares, *outside the wire*: as atividades das EMSP, em qualquer forma de atuação, fora das bases ou infraestruturas aumenta a possibilidade de fogo fratricida quando os comandantes militares não possuem visibilidade ou controlo sobre estas, resultando no condicionamento na manobra de forças em TO, já bastante condicionada pela presença de população.

— Apoio de Serviços:

- Implicações positivas das EMSP em atividades integradas nas estruturas militares, *inside the wire*: a possibilidade da maioria das funções logísticas poderem ser conduzidas com recurso às EMSP aumenta a especialização do trabalho e, tendo em conta as restrições políticas ao emprego de um número adequado de militares nos atuais TO, o emprego de EMSP permite empregar os militares nas tarefas mais adequadas à sua natureza, nomeadamente as que impliquem o uso da força armada.

— Proteção:

- Implicações positivas das EMSP em atividades *inside the wire*: o emprego de EMSP em atividades no âmbito da sobrevivência deve ser restrito ao interior de bases e infraestruturas. Apesar de ser aconselhável que estejam integradas em estruturas militares, o emprego em atividades armadas fora das estruturas militares pode ser considerada desde que a sua atividade esteja circunscrita a um local específico. Esta forma de atuação pode contribuir para o aumento da segurança, nas tarefas que estão fora das missões das FA.

Na figura nº 16 apresentam-se as implicações do emprego das EMSP nas Operações de Contrainsurgência de uma forma gráfica procurando representar a conjugação das análises efetuadas para cada função de combate.

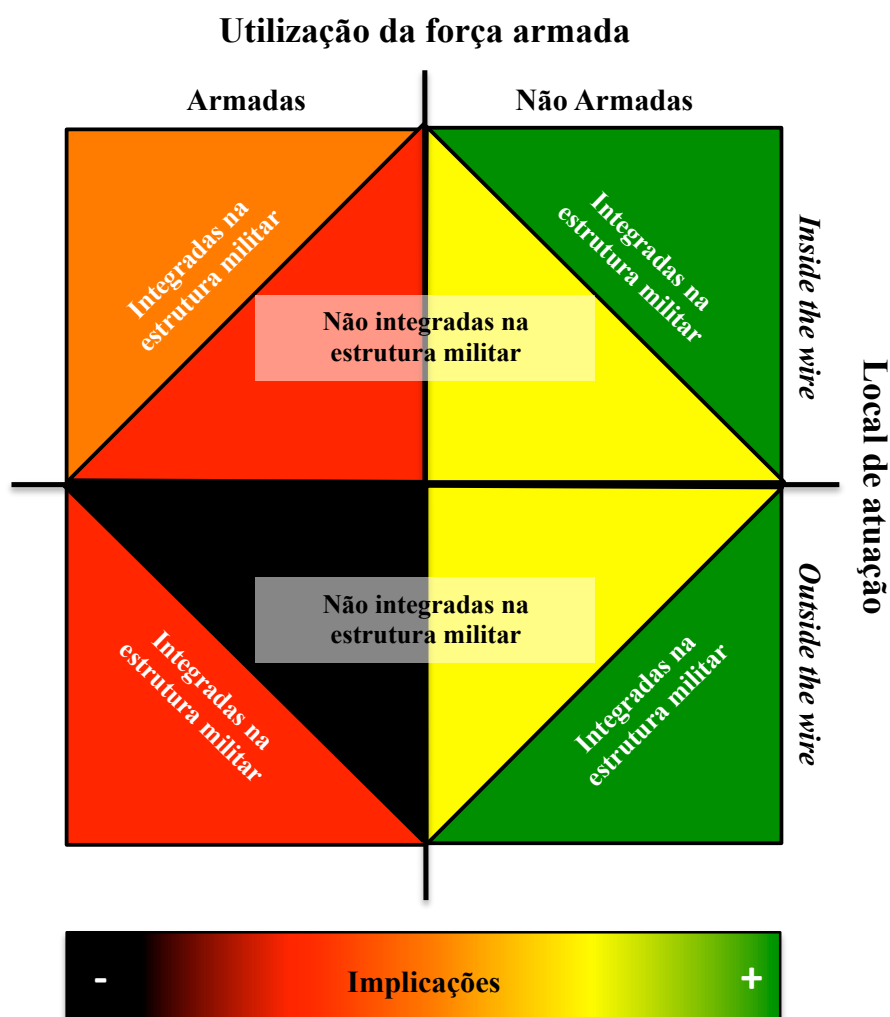


Figura nº 16 – Espectro de atuação das EMSP e avaliação das implicações para as Operações de Contrainsurgência

Fonte: (Autor, 2015)



Durante a investigação, sobretudo decorrente das conversas com os militares entrevistados, foram surgindo algumas lições aprendidas e um conjunto de princípios a ter em consideração na condução de Operações de Contrainsurgência na presença de EMSP.

Lições identificadas pelos entrevistados:

- As atividades de contratação são críticas em Operações de Contrainsurgência porque podemos estar a financiar o adversário (Petraeus, 2015).
- Em Operações de Contrainsurgência quando maior o número de EMSP a desenvolver tarefas *inside the wire*, mais militares estarão na rua a proteger a população e a combater as ameaças (Petraeus, 2015).
- As EMSP devem ser integradas nas estruturas militares (Bolger, 2015).
- As forças militares devem partilhar planos e procedimentos com as EMSP (Bolger, 2015).
- Comunicar antes, durante e depois das operações com as EMSP (Bolger, 2015).
- Comando, controlo sobre as EMSP e coordenação sobre toda a sua atuação (Mansoor, 2015).

Princípios para a condução de operações na presença de EMSP:

- Visibilidade (sobre as atividades e movimentos das EMSP).
- C2 (sobre todas as formas de atuação).
- Ligação, Coordenação e Comunicação (entre as forças militares e as EMSP).
- Responsabilização (das EMSP pelo uso da força armada de acordo com o DIH).

Este estudo apresenta alguns contributos, dos quais se destacam:

- Criação de um espectro da atuação das EMSP, quanto à utilização da força armada, integração nas estruturas militares ou localização de atuação.
- Análise das implicações para as operações militares por funções de combate, focando o estudo no seu objeto e nas implicações diretas das EMSP nas operações militares. Este contributo foi conseguido por se ter dado ênfase à natureza da atuação das EMSP (o que fazem?) e não especificamente à natureza das referidas empresas (O que são? ou Quais são?), conduzindo uma análise mais centrada nas operações militares e menos nas EMSP.



A relevância deste assunto para o caráter atual da guerra, em especial para as Operações de Contrainsurgência, levam a considerar duas recomendações de ordem prática:

- Incluir na nova Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-49 Contrainsurgência, um capítulo sobre a condução de Contrainsurgência na presença de EMSP, onde se incluam os princípios da condução de operações com EMSP e lições aprendidas.
- Incluir na PDE 5-0 Planeamento Tático e Tomada de Decisão, Anexo K – Planos e Ordens, nos modelos utilizados para produção de ordens, no parágrafo §1.Situação, uma sublinha para o ponto de situação das EMSP, na área de operações. As implicações para as operações militares são de tal forma importantes que devem ser consideradas no processo de planeamento de operações.

Esta investigação apresenta, contudo, algumas limitações, que condicionaram os resultados da mesma e que deverão ser tidas em conta em futuros estudos sobre o tema, de eu se destacam:

- Dificuldade de recolha de dados – o fenómeno da privatização faz-se sentir com maior relevância nos EUA e no Reino Unido. Para um investigador português, essa recolha é difícil e requer um período de investigação mais alargado.
- Enquadramento legal nacional – o quadro legal português não permite que haja EMSP, contratadas por entidades portuguesas, a desenvolver atividades armadas, o que limita a análise deste fenómeno no contexto português.

Deixam-se duas sugestões para linhas de investigação futuras sobre o tema, que ficaram fora deste estudo, por não se enquadrarem no âmbito e objeto da mesma:

- Analisar a integração do fator EMSP na geração de forças e na condução de operações no âmbito da NATO.
- Analisar as implicações do emprego de EMSP nas funções de combate Apoio de Serviços e Proteção, no caso das Forças Armadas Portuguesas, no que diz respeito aos custos com pessoal alocado a esta função de combate. Esta investigação deveria analisar de que forma o emprego de EMSP pode melhorar o desempenho operacional das unidades das FA portuguesas, mesmo em tempo de paz.

A presença de EMSP nos TO no século XXI é, ao mesmo tempo, uma inevitabilidade e uma oportunidade. A primeira, porque os comandantes militares têm um



conjunto de forças no terreno, aprovadas pelo poder político, que normalmente não correspondem às necessidades operacionais para este tipo de operações, que apresentam uma necessidade de forças com rácios bastante elevados em relação à população. O segundo, porque as EMSP constituem uma oportunidade para se empregarem as forças militares nas tarefas que só elas podem ou devem executar e que, normalmente, estão associadas à proteção da população e ao combate às ameaças. A presença de EMSP constitui, acima de tudo, um desafio para os comandantes militares, nomeadamente ao nível do comando, controlo e coordenação da sua atuação, quando estas atuam fora da estrutura de comando militar e *outside the wire*. Cabe aos comandantes aproveitarem este desafio, sob pena deste recurso se tornar nefasto para as operações militares em vez de se constituir como uma verdadeira mais-valia para as mesmas.



## Bibliografia

- American Rethoric, 2003. *George W. Bush: Announces End of Major Combat Operations in Iraq*. [Em linha]  
Disponível em: <http://americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq5103.htm>  
[Consult. 29 Março 2015].
- Ásmundsson, J., 2007. *The Privatization of War*, Akureyri: Faculty of Law and Social Sciences.
- Avant, D., 2006. The Privatization of Security: Lessons from Iraq. *Orbis*, Spring, 50(2), pp. 327-342.
- Avant, D. D., 2005. *The Market of Force: the consequences of Privatizing Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barrento, A., 2010. *Da Estratégia*. Lisboa: Tribuna.
- Barroso, L. F. M., 2008. Análise Conceptual do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Revista Militar*, Abril. Issue 2475.
- Bodin, J., 1606. *The Six Books of the Commonwealth*. London: Impensis G. Bishop.
- Bolger, D. P., 2015. *The Employment of Private Security Companies (PMSC) and its implications to military operations* [Entrevista] (7 Abril 2015).
- Borges, V. M. L. O., 2014. *Revista de Ciências Militares*, Novembro, II(2), pp. 375-385.
- Braga, J., 2012. *O peso da motivação religiosa nos conflitos atuais*, Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- CENTCOM, 2011. *Contractor Support of U.S. Operations in the USCENTOM Area of Responsibility*, Florida: U.S. Central command.
- Chakrabarti, S., 2014. Corporate Actors. In: M. Kaldor & I. Rangelov, eds. *The Handbook of Global Security Policy*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd, pp. 505-523.
- Clausewitz, C. v., 1976. *On War*. Oxford: Oxford University Press.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso. Volume I*. Lisboa: IAEM.
- CoWCIA, 2009. *At What Cost? Contingency Contracting In Iraq and Afghanistan*, Arlington: Commission on Wartime Contracting In Iraq and Afghanistan.





- CPA, 2004. *Coalition Provisional Authority Order n° 17 (Revised): Status of CPA, MNF - IRAQ, Certain Missions and Personnel in Iraq*, Baghdad: Coalition Provisional Authority.
- Creveld, M. v., 1991. *The Transformation of War: The Most Radical Reinterpretation of Armed Conflict Since Clausewitz*. New York: The Free Press.
- Creveld, M. V., 2000. *The Art of War: War and military thought*. New York: Smithsonian Books.
- Creveld, M. V., 2008. *The Changing Face of War: Lessons of Combat, from the Marne to Iraq*. New York: Presidio Press.
- CRS, 2008. *Private Security Contractors in Iraq: Background, Legal Status, and Other Issues*, Washington: Congressional Research Service.
- CRS, 2009. *The Department of Defense's Use of Private Security Contractors in Iraq and Afghanistan: Background, Analysis, and Options for Congress*, Washington: Congressional Research Service.
- CRS, 2011. *The Department of Defense's Use of Private Security Contractors in Afghanistan and Iraq: Background, Analysis, and Options for Congress*, Washington: Congressional Research Service.
- Department of the Army, 2000. *Intelligence Exemption*, Washington: Department of Defense.
- Department of the Army, 2004. *FMI 3-07.22 Counterinsurgency Operations*. Washington: Department of the Army.
- Department of the Army, 2006. *FM 3-24 Counterinsurgency*. Washington: Department of the Army.
- Department of the Army, 2009. *FM 3-24.2 Tactics in Counterinsurgency*. Washington: Department of the Army.
- Department of the Army, 2014. *FM 3-24 Insurgencies and countering Insurgencies*. Washington: Department of the Army.
- Dunigan, M., 2011. *Victory for Hire: Private Security Companies' Impact on Military Effectiveness*. Ebook para Ipad ed. Stanford: Stanford University Press.



- Echevarria\_II, A. J., 2003. *Globalization and the Nature of War*. Carlisle: Strategic Studies Institute.
- Elsea, J. K., Schwartz, M. & Nakamura, K. H., 2008. *Private Security Contractors in Iraq: Background, Legal Status, and Other Issues*, Washington: Congressional Research Service.
- Exército Português, 2012. *PDE 3-0 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- FAS.org, 1995. *Roles and Missions Commission of the Armed Forces - Report to Congress, the Secretary of Defense, and the Chairman of the Joint Chiefs of Staff*. [Em linha]  
Disponível em: <http://fas.org/man/docs/corm95/di1062.html>  
[Consult. 29 Março 2015].
- FBI, 2014. *Four Former Blackwater Employees Found Guilty of Charges In Fatal 2007 Shootings at Nisur Square in Iraq*. [Em linha]  
Disponível em: <http://www.fbi.gov/washingtondc/press-releases/2014/four-former-blackwater-employees-found-guilty-of-charges-in-fatal-2007-shootings-at-nisur-square-in-iraq>  
[Consult. 13 Abril 2015].
- FBI, 2015. *Four Former Blackwater Employees Sentenced to Decades in Prison for Fatal 2007 Shootings in Iraq*. [Em linha]  
Disponível em: <http://www.fbi.gov/washingtondc/press-releases/2015/four-former-blackwater-employees-sentenced-to-decades-in-prison-for-fatal-2007-shootings-in-iraq>  
[Consult. 13 Abril 2015].
- Finabel, 2008. *Possibilities and Limitations of the Operational Co-operation with Private "Military" Companies (PMC)*, Amersfoort: Finabel.
- Flick, U., Kardorff, E. v. & Steinke, I., 2004. *A Companion for Qualitative Research*. London: SAGE Publications.
- Fontenot, G., Degen, E. & Tohn, D., 2004. *OnPoint: United States Army in Operation Iraqi Freedom*. Washington: Combat Studies Institute Press.
- GAO, 2005. *Rebuilding Iraq: Actions Needed to Improve Use of Private Security Providers*, Washington: United States Government Accountability Office.



- GAO, 2008. *Rebuilding Iraq: DOD and State Department Have Improved Oversight and Coordination of Private Security Contractors in Iraq, but Further Actions Are Needed to Sustain Improvements*, Washington: United States Government Accountability Office.
- Garcia, F. P., 2010. *Da Guerra e da Estratégia: a nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio.
- Garcia, F. P., 2013. As Empresas Militares Privadas. *Revista de Direito e Segurança*, janeiro/junho, Issue 1, pp. 177-182.
- Gray, C. S., 2002. *Strategy or Chaos: Revolution in Military Affairs and the Evidence of History*. London: FRANK CASS.
- Gray, C. S., 2005. How has the war changed since the end of Cold War. *Parameters*, Issue Spring, pp. 14-26.
- Hammes, T. X., 2006. *The Sling and The Stone: on war in the XXI Century*. Minneapolis: Zenith Press.
- Hollenbeck, N., 2015. *The Employment of Private Security Companies (PMSC) and its implications to military operations* [Entrevista] (10 Abril 2015).
- Holmes, J. R., 2014. *Everything You Know About Clausewitz is Wrong*. [Em linha]  
Disponível em: <http://thediplomat.com/2014/11/everything-you-know-about-clausewitz-is-wrong/>  
[Consult. 13 novembro 2014].
- House of Representatives, 2007. *National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2008*, Washington: House of Representatives.
- Howard, M., 2002. *Calusewitz: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- ICRC, 1977. Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the protection of victims of International Armed Conflicts (PROTOCOL I), of 8 JUNE 1977. In: *Geneva Convention Volume 4, relative to the protection of civilian persons in time of war of 12 August 1949*. Geneva: ICRC, pp. 233-295.
- IraqCoalition.org, 2003. *IraqCoalition.org*. [Em linha]  
Disponível em:  
[http://www.iraqcoalition.org/regulations/20030823\\_CPAORD\\_2\\_Dissolution\\_of\\_En](http://www.iraqcoalition.org/regulations/20030823_CPAORD_2_Dissolution_of_En)



[titles\\_with\\_Annex\\_A.pdf](#)

[Consult. 29 março 2015].

- Isenberg, D., 2009a. *Shadow Force: Private Security Contractors in Iraq*. London: Praeger Security International.
- Isenberg, D., 2009b. *Private Military Contractors and U.S. Grand Strategy*, Oslo: International Peace Research Institute.
- Jager, T. & Kummel, G., 2007. Conclusion - PSMCs: Lessons Learned and Where to Go from here. In: T. Jager & G. Kummel, eds. *Private Military and Security Companies: Chances, problems, pitfalls and prospects*. Wesbaden: VS VERLAG Fur SOZ, pp. 457-462.
- Kaldor, M., 2012. *New and Old Wars: globalized violence in a global era*. Cambridge: Polity Press.
- Kinsey, C., 2006. *Corporate Soldiers and International Security: The rise of Private Military Companies*. New York: Routledge.
- Kissinger, H., 2014. *A Ordem Mundial: Reflexões sobre o Caráter das Nações e o Curso da História*. Lisboa: Dom Quixote.
- Kober, A., 2015. From Heroic to Post-Heroic Warfare: Israel's Way of War in Asymmetrical Conflicts. *Armed Forces & Society*, 41(1), pp. 96-122.
- Kowalski, M., 2009. Novas Guerras, Novos Actores. As Empresas Militares Privadas. *Nação & Defesa*, Outono-Inverno, 4ª Série(124), pp. 259-277.
- Kowal, S. & O'Connell, D. C., 2004. The Transcription of Conversations. In: *A Companion to Qualitative Research*. London: SAGE Publications.
- Lukes, T. J., 2004. Martialing Machiavelli: Reassessing the Military Reflections. *The Journal of Politics*, November, 66(4), pp. 1089-1106.
- Luttwak, E. N., 1995. Toward Post-Heroic Warfare. *Foreign Affairs*, May/June, 74(3), pp. 109-122.
- Luttwak, E. N., 1996. A Post-Heroic Military Policy. *Foreign Affairs*, Jul-Aug, 75(4), pp. 33-44.
- Machiavelli, N., 2005. *The Prince*. Oxford World's Classics ed. Oxford: Oxford University Press.



- Magalhães, A., 2005. As Empresas Militares Privadas e a Resolução de Conflitos no Quadro da ONU. *Nação & Defesa*, Verão, 3ª Série(111), pp. 155-174.
- Mansoor, P. R., 2015. *Experiencia de comando no Iraque e as relações com as EMSP* [Entrevista] (17 Fevereiro 2015).
- Mello, P. A., 2010. In Search of New Wars: The Debate about a Transformation of War. *European Journal of International Relations*, XX(X), pp. 1-13.
- Menezes, A., 2008. *As Empresas Militares Privadas*, Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- MNF-I, 2010. *APPENDIX 13 to Annex C (Armed Contractor Oversight) to USF-I Operation Order 10-01*, Bagdade: Multi-National Force-Iraq.
- Moreira, A., 2011. O Estado Exíguo e as Hipóteses Estratégicas. *Estratégia*, Volume XX, pp. 11-20.
- Mumford, A., 2013. *Proxy Warfare*. Cambridge: Polity Press.
- Munkler, H., 2007. Clausewitz and the Privatization of War. In: H. Strachan & A. Herberg-Rothe, eds. *Clausewitz in the Twenty-First Century*. Oxford: Oxford University Press, pp. 219-230.
- NATO, 2014. *APP-13 Coalition Operations Handbook*. Edition A, Version2, Ratification Draft 1 ed. Brussels: NATO Standardization Office (NSO).
- NWC, 2002. *The Privatization of Warfare. Back to the Future*, Washington: National War College.
- Palou-Loverdos, J. & Armendáriz, L., 2011. *The Privatization of Warfare, Violence and Private Military & Security Companies: A factual and legal approach to human rights abuses by PMSC in Iraq*, Barcelona: Institute for Active Nonviolence.
- Paret, P., 1976. *Clausewitz and the State*. Oxford: Oxford University Press.
- Paris, R., 2004. *At War's End: building peace after civil conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parkinson, R., 2002. *Clausewitz: A Biography*. New York: Cooper Square Press.
- Percy, S., 2007. *Mercenaries: The History of a Norm in International Relations*. Oxford: Oxford University Press.



- Petersohn, U., 2008. *Outsourcing the Big Stick: The Consequences of Using Private Military Companies*, Cambridge: Weatherhead Center for International Affairs.
- Petersohn, U., 2011. The Other Side of COIN: Private Security Companies and Counterinsurgency Operations. *Studies in Conflict & Terrorism*, 30(10), pp. 782-801.
- Petersohn, U., 2015. *The Employment of Private Security Companies (PMSC) and its implications to military operations* [Entrevista] (8 Abril 2015).
- Petraeus, D. H., 2015. *Experiencia de comando no Iraque e Afeganistão e as relações com as EMSP* [Entrevista] (11 Fevereiro 2015).
- Prince, E., 2013. *Civilian Warriors: The Inside Story of Blackwater and the Unsung Heroes of the War on Terror*. Ebook para Ipad ed. New York: Portfolio/Penguin.
- Rodrigues, J., 2009. “Insurgência” ou “subversão”? *Contributos para a compreensão e enquadramento actual*, Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Rosenbach, E. & Peritz, A. J., 2009. *Confrontation or Collaboration? Congress and the Intelligence Community*, Cambridge : Harvard University .
- Rumsfeld, D., 2011. *Known and Unknown: A memoir*. Ebook edition ed. New York: Sentinel.
- Santos, J. L. d., 1983. *Incursões no Dominio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Saraiva, M. F. A. R. d. G. & Roque, S. d. J. C., 2013. As Empresas Militares Privadas no contexto do exercício da violência legítima edesempenho de funções ao abrigo do Direito Internacional Humanitário. *Revista de Ciências Militares*, novembro.I(2).
- Scahill, J., 2007. *BLACKWATER: The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army*. New York: Nation Books .
- Schmidt, C., 2004. The Analysis of Semi-structured Entrevistas. In: *A Companion to Qualitative Research*. London: SAGE Publications.
- Schuurman, B., 2010. Clausewitz and the “New Wars” Scholars. *Parameters*, Issue Spring, pp. 89-100.
- Schwartz, M., 2011. *The Department of Defense's Use of Private Security Contractors in Afghanistan and Iraq: Background, Analysis, and Options for Congress*, Washington: Congressional Research Service.



- Schwartz, M. & Church, J., 2013. *Department of Defense's Use of Contractors to Support Military Operations: Background, Analysis, and Issues to Congress*, Washington: s.n.
- Schwartz, M. & Church, J., 2013. *Department of Defense's Use of Contractors to Support Military Operations: Background, Analysis, and Issues for Congress*, Washington: Congressional Research Service.
- SHAPE, 2013. *Allied Command Operations Comprehensive Operations Planning Directive - COPD INTERIM V2.0*. Brussels: Supreme Headquarters Allied Powers Europe.
- Singer, P. W., 2001. Corporate Warriors: The Rise of Privatized Military Industry and its Ramifications for International Security. *International Security*, 26(3), pp. 186-220.
- Singer, P. W., 2003. *Corporate Warriors: The Rise of Privatized Military Industry*. Ebook para Ipad ed. New York: Cornell University Press.
- Singer, P. W., 2005. Outsourcing War: Understanding the Private Military Companies. *Foreign Affairs*, 84(2), pp. 119-132.
- Singer, P. W., 2007. *Can't win with 'em, can't go to war without 'em: Private Military contractors and Counterinsurgency*, s.l.: The Brookings Institution.
- Smith, E. B., 2002. The New Condottieri and US Policy: The privatization of Conflict and its Implications. *Parameters*, Issue Winter 2002-2003, pp. 104-119.
- Smith, H., 2005. *Hugh Smith, On Clausewitz: A Study of Military and Political Ideas*. New York: Palgrave Macmillan.
- Smith, R., 2008. *A utilidade da Força: a Arte da Guerra no Mundo Moderno*. Lisboa: Edições 70.
- Strachan, H., 2006. *The Changing Nature of War*, Geneva: Europaem Osford-Geneva Link Programme.
- Strachan, H., 2007. *Clausewitz's On War: A Biography*. New York: Atlantic Monthly Press.
- The National Security Archive, 2010. *THE IRAQ WAR - PART III: Shaping the Debate*.  
[Em linha]  
Disponível em: <http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB330/index.htm>  
[Consult. 29 março 2015].



The National Security Archives , 2007. *TOP SECRET POLO STEP*. [Em linha]

Disponível em: <http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB214/#docs>

[Consult. 29 março 2015].

UNICRIO, 2013. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça*.

[Em linha]

Disponível em: [http://unicrio.org.br/img/CartadaONU\\_VersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf)

[Consult. 8 Dezembro 2014].

Vaz, N. A. B. M., 2002. *A civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.

Vaz, N. A. B. M., 2005. As Empresas Militares Privadas vieram para ficar?. *Revista Militar*, ago-set, ago-set(2443/2444), pp. 819-0.

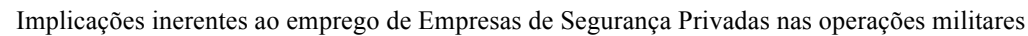
Vinha, L. M. d., 2009. *As Empresas Militares Privadas e o peacekeeping*. [Em linha]

Disponível em: <http://eces.revues.org/334>

[Consult. 12 novembro 2014].

Weber, M., 1967. Política como vocação\_1918. In: H. Gerth & C. W. Mills, eds. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, pp. 55-89.





**QC:** Quais as implicações da atuação das EMSP nas operações de contrainsurgência?

**OG:** Analisar as implicações do emprego de EMSP na condução de operações militares

**Introdução**

**Cap 1 – Revisão da Literatura**

**Cap 2 – Metodologia de investigação**

**Cap 3 – Análise**

**Conclusões**

**Análise da Problemática**

**Revisão da Literatura**

**EMSP**

**Operações Militares**

**Análise**

**Caso de Estudo: Iraque (2003-2011)**

**D1 - Comando-Missão**

**D2 - Movimento e Manobra**

**D3 - Apoio de Serviços**

**D4 - Proteção**

**Conclusões e Recomendações**

**QD1:** Como se caracterizam as EMSP nas operações de contrainsurgência quanto à sua forma de atuação?

**OE 1:** Caracterizar as formas de atuação das EMSP quando empregues em operações militares.

**QD2:** Quais as implicações das formas de atuação das EMSP no C2 e nas AI, no âmbito da função de combate Comando-Missão?

**OE 2:** Analisar as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Comando e Controlo (C2) e nas Atividades de Informação e Influência (AI), no âmbito da função de combate Comando-Missão.

**QD3:** Quais as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Projeção de Forças e na Manobra, no âmbito da função de combate Movimento e Manobra?

**OE 3:** Analisar as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Projeção de Forças e na Manobra, no âmbito da função de combate Movimento e Manobra.

**QD4:** Como se caracterizam as EMSP nas operações Quais as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Manutenção e Serviços, no âmbito da função de combate Apoio de Serviços?

**OE 4:** Analisar as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Manutenção e Serviços, no âmbito da função de combate Apoio de Serviços.

**QD5:** Quais as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Sobrevivência, no âmbito da função de combate Proteção?

**OE 5:** Analisar as implicações das formas de atuação das EMSP nas tarefas de Sobrevivência, no âmbito da função de combate Proteção.

Apd A-1



## Apêndice B – A guerra pós-heroica e a opção pelas EMSP

O aparecimento das EMSP, associado à privatização da guerra, não é alheio à transformação das sociedades ocidentais no período pós Guerra Fria. As características da Guerra Fria afastaram as populações dos atos de heroísmo ocorridos durante a guerra. Em dezembro de 1991, quando a bandeira da URSS foi arriada no Kremlin, a maioria dos adultos europeus já não tinha lembranças de atos heroicos da guerra e seria preciso ter mais de 45 anos para ter vivido o drama da 2ªGM. Sendo americano, teria de ter mais de 16 anos para se lembrar da Guerra do Vietname.

A primeira referência à expressão pós-heróica na literatura sobre a guerra, aplicado ao caráter da guerra pós-Guerra Fria, remonta a 1995 quando Edward N. Luttwak publicou o seu artigo *Toward Post-Heroic Warfare*, na revista *Foreign Affairs* (1995). Nele o autor argumenta que a guerra total está obsoleta e que o evento do fim da Guerra Fria marca uma nova cultura de guerra, no sentido de uma guerra pós-heróica (Luttwak, 1995, pp. 109-111). Este argumento do autor é paradoxal porque decorre da observação de um conjunto de conflitos que deflagraram sem aparente controlo e onde há uma limitação autoimposta do uso da força (Luttwak, 1995, p. 111). Este argumento é essencial na análise do fenómeno da privatização da guerra e no ressurgimento das EMSP nos anos 90.

A par com uma crescente privatização das funções do estado, decorrente de uma racionalidade política de matriz liberal que advogava os méritos da livre concorrência e da economia de mercado, a última década do Século XX trouxe também esta matriz pós-heróica às sociedades ocidentais. Estas passaram de uma convivência próxima com a guerra, desde tempos imemoriais até à 2ª GM, para um afastamento físico e político da guerra, por esta em parte se transferir para o hemisfério Sul (à exceção dos Balcãs) ou por ter um impacto menor em termos de perdas de vidas humanas.

A Guerra Fria criou a necessidade constante de limitação do emprego da força sob pena de um escalar da violência, podendo mesmo terminar num conflito de natureza nuclear e na destruição total dos contendores, ao mesmo tempo que abandoava o conceito de guerras de natureza industrial, proliferando as designadas “guerras por procuração”<sup>35</sup>, com as superpotências a estender a sua esfera de influência mas sem se empenharem diretamente no confronto. A Guerra Fria limitou também a dimensão dos conflitos porque nenhuma das superpotências queria uma escalada de violência na sua esfera de influência (Luttwak, 1995, p. 109).

A tecnologia e os partidários da Revolução dos Assuntos Militares<sup>36</sup> completam esta ideia ao criar a ilusão de que era possível travar guerras sem baixas ou então que as que existem são politicamente inaceitáveis. Parece haver uma percepção generalizada para o risco nulo e para a política das “zero baixas”. Com um desenvolvimento sem precedentes dos equipamentos de proteção e da precisão dos sistemas de armas, ao mesmo tempo que se transfere uma boa parte do risco associado ao espaço de batalha para uma economia de guerra que, a troco de avultadas verbas, coloca elementos das EMSP onde, desde Vestefália, existiam militares (Luttwak, 1995; 1996, p. 40).

O fim do heroísmo coletivo associado às sociedades da primeira metade do Século XX e a transformação da guerra num fenómeno pós-heroico coloca a guerra, hoje, no campo da racionalidade política e não da sobrevivência do Estado ou das sociedades ocidentais. Os meios são escolhidos tendo em conta as condicionantes políticas, sociais e económicas de uma atividade onde a perda de vidas humanas se tornou intolerável e a sua preservação uma prioridade sobre o cumprimento de missões (Kober, 2015, p. 97). O caso do ataque do 11Set veio atenuar esta nova característica da guerra mas o caso do Iraque veio exacerbar o sentimento pós-heroico em relação à guerra. A profissionalização dos exércitos com o fim da conscrição veio igualmente retirar a sensação de que a guerra, quando existisse, seria generalizada e influenciaria a vida de toda a população.

---

<sup>35</sup>Tradução livre o autor. No original “proxy wars”. Ver Andrew Mumford, *Proxy Warfare*, Polity Press (2013).

<sup>36</sup>Tradução livre do autor. No original “Revolution in Military Affairs”. Ver Colin S- Gray, *Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and the Evidence of History*, Frank Cass, (2002).



## **Apêndice C – Caso de Estudo da *Operation Iraqi Freedom* 2003-2011: do planeamento à presença em massa das EMSP**

As operações englobadas na designada OIF iniciam-se a 19 de março de 2003. A campanha visava atingir um alvo de oportunidade e derrubar a liderança de Saddam Hussein e o seu governo. Esta decisão foi precedida de várias outras, por parte do Presidente dos EUA e do Secretário de Defesa que autorizaram o planeamento e o início da operação. A extensão deste período que antecedeu a operação está, há muito, envolvido em polémica e debate-se o momento da tomada de decisão de conduzir uma operação militar que visasse a substituição de Saddam Hussein no poder. Alguns autores apontam para um período que remonta ao rescaldo dos ataques do 11Set (The National Security Archive, 2010), que a autobiografia de Donald Rumsfeld em parte confirma (Rumsfeld, 2011, p. Cap31).

Este conflito iniciou-se com uma vontade política, por parte dos EUA, de empregar o mínimo de forças militares na campanha e conduzir uma operação com um potencial adequado ao potencial tecnológico existente nas FA dos EUA. Os efetivos seriam, necessariamente, inferiores aos utilizados na campanha de 1991<sup>37</sup>. O objetivo era constituir uma coligação internacional atingir Bagdade rapidamente. A força devia ser aplicada com o ímpeto necessário para impedir a concentração de forças da Guarda Republicana ao redor da cidade e constituir aquilo que Tommy Franks designou por “*Fortress Baghdad*” (Rumsfeld, 2011, p. Cap31). Numa reunião com o Presidente, o Comandante do CENTCOM apresentou um plano que incluía 145.000 militares, nos primeiros seis meses da operação, extensíveis até 275.000<sup>38</sup> nos meses seguintes, conforme necessário (Rumsfeld, 2011, p. Cap31).

Foram três as Opções de Resposta Militar (MRO) geradas pelo CENTCOM para a campanha do Iraque. Em qualquer das três opções, após aprovada, a campanha seria conduzida em cinco fases: Fase 0 – *Planning and Decision Making*; Fase I – *Complete Posturing of Initial Force*; Fase II – *Attack Regime*; Fase III – *Complete Regime Destruction*; Fase IV – *Post-Hostilities* (The National Security Archives, 2007). As opções continham apenas um período inicial de aproximadamente 135 dias para conduzir as Fases II e III e um período não calculado no planeamento para a condução da Fase IV (Figura nº 18 e 19).

---

<sup>37</sup> Este pressuposto não se verificou inicialmente com o CENTCOM a prever cerca de 500.000 militares na primeira abordagem à operação, logo em 2001, números em tudo semelhantes à campanha de 1991 (Rumsfeld, 2011, p. Cap31).

<sup>38</sup> Estes totais incluíam EMSP contratadas pelo DoD (Fontenot, et al., 2004).

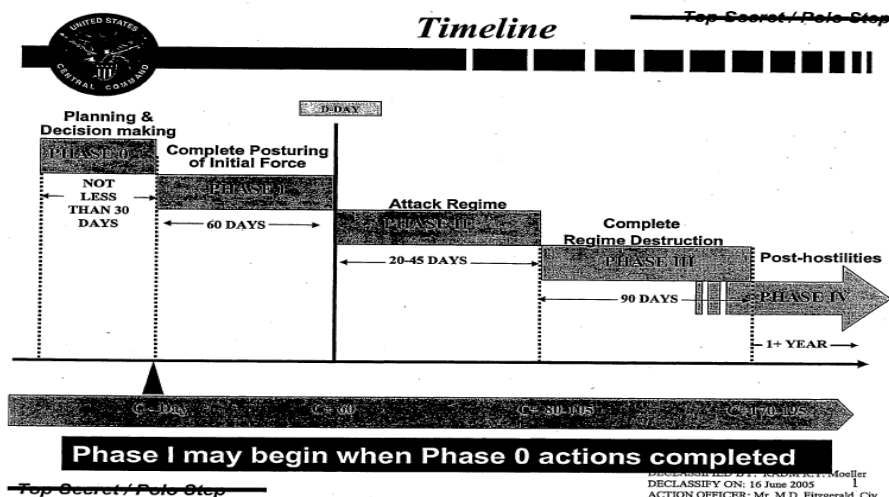


Figura nº 18 – Brifingue do CENTCOM: Fita do Tempo da Campanha  
Fonte: (The National Security Archives , 2007)

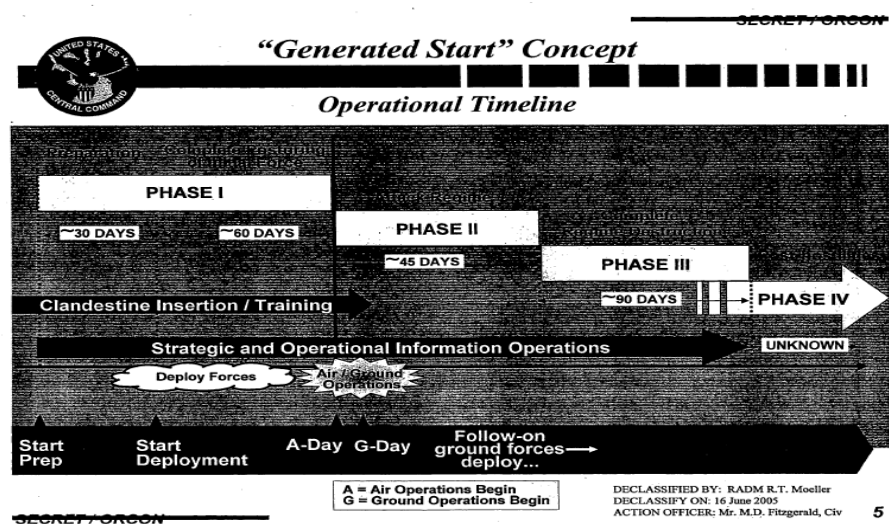


Figura nº 19 – Brifingue do CENTCOM: OIF Operational Timeline  
Fonte: (The National Security Archives , 2007)

Este aspeto do planeamento da Fase IV é bastante significativo para o assunto da presente investigação, tendo em conta que a substituição do regime de Saddam foi relativamente rápido mas este facto por si só não resolveu o problema do Iraque. Toda a situação no terreno foi agravada com a decisão de Paul Bremer<sup>39</sup> de desmobilizar todo o exército iraquiano (IraqCoalition.org, 2003), tendo a maioria dos oficiais de Saddam desertado ou retirado de funções, com a facção Shiita a sentir-se prejudicada com a invasão internacional do seu país. Estavam criadas as condições para o desenvolvimento de uma insurgência no interior do país e para um degradar da situação de segurança e a criação de um ambiente de instabilidade que provocou um aumento exponencial de elementos das EMSP a prestarem serviços de apoio, proteção e segurança aos organismos a operar no Iraque, governamentais e não-governamentais. A Fase IV, que inicialmente se designou por *Post-Hostilities*, e que não tinha período de duração planeado, acabou por decorrer até ao final de 2011, passando de uma fase da campanha inicial para um nova campanha, agora de Contrainsurgência.

<sup>39</sup> Diplomata norte-americano. Chefe da *Coalition Provisional Authority* (CPA) entre 2003 e 2004.



## Apêndice D – Guião de Entrevista (Militares)

### **Institute for Advanced Military Studies**

**Lisbon - Portugal**

**Joint Staff College 2014-2015**

**Title:** “*THE EMPLOYMENT OF PRIVATE MILITARY AND SECURITY COMPANIES (PMSC) AND ITS IMPLICATIONS IN MILITARY OPERATIONS*”

**Student:** Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro

**Rank:** Major

**Branch:** Infantry

**Supervisor:** LTC Rui Vieira

### **Interview Script**

The scope of this investigation is to identify the key factors that characterize the implications of PMSC on Military Operations and to elaborate a model to understand its impact.

Other secondary objectives are:

- Understand the phenomenon of the Privatization of War.
- Understand the key factors of the implications of PMSC employment, at the operational level, in Iraq, since 9/11.
- Understand the implications of the employment of PMSC to COIN operations, in Iraq.

The main research question is: **What are the implications of PSCs in COIN operations?**

#### **Interviewed personality:**

**Name:**

**Birth Date:**

**Rank:**

**Assignment:**

**Previous military assignments:**



**QUESTIONS:**

1. What are your thoughts about the presence of Private Security Companies (PSC) in present and future conflict areas? Do you think privatizations of military tasks have come to stay?
2. Do you think this privatization of war is driven more often by political or military purpose?
3. Some authors argue that the presence of PSC tends to be more negative and others argue that the impact is positive. Based on your field experience, do you think their impact on military operations can be more significant if they work inside the military chain of command?
4. As a field commander, conducting COIN operations, did you feel that the presence of PSCs, working outside the military chain of command (like NGOs or State Department), could jeopardize the coalition efforts to increase security and governance, and to win hearts and minds?
5. Do you think that incidents with PSCs increase the risk of incidents with troops on the ground?
6. Can you identify the major lessons you have learned operating with PSC?
7. What are the major challenges commanders will face while operating with PSC?

Thank you, Sir

Lisbon, Date, Month, Year

Pedro Cavaleiro

Major, PRT Army



## Apêndice E – Guião de Entrevista (Investigadores civis)

### **Institute for Advanced Military Studies**

**Lisbon - Portugal**

**Joint Staff College 2014-2015**

**Title:** “*THE EMPLOYMENT OF PRIVATE MILITARY AND SECURITY COMPANIES (PMSC) AND ITS IMPLICATIONS IN MILITARY OPERATIONS*”

**Student:** Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro

**Rank:** Major

**Branch:** Infantry

**Supervisor:** LTC Rui Vieira

### **Interview Script**

The scope of this investigation is to identify the key factors that characterize the implications of PMSC on Military Operations and to elaborate a model to understand its impact.

Other secondary objectives are:

- Understand the phenomenon of the Privatization of War.
- Understand the key factors of the implications of PMSC employment, at the operational level, in Iraq, since 9/11.
- Understand the implications of the employment of PMSC to COIN operations, in Iraq.

The main research question is: **What are the implications of PSCs in COIN operations?**

#### **Interviewed personality:**

**Name:**

**Birth Date:**

**Rank:**

**Assignment:**

**Previous military assignments:**



**QUESTIONS:**

1. What are your thoughts about the presence of Private Security Companies (PSC) in present and future conflict areas? Do you think privatization of military tasks have direct implications on military operations?
2. Some authors argue that the presence of PSC tends to be more negative and others argue that the impact is positive. Based on your research experience, do you think PSCs have a more positive or negative impact on military operations?
3. Do you think that the presence of PSCs could jeopardize the coalition efforts to increase security and governance, and to win hearts and minds, in COIN operations?
4. Can you identify the major lessons that you identified on PSC and military forces working in Iraq, in the same battle space?
5. What are the major challenges military commanders will face while operating with PSC?

Thank you

Lisbon, Date, Month, Year

Pedro Cavaleiro

Major, PRT Army



**Apêndice F – Funções desempenhadas pelas entidades entrevistadas****Tabela nº 3 – Lista de entrevistados e respectivas funções desempenhadas**

Fonte: (Autor, 2015)

Nº	Entrevistado	Funções desempenhadas
1	Gen <i>U.S. Army</i> (Ref.) David H. Petraeus	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Diretor <i>Central Intelligence Agency</i> (2011 – 2012)</li><li>▪ Comandante <i>International Security Assistance Force</i> (2010 – 2011)</li><li>▪ Comandante <i>U.S. Central Command</i> (2008 – 2010)</li><li>▪ Comandante <i>Multi-National Force – Iraq</i> (2007 – 2008)</li><li>▪ Comandante <i>U.S. Army Combined Arms Center</i> (2005 – 2007)</li><li>▪ Comandante <i>NATO Training Mission – Iraq</i> (2004 – 2005)</li><li>▪ Comandante <i>101<sup>st</sup> Airborne Division</i> (2003 – 2004)</li></ul>
2	TGen <i>U.S. Army</i> (Ref.) Daniel Bolger	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Comandante da <i>NATO Training Mission – Afghanistan</i> (2011 – 2013)</li><li>▪ Comandante <i>1st Cavalry Division</i> na OIF (2009 – 2010)</li></ul>
3	Cor <i>U.S. Army</i> (Ref.) Peter Mansoor	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executive Officer do General David Petraeus (2007 – 2008)</li><li>▪ Comandante da <i>1st Brigade, 1st Armored Division</i> (2003 – 2005) na OIF (2003 – 2004)</li></ul>
4	Maj <i>U.S. Army</i> Neil Hollenbeck	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Comandante de Pelotão e Companhia da <i>82nd Airborne Division</i> durante cinco missões na OIF entre 2004 e 2010</li></ul>
5	Professor Ulrich Petersohn	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Professor Universitário no Departamento de Estudos Políticos da Universidade de Liverpool.</li><li>▪ Autor: “The other side of COIN: PSCs and COIN Operations”, <i>Studies in Conflict and Terrorism</i>, 34:10, 2011.</li><li>▪ Co-Autor: “Hired Guns: Views About Armed Contractors in Operation Iraqi Freedom” RAND, 2010.</li><li>▪ Co-Editor: “The Markets for Force: Privatization of Security Across World”, University of Pennsylvania Press, 2015.</li></ul>

Apêndice G – Entrevistas<sup>1</sup>

Tabela nº 4 – Análise das entrevistas

Fonte: (Autor, 2015)

Entrevistados	1. What are your thoughts about the presence of Private Security Companies (PSC) in present and future conflict areas?	Ideias-chave identificadas
Entrevistado 1	What I would say is that their presence, the presence of Private Security Companies (PSCs), is both inevitable (pause) and useful (pause) but that presence (pause) may also pose challenges and we have seen those challenges in Iraq and in Afghanistan.	
Entrevistado 2	Private security companies were active in both Iraq (since 2003) and Afghanistan (since 2001). This is not new in warfare. Contracted troops (the famous Condottieri of the Italian Renaissance, for example) have long been part of warfare. Indeed, modern artillery in its early days was maintained and fired by contract troops, and contractors, often armed, carried out many battlefield supply functions. I think that PSCs have been, are, and will be on the battlefield.	- D2 – Movimento e Manobra: continuidade no campo de batalha
Entrevistado 3	Private military contractors have roles to play in conflict zones, but security responsibilities should not be among them. Functions such as logistics, food service, intelligence, and other combat service and combat service support tasks are among those for which private contractors are best suited. Private security companies should not be allowed to operate in combat zones, however. These companies operate on a profit motive, and therefore lack accountability for their actions. Combatants should be limited to those personnel who wear the uniform of a nation-state. Since the laws of war regulate the actions of soldiers and the nation-state they represent has ultimate responsibility for their actions, uniformed combatants have greater accountability for their actions on the battlefield.	- EMSP devem ser empregues na D3 – Apoio de Serviços e D4 – Proteção. - Não devem ser autorizadas a conduzir tarefas em zonas de combate ou tarefas de segurança – D1 – Comando-Missão e D2 – Movimento e Manobra
Entrevistado 4	In the U.S., PSCs do not have legal authority to perform the same functions as our military services. I'm not expert on the employment of PSCs by organizations across our government. But I have served in the Army for 12 years and deployed to Iraq five times. In my own experience, PSCs have been used only for protective security. They are not authorized to conduct the same kinds of operations as our military. I do think PSCs will be present in dangerous places for decades to come and I think that is appropriate, but I think governments should avoid employing PSCs in ways other than the ways the U.S. government employs them now. War should be prosecuted by soldiers, whose relationship and obligation to the society they serve is not merely contractual	- Ênfase na D4 – Proteção - Devem continuar a serem empregues da forma atual.
Entrevistado 5	PMSCs are certainly here to stay (I focus here on companies that provide services to the military). Given the extent of Western outsourcing (e.g. Germany, US, UK) there is little doubt that the logistics of large operations cannot be handled by the military alone anymore. However, with the drawdown in Iraq and Afghanistan, extensive contracting opportunities are over.	- Ênfase no emprego na D4 – Apoio de Serviços
Entrevistados	2. Do you think this privatization of war is driven more often by political or military purpose?	Ideias-chave identificadas

<sup>1</sup> Por decisão do investigador as entrevistas foram transcritas na versão inglesa. A manutenção da língua original procura evitar distorções de sentido provocadas pela tradução.



<b>Entrevistado 2</b>	Privatization is driven by three things. First, political considerations tend to limit the size of uniformed military forces, but missions exceed the troops available. PSCs fill the gap. Second, new technologies (bombard cannons in 1415 A.D. or drones in 2015 A.D.) often arrive before military forces can train or absorb these new weapons in the formal ranks. PSCs can bring these new weapons to the battlefield much more quickly. Third, PSCs are less expensive than uniformed military units. To cost-conscious treasurers, they offer "more bang for the buck."	<ul style="list-style-type: none"><li>- EMSP é a opção menos onerosa e relação às forças militares.</li><li>- Políticos tendem a limitar o número de militares projetados</li></ul>
<b>Entrevistado 4</b>	I haven't been in a position to directly observe how those decisions are made, but I think the use of security contractors is typically driven by practical, rather than political considerations. For example, it might be more practical and cost-effective to secure a facility with hired security guards than with Soldiers. I certainly think (personal opinion) we should be sensitive to how use of PSCs might make the scale of a government's engagement in an armed conflict seem to be smaller than it is.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ênfase na Proteção</li><li>- Deverá contribuir para o aumento de forças no conflito</li></ul>
<b>Entrevistado 5</b>	Yes, they have certainly implications. On the most basic level the implications depend on the operation you are conducting and the task you are outsourcing. My main thoughts on COIN and armed contractors are in the article you mentioned above. First, the majority of the Western firms are better than their reputation, i.e. they are not aggressive cowboys. However, in a COIN environment that may not be enough as perception is equally important. Second, the challenges for the military are mainly in the area of coordination and visibility. Although these problems may be solved, I am skeptical about the ability address the accountability and unity of effort problems. Even though there may be laws that theoretically apply to PMSCs, effectively overseeing these actors in a warzone is almost impossible without negating all the efficiency benefit (e.g. putting government employee on any PSD detail). Even if wrongdoing can be identified, prosecuting it in a warzone is next big difficulty. Who is responsible? Where are they held accountable? How do you gather evidence? I don't belief that these questions can be answered sufficiently for PMSCs (given the fact that the military with its bureaucratic structure has difficulties overseeing and prosecuting its own personnel). My suggestion is not to. Third, all I said applies only if we are talking about a neoclassical (or neoliberal) market. The entire discussion changes if Warlords under the veneer or PMSC are hire to do the job	<p>Desafios para as forças militares:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Princípio: Responsabilização</li><li>- Princípio: Unidade de esforço</li><li>- Princípio: Eficiência</li></ul>
<b>Entrevistados</b>	<b>3. Some authors argue that the presence of PSC tends to be more negative and others argue that the impact is positive. Based on your field experience, do you think their impact on military operations can be more significant if they work inside the military chain of command?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>
<b>Entrevistado 2</b>	PSCs are neither negative nor positive by their nature. It all depends on how well they cooperate with other friendly forces. PSCs must be under authority of local commanders. They cannot be independent actors. The PSCs are not in the formal military chain of command, but they do report their locations, coordinate their movements, and follow agreed protocols in emergencies (medical evacuations, response to enemy attacks).	<ul style="list-style-type: none"><li>- Como acadêmico não considera positivo ou negativo (imparcialidade)</li><li>- EMSP não têm qualquer autoridade na área onde operam</li><li>- Devem ser controlados e coordenados pelas forças militares</li></ul>
<b>Entrevistado 3</b>	The benefit of private security contractors in recent operations has been the ability of the United States to wage war with fewer uniformed service personnel on duty. This has saved the country billions of dollars. Most of these contractors have served honorably and have performed their duties well. The behavior of a few, however, has endangered the relations between the U.S. military and host nation governments.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Emprego EMSP é positivo</li><li>- Substituição das forças militares para projeção de contingentes menores de forças militares</li></ul>



<b>Entrevistado 4</b>	<p>In the U.S., I believe PSCs are more often employed by agencies other than our Department of Defense (DoD). For example, our Department of State (DoS) often employs security contractors. I have worked with DoS-contracted security personnel, in Iraq. I have never worked with DoD-contracted security personnel, except those employed to help secure military bases in the U.S. The contractors DoS employees fall directly under the control of DoS. Incidents early in the Iraq war caused our government to place stricter requirement for supervision of PSCs employed by over government. I think any PSCs employed by our government should fall directly under the control of accountable officers of our government, military or otherwise, because our government should maintain control of armed personnel they introduce to any area.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Integrados na estrutura militar</li><li>- Princípio: Responsabilização</li></ul>
<b>Entrevistado 5</b>	<p>(...)Western military forces deployed abroad in a COIN operation hiring armed contractors. In a COIN environment it is impossible (or at least not recommendable) to separate the military mission from the overall political, and state building tasks. On the one hand it may be very handy to have a large pool of security guards that aid in shuttling around government personnel. However, while the (theoretical) task of the military is to secure the population (and occasionally go after the bad guys), the task of the PMSC is to protect the client. It is easy to see how that may be at odds with limiting harmful repercussions on the population (See Peter Singer: Can't go to war without them, can't win with 'em). The COIN security tasks and the PMSCs protection task are simply contradictory:</p> <p>(a) PMSCs are employed in a high profile manner: This allows for better coordination with the military (this is Dunigans argument). However, at the same time that makes them bullet-magnets for the insurgents, and therefore increases the likelihood firefights, and harmful repercussions on the COIN mission.</p> <p>(b) PMSCs are employed in a low profile manner: This decreases the likelihood of firefights with insurgents, yet increases the likelihood of friendly fire incidents.</p> <p>(c) Hiring local PMSCs: this may decrease quality of the operator &amp; increase likelihood of firefights. In any case it allows for insider attacks, and is not an option for important personnel.</p> <p>I don't see a general solution to these problems. The military is simply not able to provide all these security tasks, and other agencies may not be happy with them doing so (see Cusumano, Kinsey: Bureaucratic interests and outsourcing). Overall, there is no clear-cut answer to the question of whether they are positive or negative. They enable, but also harm the situation. It is a tradeoff.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Positivo e negativo</li><li>- Vantagens e desvantagens</li><li>- Integrados na estrutura militar</li></ul>
<b>Entrevistados</b>	<b>4. As a field commander, conducting COIN operations, did you feel that the presence of PSCs, working outside the military chain of command (like NGOs or State Department), could jeopardize the coalition efforts to increase security and governance, and to win hearts and minds?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>
<b>Entrevistado 2</b>	<p>PSCs can definitely cause problems. The local people see the PSCs as part of the intervening forces, and when bad things happen, they don't distinguish between private and uniformed armed elements. This is why we must work closely with PSCs, make sure they know what we are doing, and make sure we understand the PSC tasks. Good and frequent communications between the military leadership and PSC managers are vital.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Influência negativa na percepção sobre as FA</li></ul>



<b>Entrevistado 3</b>	The presence of private security contractors definitely jeopardized the mission of U.S. forces during the Iraq War. These contractors were paid to get their cargo – personnel or otherwise – from Point A to Point B without the cargo suffering loss or damage. The rules under which these contractors operated did not specify rules of engagement, especially in relation to the civilian population. So contractors could run cars off the road, shoot into car engines to keep civilian vehicles away from their convoys, and, in extreme incidents such as at Nissour Square in September 2007, kill innocent civilians in the performance of their security duties. The behavior of private security contractors and their lack of accountability for their actions became so extreme that Prime Minister Nouri al-Maliki finally barred them from doing business inside Iraq unless they were subject to host nation laws.	- Influência negativa na percepção sobre as FA - Princípio: Responsabilização
<b>Entrevistado 4</b>	While conducting counterinsurgency operations in Iraq, I rarely came in direct contact with PSCs, as the areas in which we operated were often too dangerous for PSCs. Even the best-armed PSCs did not have the same capabilities as an U.S. Army infantry platoon—they didn’t travel in large numbers, or have heavy anti-tank missiles and hand grenades, or have access to support from artillery and attack helicopters. Nevertheless, I was aware of the negative, strategic impact of highly publicized incidents of members of PSCs injuring civilians.	- Influência negativa na percepção sobre as FA
<b>Entrevistados</b>	<b>5. Do you think that incidents with PSCs increase the risk of incidents with troops on the ground?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>
<b>Entrevistado 2</b>	Yes, this can and does happen. Things will happen to both PSCs and uniformed troops. It's very important for each element to keep the others informed. Good integration of operations and regular communications are very important.	- Necessidade de condenação de atos ilegais
<b>Entrevistado 4</b>	Yes, just as incidents with troops on the ground increase the risk of incidents with troops on the ground.	- Aumento do risco
<b>Entrevistados</b>	<b>6. Can you identify the major lessons you have learned operating with PSC?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>
<b>Entrevistado 1</b>	That probably captures the major lesson that I have learned operating with PSCs although I would add one more and that is, that has to be enormous attention given to ensure that there is not corruption involved in the contracting process or the implementation of the duties for which you have contracted and that there is not paying off the enemy by PSCs to gain passage through, saying Taliban controlled areas or Haqqani Network or something like that, to take the example of the case of Afghanistan	- Controlo apertado sobre o processo de contratação
<b>Entrevistado 2</b>	There are three major ideas to keep in mind when working with PSCs: 1. Integrate them into your team—be inclusive. 2. Share plans and procedures regularly. 3. Communicate before, during, and after ongoing operations.	- Princípios das operações na presença de EMSP
<b>Entrevistado 3</b>	Military commanders must have good coordination and positive command and control over PSCs. Those PSCs who operated outside the envelope of military command and control often got into trouble on the battlefield. The killing of four security contractors outside Fallujah in March 2004, which precipitated major fighting there, is a good example of this imperative in action.	- Necessidade de integração nas forças militares
<b>Entrevistados</b>	<b>7. What are the major challenges commanders will face while operating with PSC?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>



Entrevistado 2	Two major challenges come to mind. First, PSCs are not under the military legal code or chain of command. All arrangements are informal and thus potentially incomplete. These arrangements must be settled early and relooked periodically. This is a matter of operational interest for the uniformed chain of command. It cannot be wished away. Second, the local authorities may not want to work with PSCs. President Hamid Karzai of Afghanistan in particular tried to rein in PSCs and imposed unusual restrictions on their operations. The Iraqi government was not as strict, but now and then, the Baghdad authorities did curtail PSC activities. This is especially likely after a major shooting incident involving PSCs.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desafio legal</li> <li>- Integração difícil com as autoridades locais</li> </ul>
Entrevistado 3	Commanders must have positive control over PSCs, must ensure a means of communication with them, and must hold them accountable for their actions on and off duty.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de controlo</li> <li>- Princípio: Responsabilização</li> </ul>
Entrevistado 4	Sometimes, military forces and PSCs may be operating in the same area, but with different responsibilities. They must understand and be able to communicate with one another. Fortunately, in my experience, PSCs are limited to secure bases or escorting important personnel between secured locations.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limitação do uso da força</li> </ul>
Entrevistados	<b>8. Do you think that the world order is returning to a pre-Westphalian character of war, and by that we are now returning to "normality" with the state sharing the control of violence with private entities?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>
Entrevistado 1	(...), but again I do think that private entities, PSCs and a variety of other contracted entities, will be present in many of the operational areas where our forces may carry out missions. And the reason I think that's the case, I will get into at the bottom where I talk about the way that PSCs, and again, other contractors that enable you to make the absolute most of the uniformed service members that you have by ensuring, as much as it is possible, that the uniformed security personnel are performing tasks that only they can perform. In other words, "outside the wire", engaging the enemy and engaging the population, again in ways that PSCs or other contractors would probably not be doing.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade contínua de EMSP</li> </ul>
Entrevistados	<b>9. If "war is the continuation of politics by other means", it would be expected that the decision concerning the ways and means used to fight would be purely a political one. Is the presence of PSC in recent conflicts, like Iraq and Afghanistan, the result of a purely political decision and an imposition upon a military commander?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>
Entrevistado 1	I don't think so necessarily, with respect, I think, and again, obviously there are always overarching objectives that will be political but, and I don't think the presence of PSCs is a result of a pure political decision and an imposition on a military commander. In fact in Iraq and, to a lesser degree, Afghanistan, I wanted to get as many contractors, of all types, as I could, many of them, "inside the wire" of course, not PSCs but just other contractors, so that, as I mentioned earlier, those who were in uniform could perform tasks that only they could, and should perform together with host nation and coalition partners and those tasks, once again are engaging the enemy and engaging the local population in the conduct of security operations and also of stability operations.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- EMSP permitem economia de meios militares</li> </ul>
Entrevistados	<b>10. In your opinion should the military contribute or influence, in any way, the decision to employ PSC in modern operations?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>



Entrevistado 1	<p>Absolutely. In fact, in Iraq we have worked together with PSCs to have a Joint Operations Center in which we could maintain visibility of the PSCs, where they were, and insure that units knew that they were on their battle space or they were moving thorough it, keeping in mind that again, the PSCs typically have a very constrained task, to secure diplomats, NGOs and sometimes people in uniform. As a 3 Star General in Iraq, I contracted my own security with a private security firm, happened to be British in the end, they won the competition, and that was to enable the US Military Police Company that were assigned to secure me, to actually secure the Colonels, the LTCs and the Senior NCOs who otherwise wouldn't have any security when they were "outside the wire". So this was a case, again, of augmenting our capabilities by the use of contractors, of all type, but in this case of PSCs. But the general principle, again, is that if there is a task or an action that has to be performed, if you can get contractors to do it, and obviously you have the money to pay them, and doesn't require a military member, or a diplomat or a development worker, so it's not just those in uniform it's all those in government service, if you don't have to have that, contract it out so that the limited number of soldiers, sailors, airmen, marines, diplomats, aid workers and a variety of others, can do what only they can do, and achieve greater impact as a result, that actually can't be performed by contractors. Keep in mind that the Rules of Engagement (RoE) for PSCs, we worked this very hard with the PSCs and they are essentially self-defense and that's it. They're not out conducting offensive or even defensive operations, well they're conducting defensive operations, I guess, but again (they are only) they will never pull the trigger unless it is in absolute self-defense, accurate fire (etc., etc.), there are a number of facts that have to be met. But again, were they can replace those who can carry out other operations is often a wise move. I'm sure that when you were in (Western) Afghanistan there were numerous contractors doing everything from cooking your food, to serving it, cleaning up and maintaining vehicles, maintaining radios, keeping links to satellite communications, perhaps operating blimps (Balloons) with optics, doing downlinks or even securing the perimeter and sometimes in entry control points, in places overseen by military.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vantagens para as operações militares</li> <li>- D4 – Proteção</li> <li>- Incremento de capacidades militares</li> <li>- Economia de forças</li> <li>- D3 – Apoio de Serviços</li> </ul>
	<p>(...) Yes, and that's how we thicken the NTM-A capability in fact, very much. We never could have done all we did if we hadn't been augmented by and had our capabilities thicken and enhanced by their presence. But again, the military that are responsible for an AoO, has to have full visibility of them, has to have awareness, battlefield awareness of where they are, ensure the local units are aware of that, has to constantly reconfirm the RoE and their very limited nature, and so forth and so on.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limitação do uso da força</li> </ul>
Entrevistados	<b>11. Do you think that commanders should be prepared for a wider approach to operations, integrating PSC in their operational plans?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>
Entrevistado 1	<p>I do not think that commanders should integrate PSCs in their operational plans, beyond the ways that I have described. Now, certainly they should be on the operational plan when it comes to, saying, ensuring the security of somebody who contracted that out, either it's on the diplomatic side or in my case as a 3 Star in Iraq on the military side, as perimeter security forces, as entry control points security forces, as security for convoys, mobile movements and so on, but that should not extend into the conduct of offensive operations or to the detail activities encompassed by stability operations or the robust kind of defensive operations that you might envision, other than and again perimeter security and entry control points and so forth.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não integração ao nível operacional</li> <li>- D4 – Proteção</li> <li>- Limitação das tarefas atribuídas</li> </ul>
Entrevistado 3	<p>Regrettably, it appears that private security contractors are part of the military landscape today. As long as they are used to supplement uniformed service members, then commanders must be prepared to integrate them into their operations. But private security contractors should be used in roles for which they are best suited, such as guarding bases and other fixed facilities. Most incidents in which private security contractors have violated host nation laws have occurred away from bases.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Complementares às forças militares</li> <li>- Necessidade de integração</li> <li>- Limitação das tarefas</li> <li>- D4 – Proteção</li> </ul>





Entrevistados	12. When your force arrived to Mosul and you were implementing a comprehensive COIN approach to secure the area, were PSC's a solution or a problem to your efforts? Your staff already thought about the implications of the PSC in your AoR?	Ideias-chave identificadas
Entrevistado 1	Integrating PSCs into the plan was indeed probably close to the last thing on my mind in fact if it was on my mind at all. We did, however, very quickly, started to figure out how we might use some host nation (to) establish security forces. There was no contract per say but I think we were actually paying them initially before all the construction processes were sorted out. Beyond that, again, we hadn't thought a great deal about PSCs in our AoR but we certainly had seen PSCs used in previous activities in other places around the world. In general I would just say this is subset of a larger activity, which is the employment of contractors, period. As you know we use them to train and equip forces, to again, maintain vehicles, radios, to perform a variety of logistic tasks within the bases and indeed also providing security "outside the wire" to selected organizations and individuals.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Emprego de EMSP como um assunto abrangente</li><li>- Ênfase na Manutenção e Serviços</li><li>- EMSP usadas para treinar forças locais</li><li>- Segurança <i>outside the wire</i> para organizações ou VIP</li></ul>
Entrevistados	13. During the planning of the "Surge", was the possibility of deploying more PSC contractors, in substitution of additional forces, as a feasible course of action?	Ideias-chave identificadas
Entrevistado 1	When it came to the conduct of the "Surge", not necessarily the planning of the "Surge", but the conduct of the "Surge", I gave explicit guidance in fact that we should employ contractors, not PSCs but contractors, where ever, again, we could, so that we could use the 165.000 Americans, military members, state department officials, the AID (USAID) personnel and on and on, and our coalition members in those tasks that only they can perform and there forth try to get them out of the tasks that contractors could perform for us. In many cases, of course, the cost of contractors is vastly less than the cost of US Military as well. Having third country nationals cook food, serve it, maintain dining facilities and perform a host of other logistical tasks inside our bases freeing up many of our boots on the ground so they can conduct operations outside the wire. So it was not just a feasible course of action, it was a directive action that was very much in line with my guidance that we take all the actions we could to capitalize on, and to augment the capabilities of the US and other coalition military forces and partners.	<ul style="list-style-type: none"><li>- EMSP criticas durante as situações de aumentos de rácio de força</li><li>- Libertar forças para proteger a população e combater as ameaças</li><li>- Diretivas do comandante para aumentar a contratação de EMSP para aumentar rácios de força <i>outside the wire</i>.</li></ul>
Entrevistados	14. As top commander in Iraq during the "Surge", did you feel that the presence of the PSC could jeopardize the coalition efforts to increase security and governance?	Ideias-chave identificadas
Entrevistado 1	Now, having said that, as the top commander in Iraq during the "Surge", I did feel that the presence of PSCs could pose problems for the coalition effort and that would be if they did, which in fact happened in Bagdad, in the case of the Blackwater PSC, that in confuse and complex circumstances, ended up shooting and killing, I think well over 10 Iraqis nationals, just outside the Green Zone, and that caused, needless to say, a major problem, not just for that PSC and State Department that employed them, but for overall MNF-I effort. And so, yes, this highlights why you have to have visibility of the contractors, communications with them, situational awareness of what they're doing and where they are, and that you have to have absolutely certain that the only time that they will pull the trigger is in absolute self-defense, when fire is accurate and so forth, especially in the case of a crowded situation or a crowded area as was the situation in which the Black water contractors killed the Iraqi civilians.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Presença de EMSP pode por m causa a credibilidade da força</li><li>- Ênfase nos incidentes da <i>Blackwater</i></li><li>- Necessidade de visibilidade das atividades das EMSP</li><li>- Necessidade de coordenação</li><li>- <i>Joint Operations Center</i> com as EMSP</li></ul>
Entrevistados	15. Do you believe that the major challenges on working with PSCs comes from the fact that they are employed outside the military structure, for example, the PSCs that are working with the State Department can pose a major challenge or we can work on that visibility and on the situational awareness even with other departments of the government, for example the USAID?	Ideias-chave identificadas





Entrevistado 1	Yes. Not only can you but, you must have that kind of coordination and that visibility. I have to say that, again, was understood by the Blackwater incident in Bagdad and we reexamined all of our operational and communications and liaison links with PSCs in the wake of that incident. We made some tweaks and changes on how we did business, although again we were actually already very, considerably integrated with them at that time, or they were integrated with us. You have to do that	- Reavaliação após incidente da <i>Blackwater</i> da forma como se ligavam as forças militares com as EMSP
Entrevistados	<b>16. You believe it is an essential asset for an operational level commander? You were the commander of ISAF and MNF-I, so you believe that (PSCs) were a crucial asset for you to put more boots on the ground and perform a more close to population COIN strategy?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>
Entrevistado 1	It's only essential if you have more tasks than (the ones) can be performed by those in uniform and if that's the case, and that was the case in Iraq and it was the case in Afghanistan, because COIN Operations, Irregular Warfare, these are very "troop intensive" as you know, and in those cases they do become essential, they become a very important element in the overall effort that you are guiding. It's accurate to say that we could not have done all that we did without them in Iraq and in Afghanistan.	- EMSP como forma de aumentar os rácios de força em contacto com a população e no combate às ameaças
Entrevistados	<b>17. PSCs are being used to keep a low military footprint and to keep the military forces available to do those tasks that can't be performed by others. Do you think this will make the operational level commanders dependent on PSCs presence to fulfill operational objectives?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>
Entrevistado 3	Military commanders will only rely on PSCs to the extent that their governments do not provide enough uniformed service personnel to accomplish their missions otherwise.	- Dependência das EMSP por falta de efetivos militares no terreno
Entrevistados	<b>17. Do you think privatization of military tasks have direct implications on military operations?</b>	<b>Ideias-chave identificadas</b>
Entrevistado 5	"Yes, they have certainly implications. On the most basic level the implications depend on the operation you are conducting and the task you are outsourcing. First, the majority of the Western firms are better than their reputation, i.e. they are not aggressive cowboys. However, in a COIN environment that may not be enough as perception is equally important. Second, the challenges for the military are mainly in the area of coordination and visibility. Although these problems may be solved, I am skeptical about the ability address the accountability and unity of effort problems. Even though there may be laws that theoretically apply to PMSCs, effectively overseeing these actors in a warzone is almost impossible without negating all the efficiency benefit (e.g. putting government employee on any PSD detail). Even if wrongdoing can be identified, prosecuting it in a warzone is next big difficulty. Who is responsible? Where are they held accountable? How do you gather evidence? I don't believe that these questions can be answered sufficiently for PMSCs (given the fact that the military with its bureaucratic structure has difficulties overseeing and prosecuting its own personnel). My suggestion is not to. Third, all I said applies only if we are talking about a neoclassical (or neoliberal) market. The entire discussion changes if Warlords under the veneer or PMSC are hire to do the job"	- As EMSP são melhores que a própria reputação - Ceticismo em relação à responsabilização - Atenção dada à contratação